

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Opção Desenvolvimento Regional e Urbano

**INDUSTRIALIZAÇÃO E ECODESENVOLVIMENTO:
Contradições, Possibilidades e Limites em Economia
Capitalista Periférica - o Estado de Santa Catarina**

Dissertação submetida à Universidade Federal de Santa Catarina
para obtenção do título de Mestre em Geografia

GILBERTO MONTBELLER FILHO
Florianópolis Julho de 1994

Industrialização e Ecodesenvolvimento: Contradições, Possibilidades e Limites em
Economia Capitalista Periférica - o Estado de Santa Catarina

GILBERTO MONTIBELLER FILHO

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de
MESTRE EM GEOGRAFIA
pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina
e aprovada em sua versão final.

BANCA EXAMINADORA:

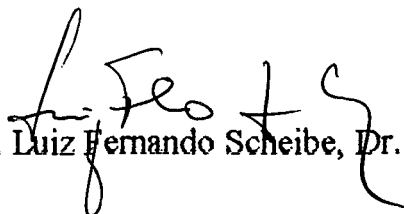


Prof. Paulo Freire Vieira, Dr.


Orientador



Prof^a Leila Christina Duarte Dias, Dr^a



Prof. Luiz Fernando Scheibe, Dr.



Prof. Paulo Fernando de A. Lago, Dr.

À Ione.

Para que inspire suas próprias pesquisas.

*Aos nossos filhos Gilberto Neto, Mariana e
Isadora, idem.*

RESUMO

O trabalho questiona se o ecodesenvolvimento, com seus parâmetros de sustentabilidade social, econômica, ambiental, cultural e espacial, almejado pela maioria das sociedades do mundo atual, pode, e em que medida, servir como padrão normativo a um programa de industrialização no caso de economias periféricas como a do Estado de Santa Catarina.

O processo econômico no capitalismo baseia-se no lucro e superlucro, produzindo e se alimentando de desigualdades, como as sociais e espaciais. Estas se manifestam sob a forma de concentração da renda, das atividades e das populações no espaço, causa principal da problemática sócio-ambiental.

Confrontando o atual programa catarinense de apoio à industrialização com os postulados do ecodesenvolvimento, constata-se que em nenhum ponto ele os atende plenamente; todavia contempla alguns, ainda que parcialmente. Faz-se, então, proposições derivadas dos princípios de sustentabilidade para alterações no programa. Estas encontrariam respaldo no meio técnico governamental o qual demonstrou, através de pesquisa direta, estar ciente da problemática social, além da ambiental, e que pode contribuir com os segmentos sociais organizados num processo visando as mudanças.

Os condicionantes inerentes a um programa de apoio setorial voltado ao ecodesenvolvimento em economia periférica, assim como os inerentes ao modo de produção, apontam, contudo, os limites do alcance das proposições.

Palavras-chaves: Ecodesenvolvimento; Desenvolvimento Sustentável; Industrialização; Capitalismo; Economia Periférica; Estado de Santa Catarina.

ABSTRACT

This work discusses whether 'Ecodevelopment' , with its parameters of social, economic, environmental, cultural and spatial sustainability, represents (and to what extent) a normative pattern for a program of industrialization in the case of peripheral economies, such as the State of Santa Catarina.

The economic process in capitalism is based on profits and superprofits, generating and expanding itself based upon inequalities, such as the social and spatial ones. These inequalities are expressed in the form of regional concentration of income, population and activity and are the main cause of social and environmental problems.

We show that the industrialization-supported policies implemented in Santa Catarina do not fulfill any ecodevelopment criterion, although some ecodevelopment worries have been mentioned in these programs. Based on the principles of sustainability, changes in this program are proposed. The proposed changes would find support in the technical staff of the state government as shown by a direct survey. Moreover, public officers are aware of social and environmental problems, and will be able to contribute together with organized social groups towards the implementation of the necessary changes.

However, the scope of the propositions made are limited by the inherent conditions of an industrialization-supported program based on ecodevelopment criteria in a peripheral economy and by the inherent characteristics of capitalism.

Key-words: Ecodevelopment; Sustainable development; Industrialization; Capitalism; Peripheral economy; Santa Catarina.

APRESENTAÇÃO

“É na escrita que o pensamento rende o mais que pode: a escrita convoca o trabalho do pensamento, e lhe traz maior aquietude e consistência” (Rolnik, 1993, p. 246).

Ter que dar por terminado um trabalho como uma dissertação, tem a vantagem de fazer com que se pare de escrever “um só e mesmo texto”. Pois a tendência é a de corrigir e recorrer, escrever e reescrever. O ritual acadêmico de defesa de teses, concursos e dissertações, são diferentes maneiras de se fazer um corte.

Não há, todavia, unidades discretas. O movimento é contínuo no plano das marcas que são produzidas em cada um (pessoa) pela experiência no tempo, pelas pesquisas, pelas incessantes conexões nos ambientes não só humanos, no plano visível e no plano da subjetividade. Estas idéias, emprestadas da Psicóloga S. Rolnik, acima citada, parece-nos muito apropriadas para abrir o presente trabalho.

O que é dado por concluído, portanto, representa uma parada, um corte, na seqüência de experiências da vida concreta individual, ao mesmo tempo que sintetiza uma série de idéias que a pesquisa, tendo como objeto determinado tema, permitiu produzir. Assim que ambas, porém, experiência e pesquisa, são dadas como prontas em forma de um texto, na verdade produziu-se aí uma série de novas inquietações, que já marcaram e vão exigir a continuidade das pesquisas e da escrita.

Cabe registrar agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram para a realização do trabalho, especialmente ao Orientador, Professor Paulo Freire Vieira, pelas discussões, sugestões, acompanhamento e pelo respeito às posições assumidas

pelo Autor, ao Bacharel em Letras Vicente de B. Sartor pela revisão gramatical e à
lone pela interlocução crítica.

Tabela 1 - Desenvolvimento Sustentável; Componentes e Objetivos de Cada Um dos Cinco Pilares do Ecodesenvolvimento.

Tabela 2 - Santa Catarina e Brasil: Grau de Concentração da Renda da População Economicamente Ativa - 1960/70/80/86.

Tabela 3 - índice de Desenvolvimento Social (EDS) e Renda *per Capita* - Santa Catarina e Países Selecionados - 1987.

Tabela 4 - Distribuição Espacial dos Financiamentos Concedidos pelo Badesc, Segundo Microrregiões Selecionadas - em %.

Tabela S - índices de Produção Física e de Produtividade Setoriais nos Setores acima da Média Industrial.

Tabela 6 - Principais Problemas Ambientais em Santa Catarina Decorrentes de Atividades Relacionadas com a Industrialização.

Tabela 7 - Potencial Poluidor Segundo Gêneros Industriais.

Tabela 8 - Santa Catarina - Números-índices do Produto Interno Bruto (PIB) e do Consumo de Energia - 1970-88.

Tabela 9 - Confronto Enü^e as Proposições do Desenvolvimento Sustentável e o Conteúdo do Programa Estadual de Apoio à Bidustrialização.

Tabela 10 - Posição do Programa de Apoio Industrial em Relação a Cada Componente de Sustentabilidade do Ecodesenvolvimento.

Tabela II = Proposições de Inocorporação ao Programa Atual de Industrialização para Adequá-lo aos Requisitos do Desenvolvimento Sustentável.

Tabela 12 - Projetos Aprovados ou em Análise nos Programas Prodec, Promic e Prodap.

Tabela 13- Benefício Concedido em Relação ao Investimento Fixo Total Segundo a Dimensão do Grupo Empreendedor do Projeto.

Tabela 14 - Quadro de Localização Geográfica dos Projetos.

Tabela 15 - Finalidade do Projeto e Local de Instalação.

Tabela 16 - Linhas de Produtos dos Projetos Aprovados pelo Prodec.

Tabela 17 - Respostas dos Técnicos Estaduais Quanto ao Conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Tabela 18 - Respostas dos Técnicos Quanto à Situação Concreta da Questão no Estado, Segundo o Conceito Pessoal de Ecodesenvolvimento.

Tabela 19 - Avaliação, pelos Técnicos, da Atuação de Órgãos de Governo na Questão do Desenvolvimento Sustentável.

Tabela 20 - Posicionamento dos Técnicos Quanto à Redireção dos Atuais Programas no Sentido do Desenvolvimento Sustentável.

Tabela 21 - Avaliação dos Limites e Possibilidades de uma Industrialização Voltada para o Ecodesenvolvimento.

BADESC - Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

CEAG/SC - Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina.

CIREDE - Centre International de Recherche sur l'Environnement et le Développement.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. ?

FATMA - Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina.

FGV - Fundação Getúlio Vargas.

FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

GCPAI - Grupo Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacional.

ICMS - Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

IDS - Índice de Desenvolvimento Social.

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul.

PIB - Produto Interno Bruto.

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.

PRODAP - Programa de Desconcentração de Atividades Produtivas.

PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense.

PROMIC - Programa de Modernização da Indústria Catarinense.

SEPLAN/SC - Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento.

SDE - Secretaria do Desenvolvimento Econômico do Estado de Santa Catarina.

SPF/SC - Secretaria de Planejamento e Fazenda do Estado de Santa Catarina.

STM - Secretaria de Estado da Tecnologia, Energia e Meio Ambiente de Santa Catarina.

SUEPE - Subsecretaria de Estudos e Projetos Especiais, da Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento.

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

- Estado de Santa Catarina - Mesorregiões, Principais Cidades» Eixos Industriais e Principal Problema Ambiental.

SUMARIO

Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Apresentação.....	vi
Lista de Tabelas.....	viii
Lista de Abreviaturas.....	x
Lista de M ^{as}	xii

INTRODUÇÃO

PROBLEMÁTICA, OBJETIVO E METODOLOGIA DO TRABALHO

Relevância do Problema	3
Objetivo.....	7
Metodologia e Estrutura do Trabalho.....	10

CAPÍTULO I

1- ECODESENVOLVIMENTO: CONCEITO E DIRETRIZES DE AÇÃO.....	19
1.1. - Ecodesenvolvimento ou Desenvolvimento Sustentável.....	21
1.2- Economia e Meio Ambiente.....	28

CAPÍTULO II

2 - CONTRADIÇÃO ENTRE O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO CATARINENSE E O PRINCÍPIO DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL DO ECODESENVOLVIMENTO.....	32
2.1 - A Influência da Indústria.....	32
2.2 -Estruturação da Indústria Catarinense.....	34
2.3 -Industrialização e Desigualdades Sociais em Santa Catarina.....	41

CAPÍTULO III

3 - DESIGUALDADES ESPACIAIS E PROBLEMÁTICA AMBIENTAL CONFRONTANDO PRINCÍPIOS DO ECODESENVOLVIMENTO.....	49
3.1-0 Componente Espacial no Capitalismo Contemporâneo.....	49
3.1.1- Os Períodos de Modernização e a Espacialidade.....	51
3.1.2 - Espacialidade: O Espaço em Ação.....	55
3.2 - Concentração Espacial no Estado de Santa Catarina.....	57
3.3 -Problemática Ambiental Catarinense.....	67
3.4 - Industrialização e Meio-Ambiente Natural e Cultural.....	77
3.4.1 - A Questão Energética.....	79
3.4.2 - A Questão Cultural.....	83
3.5 - Conclusões Parciais.....	86

CAPÍTULO IV

4- ANÁLISE CRÍTICA DO PROGRAMA CATARINENSE DE APOIO À INDUSTRIALIZAÇÃO SOB A ÓTICA DO ECODESENVOLVIMENTO.....	88
4.1 - Conteúdo do Programa: Objetivos Explicitados e Sistema de Ponderação dos Projetos.....	89
4.2-.Contradições Internas do Programa... ..	92

4.3 - O Programa em Confronto com os Preceitos do Desenvolvimento Sustentável	96
4.4 - Resultados Operacionais: A Industrialização Derivada do Programa.....	102
4.5-0 Papel do Técnico na Formulação de Políticas Econômicas.....	109
4.6 - O Quadro Técnico Estadual e o Ecodesenvolvimento.....	111

CAPÍTULO V

5 - OS PAÍSES CAPITALISTAS PERIFÉRICOS NO CONTEXTO DAS TENDÊNCIAS MUNDIAIS.....	120
5.1 - Tendências Quanto à Espacialidade.....	121
5.1.1 - O Ambiente Construído.....	122
5.1.2 - Aceleração do Giro do Capital e Compressão do Espaço-Tempo....	123
5.2-0 Contexto e as Tendências Político-Econômicas.....	128
5.2.1- Os Países da Periferia no Novo Cenário Mundial.....	130
5.2.2 - Integração Regional do Cone Sul.....	135

CAPÍTULO VI

6 - SÍNTESE AVALIATIVA DAS POSSIBILIDADES E LIMITES PARA UMA INDUSTRIALIZAÇÃO VOLTADA AO ECODESENVOLVIMENTO EM ECONOMIA PERIFÉRICA.....	142
6.1 - Considerações Gerais.....	142
6.2 - Avaliação de Possibilidades e Limites.....	145

CAPÍTULO VII

7- CONCLUSÕES.....	150
BIBLIOGRAFIA.....	157

INTRODUÇÃO

PROBLEMATICA, OBJETIVO E METODOLOGIA DO TRABALHO

Três pontos-chaves estruturam o presente trabalho. Eles formam o eixo condutor da argumentação sobre as possibilidades e limites de uma industrialização segundo os preceitos do ecodesenvolvimento, no contexto de uma economia capitalista periférica, como a catarinense.

O primeiro é o que aceita o ecodesenvolvimento, baseado no conceito de sustentabilidade (social, econômica, espacial, ambiental e cultural), como padrão normativo. Em princípio, ele pode ser ajustado aos mais diversos contextos sócio-ambientais. O questionamento aqui colocado é se as leis inerentes ao funcionamento do capitalismo não in^oriam limites ao ecodesenvolvimento em economias periféricas do sistema - assim como ocorre, por razões diferenciadas, em outros modos de produção, os quais, todavia, não são objeto de análise neste trabalho.

O segundo ponto procura mostrar como tem se apresentado o quadro catarinense, tomado como caso exemplificador, à luz dos parâmetros do desenvolvimento sustentável. Os processos de concentração generalizada - da renda, do poder econômico, das atividades produtivas e populações no espaço - e de deterioração ambiental, sobretudo nos últimos vinte anos, e com maior ênfase devido às atividades industriais, demonstram que historicamente tem-se verificado o contrário do prescrito pelo princípio de sustentabilidade.

O terceiro busca demonstrar que, apesar de tudo, sob certos aspectos mantêm-se características objetivas interessantes do ponto de vista do desenvolvimento como, por exemplo, o fato de ainda não existir excessiva concentração espacial no Estado. Além disso, revela a existência de fatores subjetivos a indicar a viabilidade de provocar-se mudanças na atual política estadual de apoio à industrialização. Trata-se do papel do quadro técnico superior vinculado à estrutura do Poder executivo, na formulação das políticas econômicas, e do grau de consciência de parte significativa dos integrantes deste quadro quanto aos problemas econômicos, sociais e ambientais.

Permeando esses três pontos-chaves, a análise procura entender a lógica dos processos observados, levando em conta a necessidade de se dispor de uma visão de totalidade capaz de reter os ângulos mais significativos do fenômeno a ser interpretado. O argumento desenvolvido considera, na interpretação do capitalismo contemporâneo, a dialética sócio-espacial. Na verdade, uma dialética tríplice, que tematiza os fatores espaço, tempo e ser social. Ou seja, o horizonte de análise é interdisciplinar, congregando a geografia humana, a história, a economia e a sociologia.

O exame do capitalismo nas suas formas contemporâneas deveria de incorporar o espaço no modelo analítico, em muitos autores. Este padrão de análise centrava-se na história e nas classes sociais. Atualmente, e com força redobrada, enfatiza-se a espacialidade, vista como um dos elementos explicativos fundamentais, juntamente com os dois outros acima, para se entender o funcionamento da dinâmica do modo de produção. Para se compreender como funciona e saber quais as tendências indicativas de como provavelmente se configurarão as relações capitalistas no futuro, os aspectos espaciais, além das relações de classe e de sua evolução no tempo, constituem um pré-requisito indispensável.

E para que conhecer as tendências? Para tentar freá-las, para rompê-las e mudar em direção a uma nova configuração, significativamente diferente, da vida social, política e econômica.

Resta saber em que medida isto é possível. A análise culmina, assim, na avaliação de possibilidades e limites a um programa alternativo de industrialização na direção do ecodesenvolvimento, em uma economia periférica.

Relevância do Problema

O tema específico da indústria tem, em geral, uma abordagem pouco aprofundada nos trabalhos que tratam do desenvolvimento sustentável. À exceção de alguns pesquisadores, como Henrique Rattner (1987; 1988), que tem se dedicado ao problema da definição de estratégias de industrialização no âmbito do enfoque do ecodesenvolvimento, a maioria dos demais têm priorizado a análise do papel da agricultura.

Este foi um dos aspectos motivadores da definição do tema aqui proposto, o qual se concentra na análise da industrialização enquanto dimensão do ecodesenvolvimento, concebendo-se este inicialmente, para simplificar, como um processo de geração e implementação de estratégias socialmente equitativas e ambientalmente prudentes de desenvolvimento regional e urbano.

Outro aspecto motivador foi o fato de o setor industrial, na realidade atual e futura das sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento, ter se tomado um componente indispensável.

Tomar a indústria sob a ótica do ecodesenvolvimento é, todavia, uma tarefa reconhecidamente complexa; trata-se mesmo de um grande desafio. É na indústria, e nas relações que ela estabelece, que as contradições ambientais e sociais apresentam-se mais aprofundadas, contrapondo-se frontalmente aos princípios contidos no novo padrão normativo. Se mesmo no meio agrícola as contradições afloram e se expressam, na indústria elas atingem um grau bastante mais elevado de tensão.

A agricultura e o campo, por suas características próprias, por experiências de algumas sociedades, demonstraram a sua mais fácil aproximação aos princípios do

desenvolvimento sustentável, sobretudo, mas não só, na questão ambiental, sendo as contradições mitigadas por ações racionalizadas e socialmente não excludentes. Mas o contexto do setor industrial, por suas características próprias, difere do agrícola. Há fortes contradições inerentes às atividades industriais na perspectiva do ecodesenvolvimento, a exemplo do conflito ambiental no interior e exteriormente à fábrica e do conflito expresso na relação capital e trabalho.

À uma política industrial sustentada caberia, portanto, desenvolver outros aspectos, buscar formas de reduzir os efeitos negativos das relações contraditórias e conflituosas do capitalismo.

A indústria pode ter um papel fundamental na formação de um processo em direção ao desenvolvimento sustentável. Este papel, no mais das vezes, não pode ser realizado de forma direta, principalmente considerando casos individualizados de unidades industriais. De maneira indireta, porém, a possibilidade de sua contribuição neste sentido é muito grande e, no mundo atual e futuro, fundamental.

Uma unidade industrial, ou um complexo industrial, pode estar contribuindo para o desenvolvimento sustentável, indiretamente, quando, por exemplo;

- estando na ponta de um complexo produtivo de agroindustrialização, estiver induzindo o desenvolvimento de atividades agrícolas compatíveis com o ecossistema e com maior abrangência social (por exemplo, atividades sob a forma cooperativada); ou
- estiver produzindo bens que tenham por finalidade auxiliar na preservação ambiental e/ou dirijam-se ao atendimento das necessidades fundamentais da população.

Aparentemente, certas condições específicas podem fazer de determinado lugar, como o Estado de Santa Catarina, espaço privilegiado de conjunções com vista à implantação de uma política visando ao desenvolvimento sustentável: a diversidade - climática, geográfica, cultural, produtiva; a dinâmica e a visão empresarial; a experiência de agroindustrialização sob a forma cooperativada; a crescente consciência ecológica já alcançada pelos vários segmentos da sociedade; a existência, ainda, de certo grau de descentralização na distribuição das atividades e da população no espaço;

existência de infra-estrutura básica para um programa coordenado de pesquisas tecnológicas, além de outros aspectos correlacionados.

Um quadro assim pode, todavia, apresentar, para além dessas parentes facilidades, condicionantes poderosos a limitar fortemente as possibilidades de sua viabilização. É o entendimento desses limites, assim como das potencialidades em relação a adoção de uma política industrial direcionada ao ecodesenvolvimento que está no centro das atenções do presente trabalho.

A escolha de Santa Catarina como objeto de análise decorre de suas características específicas, fazendo com que estudiosos locais do desenvolvimento sustentável como, por exemplo, Vieira (1989), tenham advogado ser plenamente apropriada, aqui, uma política global nesta direção. O questionamento e a delimitação das efetivas possibilidades da proposição, é uma contribuição ao debate; é, também, um passo importante no sentido, mesmo, de uma política dessa natureza. Por outro lado, há que considerar não ser, este Estado, único. A condição de sociedade periférica em relação ao capitalismo mundial e subordinada, também, à política nacional, é comum a muitas economias regionais. Neste sentido, algumas conclusões para o caso específico poderão ser generalizadas.

No Estado de Santa Catarina processam-se fenômenos sócio-econômicos, políticos, culturais, ideológicos e outros, específicos em relação ao País. Muitas pessoas, inclusive alguns técnicos de nível superior, professores e estudantes vêem este Estado como exemplo de equilíbrio econômico, social, demográfico, sem maiores conflitos internos. Isto pode ser percebido em certas publicações e monografias estudantis, bem como em trabalhos da Secretaria de Planejamento e Fazenda do Estado.

Um exame acurado, auxiliado por dados e informações estatísticas e através de tratamento científico, demonstra ser a realidade, contudo, inteiramente diferente da aparência. Tem-se aqui, sim, a reprodução do fenômeno do

subdesenvolvimento,[^] típico das economias periféricas e, no caso, semi-industrializadas. Con[^]arativamente ao nível nacional, Santa Catarina destaca-se em uma série de parâmetros econômicos e sociais. No entanto, fazendo-se paralelos internacionais, mesmo com sociedades economicamente menos avançadas, vê-se a debilidade da situação catarinense.

Com efeito, os resultados obtidos pelo processo sócio-econômico em Santa Catarina, condicionados pelo movimento da economia e políticas nacionais, não podem ser muito diferentes do que se verifica no País; aliás, mesmo sendo um local privilegiado no cenário nacional, sob vários aspectos os dados sociais catarinenses não diferem, em muito, da média brasileira.

Detendo uma economia conç)arativamente dinâmica - porém atrasada, evidentemente, em relação aos países industrializados - com taxas de crescimento da produção nas últimas décadas bastante si[^]ificativas, os resultados sociais não são, todavia, animadores. Concentração cada vez mais acentuada da renda; indicadores sociais [^]ontando situação muito inferior, inclusive a sociedades economicamente mais frágeis; tendência ao esvaziamento demográfico das áreas rurais e das pequenas cidades; crescimento desordenado das maiores cidades; empobrecimento de amplas camadas da população que. Juntamente com migrantes e }q>ulsos do meio rural, fazem surgir e proliferar a favell[^]ção urbana; comprometimento ambiental, decorrente, em essência, desta crescente aglomeração desordenada, do tipo e forma das atividades econômicas, da exploração irracional e ação predatória sobre a natureza, tudo isto aponta a gravidade da problemática social.

Esses problemas sociais e ambientais evidenciados em Santa Catarina são preocupações que se inserem, também, no quadro do ecodesenvolvimento, enfoque

[^] A expressão subdesenvolvimento é aqui utilizada para referir-se à situação de uma sociedade cujo processo econômico e social tem, como resultado, uma elevada exclusão social. É con[^]arativo aos países desenvolvidos, nos quais a exclusão, absoluta ou relativa, nSo é tSo elevada. Porém, o fato de estes serem tomados como referência, não significa estarem sendo aceitos como paradigma para as sociedades subdesenvolvidas. O subdesenvolvimento é próprio de economias periféricas, localizadas à margem mas intcragntes com o es[^]italismo avançado,

normativo, hoje já bastante diluído, o qual será elucidado do ponto de vista conceitual mais adiante.

Como padrão normativo, o ecodesenvolvimento possibilita sistematizar em um quadro os principais problemas, para os quais ele propõe formas de equacionamento.

A análise busca compreender a origem desses problemas, ao tempo em que interroga sobre as possibilidades para uma nova postura da sociedade fundamentada nos preceitos do desenvolvimento sustentável, e sobre os limites impostos pelo sistema sócio-político e econômico vigente a esta proposição,

Objetivo e Esteira do Trabalho

Conforme decorre da problemática posta, o objetivo a ser alcançado com o presente trabalho pode ser expresso como sendo;

“Analisar as possibilidades de uma industrialização segundo os preceitos do desenvolvimento sustentável, considerando os limites impostos pela lógica do modo capitalista de produção, especialmente em uma economia periférica”.

Para a consecução da análise, o trabalho é permeado por uma visão dos processos econômicos, sociais e espaciais. Os componentes sociais e naturais se interdependem e interdeterminam, avançando em transformações a partir do confronto entre si. Com base neste posicionamento epistemológico, decorre a abordagem teórica. Ela se fundamenta, então, na oposição de interesses e nas contradições que se produzem nas relações sociais e na relação da sociedade com a natureza. Somente *isto* pode explicar o processo que leva à crescente desigualdade social e degradação ambiental.

Sob o ponto de vista técnico, a pesquisa realizada pode ser concebida como estudo de caso regional. O pequeno grau de autonomia decisória em relação à definição de políticas as mais diversas - econômica, social, demográfica, ambiental, e outras - faz com que o estado federado deva ser tomado segundo o conceito de uma região. Desta

fomia, é fundamental a consideração dos condicionamentos externos, sobretudo os nacionais.

Os níveis locais de decisão são também importantes. Tanto que a mesma política nacional teve resultados diversos em vários aspectos em outros Estados. Enquanto em Santa Catarina, por exemplo, se observa expressiva industrialização, o mesmo não ocorre com a maioria dos demais Estados.

Para se compreender o processo gerador dos problemas sociais e ambientais, ou seja, para interpretar o subdesenvolvimento catarinense, deve-se ter alguns fenômenos como referência básica. São eles; o alto grau de exclusão social; o desenvolvimento desigual; a forte tendência à concentração - da propriedade, da renda, das atividades produtivas - respondendo pela exclusão social e por parcela significativa da degradação ambiental.

A busca da compreensão desse processo fundamenta-se no exame da industrialização, que é seu componente mais expressivo, e no que constitui-se o móvel do sistema no qual a sociedade está inserida, qual seja a busca incessante, pelos capitalistas, do lucro e do lucro extraordinário, ou superlucro, como se procura detalhar na parte teórica do trabalho. Condicionam o lucro: o nível salarial; o tempo de giro do capital; as inovações; as desigualdades espaciais.

A dinâmica social é explicada, então, por duas vertentes básicas, a econômica e a geográfica (espacialidade), numa dialética sócio-espacial.

Tem-se em conta, igualmente, o papel desempenhado pelo Estado, como indutor do processo econômico, durante a fase “desenvolvimentista” da economia. O Estado-nação criou mecanismos de apoio e subsídios à iniciativa privada levando, mediante o modelo substituidor de importações, à semi-industrialização no caso brasileiro e, por extensão, em Santa Catarina. Seu principal papel foi o de carrear recursos públicos em direção aos interesses privados.

Na perspectiva do ecodesenvolvimento, a participação estatal é, também, fundamental. Trata-se, todavia, de buscar uma nova relação entre Estado, sociedade civil e área empresarial, num processo de co-regulamentação e gestão participativa.

No caso do presente trabalho, está-se sob a esfera de poder do Estado-federado, o Estado-província, que vem a ser o nível de agregação geo-político mais importante após a Federação. O terceiro nível, dada a estrutura administrativa brasileira é o município. São espaços de relação de poder. Não significa, contudo, ser o Estado o eixo central e único de poder. Há micro-poderes, integrados ou não ao Estado, exercidos em pontos diferentes da rede social. São níveis macro e micro de exercício de poder, com certo grau de independência, devendo ambos serem levados em consideração na consecução deste projeto, pois trata-se de redirecionamento sócio-econômico, dependente sobretudo do interesse, não das classes dominantes, mas dos indivíduos organizados, agindo participativamente.

A mesma teoria que permite compreender as razões porque ocorrem os fenômenos econômicos e sociais vai possibilitar, também: a) entender os limites e possibilidades de uma nova proposição para o futuro - alternativa que necessariamente deve inserir-se no quadro do capitalismo, pois que democraticamente definido pela sociedade brasileira para o médio e longo prazos; e, b) como consequência disto, apontar diretrizes de uma alternativa para tomar menos agudas as mazelas sócio-econômicas e ambientais, ao tempo em que contribuam para a conscientização social em direção a um projeto para além do sistema vigente

.Por essas colocações, chega-se à formulação da hipótese básica do presente trabalho, a qual pode assim ser especificada ; EMBORA A SUPERAÇÃO DAS CONTRADIÇÕES NÃO POSSA SE DAR NOS MARCOS DO SISTEMA VIGENTE, EXISTE POTENCIAL EM UMA SOCIEDADE PERIFÉRICA COMO SANTA CATARINA PARA UM PROGRAMA DE MELHORIA RELATIVA DAS CONDIÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS.

Metodol^oa e Estrutura do Trabalho

O trabalho tem inicio com uma pesquisa biblio^o:^oca na quai se busca sistematizar o conhecimento relativo ao conceito e premissas do desenvolvimento sustentável ou codesenvolvimento(Capítulo I). Além de tentar estabelecer seus parâmetros, procura justificar o uso destas duas expressões como sinônimos. Discute-se, também, a relação entre economia e meio-ambiente.

Com base, também, em pesquisa bibliográfica, faz-se, em seguida (Capítulo D), um levantamento sobre o processo de industrialização ocorrido em Santa Catarina. A ênÍHse é centrada nas décadas de 1970 e 1980, nas quais se consolida a formatação do parque industrial que se desenhou ao longo de todo o presente século. Algum retomo a períodos anteriores é necessário para entender-se todo o processo, porém os problemas atuais, vistos segundo a ótica dos princípios do codesenvolvimento, agravam-se a partir dos anos 70. A ideologia dominante no período é a do “desenvolvimentismo”, significando buscar o crescimento da economia a qualquer preço, independente dos problemas sociais e ambientais que possa gerar.

O enfoque analítico fixa-se na relação salarial e seus elementos determinantes, pois é ela a principal conq^oonente explicativa para o entendimento dos problemas relativos à concentração da renda e demais problemas sociais tratados logo na seqüência.

Com efeito, é levantada a situação atual da problemática social. Para este fim, utilizam-se estatísticas disponíveis em relação aos indicadores mais relevantes. Assim, com os dados da estrutura de distribuição da renda calcula-se o coeficiente de Gini. Os

resultados obtidos para este coeficiente, tendendo no sentido de 1 (unidade), demonstram a forte e crescente concentração da renda nas mãos de uma classe minoritária de renda mais elevada.

Um outro instrumento de avaliação, o índice de Desenvolvimento Social, que sintetiza uma série de indicadores sociais, permitiu comparar o caso considerado com parâmetros externos. Aí reafirmou-se a situação problemática da questão social.

Uma vez examinado o problema da desigualdade social, passa-se à discussão (Capítulo **ni**) das desigualdades espaciais e da problemática ambiental. Emerge, aqui, o tema da espacialidade, ou seja, de como as desigualdades espacialmente localizadas são ao mesmo tempo produto e alimento do capitalismo.

O capítulo inicia com um ganho teórico a respeito do componente espacial no capitalismo, nas diversas fases de sua evolução. Demonstra-se o papel menos intenso da espacialidade geográfica em certos períodos, e mais intenso em outros, sendo que na fase atual e, tendencialmente, no futuro, ele se apresenta com muita intensidade. Num segundo momento, passa-se a verificar as desigualdades espaciais apresentadas no caso examinado.

O desenvolvimento espacialmente desigual decorre pelo fenômeno da concentração geográfica - de atividades, de populações, cada vez em maior número - responde em grande medida pelos problemas ambientais. Como exemplo comprobatório, apresenta-se um panorama das condições ambientais em Santa Catarina, segundo os vários tipos de atividade. O levantamento é feito com base em relatório de 1992 da Fundação do Meio Ambiente do Estado, atualizado com informações colhidas junto àquele órgão.

Discute-se, então, a relação entre o processo de industrialização e o meio-ambiente natural e cultural. Isto inclui a indústria e sua relação conflituosa com a Natureza; a questão energética, vista como um dos fatores-chaves na relação industrialização e natureza; os problemas ambientais na produção de energia de um lado, e de outro pelo papel que a indústria pode ter quanto à conservação de energia e

redução da intensidade energética. Para completar a abordagem em torno dos elementos fundamentais nos quais se assentaria o ecodesenvolvimento e como se apresentam numa situação concreta, examina-se a questão cultural. Observa-se como a indústria se inseriu nas comunidades do caso em análise, avaliando-se se isto implicou em ruptura com padrões desejados socialmente.

No capítulo seguinte (IV), busca-se trabalhar com os demais elementos que, juntamente com os aspectos vistos até aqui, permitem o entendimento da viabilidade de um programa de industrialização baseado nos preceitos do desenvolvimento sustentável, assim como os limites inerentes ao próprio sistema para um programa dessa natureza.

Inicialmente são apresentados os resultados da análise dos programas atuais de apoio à industrialização, no caso exemplificador, o Estado de Santa Catarina. Examina-se seu conteúdo, e identificam-se suas contradições, relativamente aos preceitos do ecodesenvolvimento. Vê-se a maneira como se processou sua elaboração até a aprovação de leis e regulamentos, para concluir sobre o importante papel representado pelo corpo técnico nas decisões políticas. Em seguida, observam-se os resultados obtidos até o momento pela operacionalização dos programas, confrontando-os com seus próprios objetivos explicitados e com o que seria apropriado em termos de um desenvolvimento sustentável.

Haja vista a tese do importante papel do quadro técnico vinculado a estrutura estatal na definição de políticas de industrialização, realizou-se pesquisa de campo com o objetivo de identificar o posicionamento de seus principais integrantes frente ao tema do ecodesenvolvimento. Os resultados de certa forma surpreendem em relação ao que havia sido avançado como hipótese inicial. Com efeito, constata-se ser bastante generalizada - com poucas exceções - a percepção, naquele meio, do conceito de ecodesenvolvimento, ainda que em sua forma restrita, tomado o social e o econômico, além do ambiente físico. Ficou também evidenciado o descontentamento predominante com relação a situação estadual nestes aspectos. Revelados a conscientização, o

descontentamento e a importância do quadro técnico em relação à política de industrialização frente a parâmetros desejáveis, fica demonstrada a viabilidade, por este ângulo, de encaminhamentos de proposições de mudanças na atual política, a partir de um trabalho com a participação da sociedade civil organizada.

Para analisar as possibilidades e limites constatou-se a necessidade da verificação das tendências quanto ao papel da espacialidade no futuro próximo. Volta-se, então (Capítulo V), a discutir o espaço e sua relação com a economia. Mas agora sob a ótica de como as leis econômicas tendem a levar a uma aniquilação do espaço, através da redução do tempo.[^] Argumenta-se que, contraditoriamente, neste processo reforça-se o papel da espacialidade. No mesmo sentido, o fenômeno da globalização da economia acaba por reforçar a importância dos níveis local e regional. Isso, evidentemente, tem a ver com uma economia regional como a catarinense, sobre a qual a discussão é retomada na seqüência do trabalho.

Nas conclusões quanto aos limites e possibilidades de uma industrialização ecodesenvolvida nos quadros de uma economia periférica levanta-se, no caso em análise, além dos aspectos motivacionais vistos anteriormente, as perspectivas e limitações objetivas inerentes a este tipo de economia (Capítulo VI). Deduz-se ter a atuação através de programas de incentivo, cuja adesão por parte das empresas é voluntária e a concessão de benefícios subordinada às exigências rígidas quanto aos preceitos do ecodesenvolvimento, necessariamente alcance limitado em relação à totalidade sócio-econômica (ou macro-socioeconômica). Mesmo dentro destes limites, todavia, configura uma forma de indução a uma nova postura por parte de algumas empresas, que poderá ter efeito-demonstração sobre as demais, e, a longo prazo, atingir resultados expressivos.

[^] Aniquilação do espaço pelo tempo; a redução generalizada do tempo gasto para realizar a ação (locomover-se através de meios cada vez mais rápidos como avião e trem; comunicar-se à longa distância, quase que instantaneamente, via fax, telefone; etc.) fazendo com que seja eliminada a influência da distância física, ou espaço,

o Capítulo das Conclusões (CVH) retoma as principais constatações das diversas partes do trabalho, e reafirma nossa proposição quanto ao ecodesenvolvimento no quadro de economias periféricas, de não seimos céticos, nem cegos”. Saber que, objetivamente, há um espaço que pode ser conquistado e trabalhar neste sentido, porém conhecendo os limites impostos pela própria lógica do modo de produção, sobretudo em se tratando de uma economia periférica ao sistema global.

Passamos, agora, ao detalhamento de procedimentos de pesquisa em relação ao atual programa estadual de apoio à industrialização e, também, quanto à pesquisa de campo junto ao quadro técnico ao mesmo vinculado.

Inicialmente, em relação ao programa de industrialização, o instrumento de política industrial definido exclusivamente pelos interesses vigentes a nível do Estado de Santa Catarina, está consubstanciado em três programas: PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense, PRODAP - Programa de Desconcentração de Atividades Produtivas, e PROMIC - Programa de Modernização da Indústria Catarinense. Em termos nacionais, outros programas de apoio à industrialização existem dos quais também podem se beneficiar empresas locais; estes, porém, nem sempre atendem às especificidades e interesses de uma região ou estado.

Dado que um dos propósitos do presente trabalho é o de propor medidas para conduzir a industrialização do Estado na direção do desenvolvimento sustentável, a atenção deve concentrar-se sobre os programas de âmbito estadual.

Dos três programas referidos acima, o Prodec é o mais antigo; criado em 1988, tem portanto, mais de 5 anos. Os outros dois surgiram em julho de 1991. Por esta razão, e por apresentar resultados operacionais mais expressivos, a análise se concentra no conteúdo, operação e resultados do primeiro programa. Isto não prejudicará a análise da política industrial como um todo, pois os três programas são operacionalizados

segundo os mesmos critérios de determinação dos percentuais de incentivo concedido a cada projeto de implantação ou expansão no setor.

Os documentos relativos ao processo de criação do Prodec - projeto de lei, relatório, pareceres técnicos - foram fornecidos pela Diretoria de Estudos e Projetos Especiais da Secretaria de Planejamento e Fazenda.

Quanto aos dados operacionais, que apontam os resultados de enquadramento de empresas e concessão de benefícios, foram eles coletados junto à Gerência de Apoio à Expansão Industrial da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina - STM. Cabe registrar o apoio desta Gerência, oferecendo acesso irrestrito a Mapas de Aconchamento de Processos bem como aos relatórios de avaliação de cada projeto, essencial para a realização desta pesquisa.

O levantamento foi efetivado na segunda quinzena do mês de abril e primeira quinzena de maio, sendo que o último Mapa de Acompanhamento de Processos data de 14 de abril de 1994 e cobre todo o período desde a implantação do programa. Os contatos foram, todos, feitos pessoalmente pelo autor do presente trabalho, com o pessoal técnico da Divisão citada.

Com relação à pesquisa de campo, realizada nos meses de março e abril de 1994, a qual objetivou verificar a visão de integrantes do quadro técnico estatal vinculados ao programa de industrialização, acerca da questão do ecodesenvolvimento, tem-se, metodologicamente, o seguinte:

- elaboração e teste do questionário, mediante ensaio de aplicação com três professores do Departamento de Economia da Ufec e dois técnicos do universo a pesquisar,

- reformulação e elaboração do questionário definitivo;

- o questionário aplicado foi de respostas fechadas, porém com abertura para acréscimos de outras respostas e para o entrevistado adicionar comentários;

A apresentação do questionário explicitou a finalidade científica da pesquisa, em seu propósito de analisar e propor alternativas à atual política de industrialização;

- o encaminhamento dos questionários aos entrevistados foi mediado por um técnico da instituição selecionada, pessoa de relacionamento profissional do Autor do presente trabalho na condição passada de Assessor Econômico na Secretaria de Coordenação Geral e Planejamento do Estado de Santa Catarina;

- o questionário deixou claro que as respostas deveriam retratar a posição do entrevistado, e não a da instituição onde trabalha;

- para ^antir liberdade nas respostas, evitando possíveis tendenciosidades em função de seu vínculo funcional, não foi exigida identificação do entrevistado no questionário;

- foram preenchidos 27 questionários, por técnicos vinculados aos seguintes órgãos e instituições de Santa Catarina;

- Fundação do Meio Ambiente - FATMA;

- Secretaria de Tecnologia, Energia e Meio Ambiente - STM;

- Secretaria de Planejamento e Fazenda - SPF:

- Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Regional e Municipal

- Divisão de Geografia e Cartografia.

- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE/Gerência de Planejamento:

- Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - BADESC, Gerência de Planejamento.

A forma de encaminhamento, acima mencionada, permitiu identificar a origem, por instituição, do conjunto de questionários preenchidos, o que demonstrou-se relevante para fins de tabulação, por permitir detectar eventuais respostas tendenciosas.

Os questionamentos colocados ao entrevistado foram quanto a;

- a) sua concepção de ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável;

- b) como vê a questão, na prática, em Santa Catarina, em relação a política de industrialização, ou seja, em que medida esta se coaduna com o ecodesenvolvimento, na forma como o concebe;
- c) como avalia a ação dos órgãos governamentais e bancos de desenvolvimento que atuam no apoio industrial sob o ângulo do seu conceito de ecodesenvolvimento; e, finalmente,
- d) como avalia a necessidade e as possibilidades de direcionar ou ampliar o programa existente para uma industrialização voltada ao desenvolvimento sustentável.

A maneira como foram articuladas as perguntas e o cruzamento das respostas na tabulação dos questionários, procuraram detectar a existência de possíveis contradições do entrevistado. Nenhum questionário preenchido teve de, por inconsistência, ser eliminado; também não se constatou contradição que pudesse ser analiticamente relevante.

As percepções das pessoas selecionadas para entrevistas revestem-se de muita importância. Primeiro, porque elas apresentam, pela natureza do seu trabalho cotidiano, a possibilidade de ser o segmento mais consciente, no meio técnico, quanto ao tema em questão. Não se pode quanto a isto, então, em tese, esperar maior conhecimento nos demais segmentos do corpo técnico.

Segundo, mas não menos relevante, importa conhecer a opinião destes técnicos por ocuparem posições funcionais, na estrutura do poder executivo, não de forma eventual, mas, sim, com o caráter de permanência, haja vista comporem o quadro técnico, e não político, das instituições.

Tendo em conta o argumento defendido no presente trabalho, conforme já mencionado, do papel estratégico dos níveis técnicos de governo nas decisões políticas em regimes democráticos, e aqui especificamente na formulação de uma política industrial de desenvolvimento sustentável, fica patente a importância de se argüir a

respeito do pensamento das pessoas que normalmente ocupam posições nestes níveis, sobre o tema..

Cabe registrar a acolhida e a solicitude encontradas em todos os órgãos em que a pesquisa foi realizada. A posição preliminar quanto às finalidades técnicas da mesma, despertou pronta participação dos técnicos. Este dado, em si, é já indício da viabilidade de um trabalho de análise crítica e de sugestões, vinda da sociedade científica, encontrar campo fértil para reestruturar a política industrial numa direção social e ecologicamente abrangente como a do desenvolvimento sustentável.

Finalmente, resta esclarecer que a Bibliografia constante no trabalho contém o conjunto das obras consultadas, citadas ou não no texto.

CAPITULO I

1 - ECODESENVOLVIMENTO: CONCEITO E DIRETRIZES DE AÇÃO

Há na literatura acadêmica uma diversidade de apropriações do conceito de desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento, segundo diferentes autores que se dedicam ao tema. O objetivo deste tópico é fazer um breve relato do conteúdo no qual o mesmo surge e, principalmente, apresentar o conteúdo básico da formulação conceitual por nós assumida.

O conceito é construído em decorrência da insatisfação de alguns pesquisadores com a abordagem fragmentada e unilateral das questões sociais até então predominante. Essa insatisfação é reflexo da conscientização, por vários segmentos sociais, da progressiva deterioração das condições objetivas de existência da maior parte da população e da crescente pressão da degradação ambiental. A Conferência de Estocolmo tomou-se um marco da conscientização que começava a se manifestar já no final dos anos 60.

O primeiro questionamento colocado é, então, o da visão compartimentada e unilateral dos processos sociais, privilegiando ora um enfoque, ora outro, dependendo do analista. A crítica principal centra-se especialmente no economicismo presente nas análises e nas políticas de desenvolvimento postas em ação em decorrência desta ótica.[^]

[^] O economicismo, sendo uma visão unilateral da realidade, não considera as demais dimensões da sociedade, enfocando somente a produção e produtividade econômicas. Na literatura econômica, inclusive em certas abordagens que deturpam o marxismo, encontra-se frequentemente esse viés. No plano prático, a visão economicista implica na concepção de políticas de desenvolvimento embasadas apenas no crescimento da economia. Assim perde de vista a importante concepção de totalidade dinâmica

Surge, então, a proposição de uma visão holística - encerrar o conjunto dos aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais, ambientais... E, numa abordagem sistêmica, analisar como as várias dimensões se interpenetram e interdependem.

Outro questionamento é quanto ao antropocentrismo vigente nas escolas econômicas, pressupondo que o homem seja o centro e a única referência. Isto faz com que a Natureza seja encarada como simples meio de produção, gerador de riqueza para o Homem. Sua utilização - em forma e intensidade - fica subordinada aos interesses econômicos. E a ciência econômica fundamentando-se no cálculo econômico, isto é, nos valores-de-troca, esquece os valores-de-uso (Comelíau e Sachs, 1988).

O antropocentrismo e o cálculo econômico, assim tomados, como uma consequência macroeconômica, ou como um resultado social global, levam ideologicamente à fetichização ou culto à taxa de crescimento da economia. Busca-se o maior crescimento possível da produção - medida pelo Produto Interno Bruto, isto é, o valor das quantidades produzidas na unidade de terra - mesmo que para isto necessite dilapidar a natureza a ponto de comprometer o processo de reprodução para as gerações futuras.

O crescimento da produção, ou do volume da produção, é associado ao crescimento econômico, o qual por sua vez é identificado com o desenvolvimento econômico. As políticas de desenvolvimento reduzem-se a meras ações que visam ao crescimento da economia, portanto relacionadas à acumulação líquida de capital (novos investimentos) e/ou ao progresso técnico (Comelíau e Sachs, 1988).

Para os países do Terceiro-Mundo o conteúdo dessa visão reducionista-economicista do desenvolvimento é especialmente grave do ponto de vista do resultado social. Pois o mimetismo na gestão de tecnologia e reforço dos padrões de consumo, copiando os processos produtivos e as técnicas assim como o modo de vida vigente no Primeiro-Mundo, dirigem o crescimento econômico, isto é, o grosso da produção, para as classes médias e altas, desconsiderando as condições de vida dos “não-possuidores de bens”, ou sejam, trabalhadores, integrantes ou alijados do mercado.

Considerando esses pontos críticos fundamentais, foi proposto, então, como um novo paífrão de desenvolvimento, este que passou a ser chamado de ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável, ou, ainda, desenvolvimento durável.

1.1 - Ecodesenvolvimento ou Desenvolvimento Sustentável

O conceito de ecodesenvolvimento foi introduzido por Maurice Strong, Secretário da Conferência de Estocolmo (Raynaut e Zanoni, 1993), tendo sido reelaborado e largamente düundido por I[^]acy Sachs e sua equipe interdisciplinar sediada no CBRED a partir de 1974 (Godard, 1991).

Na definição dada por Sachs, citada por Raynaut e Zanoni (1993, p. 7), para um determinado país ou região o ecodesenvolvimento significa o *“desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio.”*

A definição deixa patente a preocupação com os aspectos econômicos, porém não dissociados da problemática social e da ambiental.

Há uma posição ética fundamental: o desenvolvimento voltado para as necessidades sociais mais [^]rangentes relacionadas à melhoria da qualidade de vida da maior parte da população, e o cuidado com a preservação ambiental como uma responsabilidade para com as gerações atuais e flituras;

“trata-se de gerir a natureza de forma a assegurar aos homens de nossa geração e à todas as gerações futuras a possibilidade de se desenvolver” (Sachs, 1981, p. 14).

O ecodesenvolvimento pressupõe, então, uma solidariedade sincrônica com a geração atual, na medida em que desloca a lógica da produção para a ótica das necessidades fundamentais da maioria da população, e uma solidariedade diacrônica.

expressa na economia de recursos naturais e na perspectiva ecológica para garantir às gerações futuras as possibilidades de desenvolvimento.

Trata-se, portanto, de um novo projeto de Civilização, na medida em que evoca: um novo estilo de vida, baseado num novo sistema de valores; um conjunto de objetivos escolhidos de um ponto de vista sistêmico e incorporando o horizonte de longo prazo (Sachs, 1981).

Um projeto de civilização tem no componente cultural uma dimensão essencial, implica, quanto à problemática aqui posta, em considerar, do ponto de vista metodológico, a estreita imbricação do sócio-econômico com o ecológico. Sob a ótica da realização, cabe o planejar, o organizar-se, tendo em vista a tomada de decisões orientadas pelo futuro e, mais ainda, um esforço de pedagogia social em relação aos novos papéis sociais.

A partir dessa configuração geral, Sachs (1993) desenvolve o que chama de as cinco dimensões de sustentabilidade do ecodesenvolvimento: sustentabilidade social; econômica; ecológica; espacial; e sustentabilidade cultural.

a) Sustentabilidade Social

O processo deve reduzir substancialmente as diferenças sociais. Considerar *"...o desenvolvimento em sua multidimensionalidade, abrangendo todo o espectro de necessidades materiais e não-materiais..."* (Ibid., p. 25).

b) Sustentabilidade Econômica

A eficiência econômica baseia-se em uma *"...alocação e gestão mais eficientes dos recursos e um fluxo regular do investimento público e privado"* (Ibid., p. 26). A eficiência deve ser medida sobretudo em termos de critérios macrossociais.

c) Sustentabilidade Ecológica

Compreende a intensificação do uso dos potenciais inerentes aos variados ecossistemas, compatível com sua mínima deterioração. Deve possibilitar que a natureza encontre novos equilíbrios, através de processos de utilização que obedeçam a seu ciclo temporal, implica, também, em preservar as fontes de recursos energéticos e naturais.

d) Sustentabilidade Espacial

Pressupõe evitar a concentração geográfica exagerada de populações, atividades e de poder. Busca uma relação equilibrada cidade-campo.

e) Sustentabilidade Cultural

Significa traduzir o “...*conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de opções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local* (Ib., p. 27).

A Tabela 1 oferece uma visão sintética dos componentes principais através dos quais pode-se atingir aos objetivos de cada dimensão de sustentabilidade.

TABELA 1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: COMPONENTES E OBJETIVOS DE CADA UM DOS CINCO PILARES DO ECODESENVOLVIMENTO

DIMENSÃO	COMPONENTES PRINCIPAIS	OBJETIVOS
SUSTENTABILIDADE SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de postos de trabalho que permitam renda individual adequada (a melhor condição de vida e a melhor qualificação profissional). - Produção de bens dirigida prioritariamente às necessidades básicas sociais. 	REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS.
SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA	<ul style="list-style-type: none"> - Fluxo permanente de investimentos públicos e privados (estes últimos com especial destaque para o cooperativismo). - Manejo eficiente dos recursos. - Absorção pela empresa dos custos ambientais. - Endogeneização: contar com suas próprias forças 	AUMENTO DA PRODUÇÃO E DA RIQUEZA SOCIAL SEM DEPENDÊNCIA EXTERNA.
SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA	<ul style="list-style-type: none"> - Produzir respeitando os dados ecológicos dos ecossistemas. • Prudência no uso de recursos não-renováveis. - Prioridade à produção de biomassa e à industrialização de insumos naturais renováveis. - Redução da intensidade energética e conservação de energia. - Tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos. - Cuidados ambientais. 	<p>QUALIDADE DO MEIO-AMBIENTE</p> <p align="center">E</p> <p>PRESERVAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS ENERGÉTICOS E NATURAIS PARA PRÓXIMAS GERAÇÕES.</p>
SUSTENTABILIDADE ESPACIAL OU URBÂNICA	<ul style="list-style-type: none"> - Desconcentração espacial (de atividades; de população). - Descentralização e democratização local e regional do poder. - Relação cidade campo equilibrada (benefícios mútuos). 	EVITAR EXCESSO DE AGLOMERAÇÕES.
SUSTENTABILIDADE CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> - Soluções adotadas a cada ecossistema. - Respeito a formação cultural comunitária. 	EVITAR CONFLITOS CULTURAIS COM POTENCIAL REGRESSIVO

Fonte principal; Ignacy Sachs/Elaboração do Autor

o desenvolvimento sob a nova ótica é inseparável da noção de gestão de recursos renováveis. Coloca em primeiro plano a questão das relações das sociedades humanas com seu meio-ambiente.

O tempo da natureza, com sua ordem, seu ciclo próprio de reprodução, passa a fazer parte da abordagem, superando a hegemonia do tempo econômico (dominado pela racionalidade da produção e da produtividade, em decorrência dos juros e taxas de atualização de valores investidos).

O plano local é privilegiado, mas sem perder a referência com o plano global.

A noção de meio-ambiente sendo inseparável das de complexidade e diversidade, lança estas sobre todo o complexo, inclusive sobre o raciocínio econômico, na nova maneira de pensar. O Economista devendo consultar a Biologia e situar o econômico no prolongamento de um duplo movimento geral. Este movimento é a luta contra a entropia, de um lado, e do outro a consideração da evolução complexificante, contra a visão imperante até então da especialização e homogeneização (Passet, 1979).

Quanto à questão terminológica, utilizamos igualmente os termos ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável para definir o novo padrão normativo. Esta postura é respaldada no próprio Ignacy Sachs, um dos principais divulgadores, conforme mencionado anteriormente, do termo Ecodesenvolvimento e a quem o conceito é igualmente associado. Em sua mais recente obra publicada no Brasil Sachs (1993) usa indiferentemente os dois termos referidos. Deixa explícito na discussão que faz sobre o Marco Conceitual (p. 19-24), que mesmo concordando com as críticas ao conceito de desenvolvimento sustentável do Relatório Brundtland, considera que os pontos em comum entre este e o ecodesenvolvimento são suficientes para poder adotá-los como sinônimos. Na verdade, afirma, em obra anterior (1991, p. 33): “... *ideal será quando se falará somente em desenvolvimento, sem o adjetivo 'sustentável' ou o prefixo 'eco'* ”, pleno de todas as dimensões que o conceito deve conter.

Examinando-se a Tabela 1, que trata dos objetivos e meios de cada dimensão de sustentabilidade do ecodesenvolvimento, destacam-se os postulados formadores dos fundamentos normativos deste. Eles condicionam as ações de planejamento objetivadoras do desenvolvimento sustentável. São os seguintes:

- Priorizar o atendimento de finalidades sociais - Isto implica em planejamento que direcione a produção econômica para a satisfação de necessidades fundamentais, assim como possibilite a participação política, a auto-realização e auto-determinação de segmentos até então segregados da sociedade.
- Buscar autonomia - O planejamento no sentido de estabelecer o controle interno, pela ação da sociedade civil organizada, dos pontos estratégicos do processo sócio-econômico. A endogeneização refere-se também à busca de soluções próprias a problemas específicos de cada área. Em termos mais amplos a autonomia pressupõe a regulação democrática dos aspectos social, econômico, cultural, político e ambiental contidos no processo de produção econômica.
- Procurar uma relação simbiótica com o meio ambiente. O planejamento estimulando a produção econômica orientada por novos padrões de consumo e à satisfação das necessidades fundamentais, em consonância com as possibilidades oferecidas pelos ecossistemas. O desenvolvimento de novas tecnologias adotadas a cada contexto sócio-ecológico está na base deste processo.

Para o fim de operacionalizar o planejamento, o método proposto pelo ecodesenvolvimento privilegia o espaço regional e microrregional, por serem unidades onde é facilitada a participação da sociedade civil nos diagnósticos e soluções. O trabalho implica em uma fase de análise de problemas e, posteriormente, formulação de alternativas. Perpassa-o uma abordagem sistêmica, na qual o termo meio-ambiente é designativo de uma relação de interdependência. Assim, para a finalidade de análise e

planejamento a abordagem pode ser feita a partir de um dos vários focos teóricos, mas que busque inte^{^^} todos os elementos fundamentais.

O planejamento participativo vincula-se diretamente à legitimação de uma re[^]lação econômica fundamentack na descentralização. Por isso, a ênfase nos níveis local e regional de decisão, inserindo-os em seus contextos ampliados, nacional e internacional.

Diversos estudos de caso citados por Vieira (1992) dão conta da qolicação do enfoque do codesenvolvimento em vários países, segundo os diversos níveis de agregação espacial e diferentes setores de atividade. Assim, os exenplos de trabalhos realizados no Brasil, Peru, Colômbia, El Salvador, Nicarágua, índia, fran. China , Tanzânia, Nova Guiné, Senegal, Moçambique, México, e outros, para ficarmos qjenas nos casos de economias subdesenvolvidas. As [^]licações, nestes países, vão de comunidades rurais e urbanas, à microiregiões, regiões e nações. £ são dirigidas desde a produção de alimentos e energia, habitação, saúde, educação, industrialização à conservação de recursos naturais.

No caso específico do presente trabalho, toda a visão proposta pelo codesenvolvimento, quando não explicitada, estará implícita. Muitas colocações fugiriam ao escopo definido como objetivo geral e, por isso, restam subentendidas.

Assim, por exemplo, a parte referente a ações de planejamento que, no caso, reporta-se a alterações na atual legislação estadual de apoio a industrialização é assumida como uma iase posterior, na qual caberá a participação de representantes de segmentos interessados da sociedade civil, de demais pesquisadores da temática do desenvolvimento sustentável e de técnicos vinculados aos programas estaduais de industrialização, mediante relações institucionalizadas, como entre a Ufsc e o Governo do Estado.

A abordagem regional (estadual) do presente trabalho visa cobrir uma parte da lacuna existente até o momento nas abordagens e?q3erimentais do codesenvolvimento, qual seja, segundo ainda Vieira (Ib., p.24), a “...ênfase excessiva concedida àprojetos

no nível local. Os programas regionalizados tendem a captar melhor os contextos nacional e internacional na avaliação das possibilidades locais.

No presente trabalho, o enfoque básico situa-se no campo econômico e suas inter-relações com as demais áreas. Por esta razão, na sequência aborda-se teoricamente a vinculação básica entre economia e meio-ambiente.

L2 - Economia e Meio-Ambiente

Na postura inicial de segmentos da sociedade, inclusive da comunidade científica, a partir dos anos 1960 e culminando com a conferência mundial de Estocolmo (1972) sobre meio-ambiente, era nítida a preponderância da questão ecológica sobre as demais que envolvem o desenvolvimento sustentável. A partir de então, outras dimensões passam, com igual ênfase, a permear o tema. Principalmente, levanta-se a problemática que considera a relação entre meio-ambiente e desenvolvimento.

Na relação entre meio-ambiente e economia, no modo capitalista de produção, com conseqüências práticas importantes, o ritmo da economia difere e se contrapõe ao ritmo da natureza/ O movimento e o tempo da economia são determinados, respectivamente, pela taxa de lucros e pela taxa de giro do capital, o qual é fundamental na garantia da taxa de lucro e, portanto, na valorização do capital posto em movimento.^ A busca inexorável da redução do tempo de giro apressa o ritmo da economia, assim como todos os ritmos (inclusive o social, com sua tendência, por exemplo, ao consumo e às relações sociais descartáveis ou efêmeras).

■* o mesmo tem-se verificado, por razões diferenciadas, no caso do socialismo até o momento concretizado em diversos países. Como, porém, nosso objeto de estudo situa-se no contexto do capitalismo, a análise a este se restringirá.

^ E isto acaba por “substituir a ciência da natureza ao capital”. (Íñanc, Engels, 1993, p, 94).

A natureza, pelo contrário, tem seu ritmo próprio, caracterizado pelos seus ciclos de vida, de es[^]turações e transformações, de capacidade em absorver, até certos limites, agressões e estímulos externos.

Quanto maior ò conhecimento da natureza, maior a possibilidade da ação econômica tomar-se menos deletéria, apesar dos limites impostos pela lógica econômica - e, em alguns casos, em decorrência mesmo desta lógica.

Para os países do Terceiro-Mundo, onde a superação da miséria pressupõe expansão econômica - a própria miséria sendo um dos mais graves problemas ambientais (saúde, hi[^]ene, qualidade de vida) - o tema alcança muito debate, preocupação, conirov[^]rsia. A conferência Rio 92, agora sobre meio-ambiente e desenvolvimento, e não mais somente sobre meio-ambiente como foi em Estocolmo, bem espelha o novo quadro. A questão da melhoria da qualidade material e geral de vida da população passa a fazer parte da discussão ambiental.

Mas essa evolução na postura “mundial” sobre a questão ambiental passando a considerar a problemática do desenvolvimento, quando examinada em alguns detalhes vai revelar contradição 5, assim como as motivações econômicas e políticas no interesse de dominação tecnológica e de mercado pelos segmentos econômicos mais fortes e organizados (em escalá mundial e em escala local). Esta motivação tem muito a ver com a expansão do anibientalismo em escala mundial, através da mídia, conferências, palestras e seminários. A percepção do que está por detrás da estratégia, para uma política local de resistência é fundamental. A consideração destas questões é inportante, pois elas são o pano-de-fundo para fiindamentar a proposição que segue.

No cenário que se desenha para o médio prazo e com maior ênfase para o futuro mais distante, a preocupação ambiental dominará cada vez mais, tendo profundo reflexo sobre a economia. Se[^]ientos sociais conscientizados serão cada vez mais exigentes

quanto aos cuidados ambientais que a produção econômica deve conter. Isto afetará os mercados internos, como no caso do Brasil, e mais ainda o comércio internacional.

Os novos mercados serão definidos por bens de consumo produzidos com o devido cuidado com o meio físico (“selo verde”); por equipamentos de uso individual ou coletivo que, direta ou indiretamente, tenham a ver com a proteção ambiental; por bens de produção e tecnologias de processo que amenizem o impacto do processamento industrial sobre o meio-ambiente, etc. Este mercado de novos produtos gradualmente se imporá, substituindo mercados atuais.

As economias - nacionais ou regionais - que adaptarem sua produção ao novo mercado, inicialmente desfrutarão de vantagens competitivas ou de monopólio em relação às que não o fizerem. Com o passar do tempo, provavelmente a vantagem desaparecerá, dado que algumas destas últimas também deverão seguir o novo caminho, sendo as demais alijadas do mercado.

Como há um forte conteúdo estratégico de dominação econômica em escala mundial, o desenvolvimento autônomo de uma economia só poderá se dar endogenamente. E a proposição de um desenvolvimento embasado em suas próprias forças é um postulado relevante do ecodesenvolvimento.

A mesma estratégia que busca a monopoliização vista macroeconomicamente (países, estados), vige, todavia, também, em cada atividade produtiva e mesmo na unidade de produção. Ou seja, em nosso caso, tanto no setor industrial quanto em cada indústria, individualmente.

Assim, as indústrias pertencentes a grandes grupos empresariais possuem auto-suficiência financeira para incorporar as adaptações técnicas e processuais visando ao cuidado ambiental, nos níveis impostos pelo mercado consumidor ou pela legislação ambiental. Conseguem, igualmente, sustentar pesquisas visando ao desenvolvimento de novos produtos destinados ao mercado aberto pelo ambientalismo.

Com as pequenas e médias empresas, o mesmo não ocorre. A dificuldade de auto-financiamento é muito grande. Regra geral, com raras exceções, individualmente e

sem o apoio externo, elas não têm condições de enfrentar as novas e crescentes exigências quanto à preservação ambiental. E, menos ainda, têm, individualmente, condições de pesquisar, produzir e lançar produtos para o novo mercado.

Chega-se, ísim, à proposição que o presente trabalho procura defender para o caso de economias como a do Estado de Santa Catarina; o direcionamento de sua política de apoio industrial no sentido do ecodesenvolvimento. Isto é, que os programas estaduais de apoio financeiro à industrialização estimulem empreendimentos comprometidos, direta ou indiretamente, com a sustentabilidade ambiental, e com as sustentabilidades geográfica, cultural, social e econômica.

Bitende-se que, mesmo dentro dos limites dados pelo modo de produção, mais ainda no capitalismo periférico, a proposição reveste-se de alcance social, ao mesmo tempo que se coloca como uma exigência econômica numa visão estratégica de futuro, conforme se procura demonstrar.

CAPITULO II

2- CONTRADIÇÕES ENTRE O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO CATARINENSE E O PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL DO ECODESENVOLVIMENTO

2.1 A Influência da Indústria

A economia de Santa Catarina tomada a título de exemplificação, será abordada tendo como referência o século atual no qual se configuram as mutações que conduzem até a estrutura atual.

A ênfase no processo de industrialização deve-se não só a sua crescente importância e porque ela é objeto central deste trabalho, mas, também, pela intensa monetização que leva a toda a sociedade, e às mudanças comportamentais derivadas.

Com efeito, o ritmo imposto pela indústria altera antigas formas de produção em todo o aparelho produtivo. Isto ocorre pela lógica econômica, tomada relevante, da busca incessante de intensificação da produção na unidade de tempo, visando reduzir custos devido a premência do mercado monetarizado, onde o valor do dinheiro - juros e atualização de valores - passa a ser determinante.

* Se um investimento de 100 produz 10% em um ano, são intercambiáveis 100 hoje por 110 em um ano. Mas se em um ano produz 115, ou 15%, então os equivalentes serão 100: 115; mais a taxa de atualização é elevada e mais a transformação do 'perfil do tempo' que resulta tem por efeito privilegiar a busca de rendimentos imediatos" (Passet, 1979, p. 78),

Segundo Passet (1979, p.77), *acordo com as exigências da atualização a busca do lucro conduz à atividades que retiram o máximo de rendimento do meio mínimo de tempo*

É com a indústria que a lógica econômica passa, efetivamente, a ser dominante, operando, inclusive, sobre a Natureza e a agricultura industrial (Passet, 1979).

A lógica do parêntese econômico passa a considerar, ^enas, valores monetários, assegurando o interesse do mercado. Assim, não respeita as leis de reprodução da biosfera, dissociando-se do ecossistema natural com seus ciclos e tempos próprios.

O componente tempo faz entrar em conflito a lógica econômica com as leis da natureza. A lei econômica conduz à seleção e especialização generalizadamente. Na agricultura, por exemplo, a seleção e a especialização, como é o caso das monoculturas, reduz a diversidade e uniformiza o estoque genético. Hipertrofia certas propriedades, em detrimento de outras; generaliza um só genoma. Seleção e especialização tiram a diversidade e complexidade de qualquer sistema. Ao inverso, diversificação e complexificação são tendências normais de todo sistema, através do processo de retroação (ou “feed-back”), quando submetido a estímulos externos. Na medida, porém, em que as intervenções externas são totalmente homogeneizantes, deixando vingar somente um caractere e sufocando todos os demais, quebra-se a tendência natural e o sistema toma-se muito fíel a qualquer nova perturbação desestabilizadora.

É a industrialização, também, que leva a toda a população o sentido de modernidade. Este é associado ao consumo de novos bens e ao padrão de vida urbano, a que a classe média urbana, emergente do próprio processo, e a classe alta têm acesso, e a que a dos “não-possuidores de bens” apenas almeja.

A seguir, apresenta-se, em síntese, o processo histórico que estruturou o parque industrial de Santa Catarina.

2.2 - Estruturação da Indústria Catarinense

A forma como a economia brasileira se insere na divisão internacional do trabalho, a partir da qual implantam-se reflexivamente os setores econômicos em Santa Catarina, constitui condicionante a ser considerado para entender-se parcela do processo - a outra devendo-se a fatores nacionais e locais - segundo o qual se estruturou esta sociedade, seus efeitos e suas futuras consequências.

Moldada segundo a movimentação do capitalismo em escala mundial, diversas transformações ao longo das décadas e dos séculos conduziram à estruturação da economia brasileira na forma como ela hoje se apresenta. Principalmente, desenvolvem-se, aqui, atividades produtivas primárias e, seqüencialmente, também atividades industriais, a partir dos movimentos da economia central, suas flutuações, crises, ciclos e reestruturações; o caminho das possibilidades para a economia nacional é dado por estes condicionantes externos.

Modelo primário-exportador e modelo substituição de importações demonstram a maneira como se deu o processo. Também colocam a nu as bases sobre as quais repousam as relações internacionais de economias subdesenvolvidas, deixando antever as perspectivas futuras para estas sociedades.

Não se trata de redesenhar todo o processo, nem isto seria possível em trabalho que não tem este objetivo como meta principal. Interessa, apenas, reforçar alguns pontos que, diretamente, dizem respeito à questão econômica numa sociedade periférica, como a catarinense.

As atividades primário-exportadoras, assim como a industrialização substitutiva de importações, não fogem da estratégia dos países desenvolvidos em deixar fluir para as economias subdesenvolvidas atividades que diretamente lhes convém ou não sejam prejudiciais a seus interesses.

Os produtos primários, em determinados momentos de grande ascensão (auge) do movimento cíclico ou flutuacionai das economias desenvolvidas, podem ter seu mercado superaquecido e, então, os preços confluírem para seu valor (Amin, 1973). Como resultante tendencial, todavia, haverá sempre uma transferência de valor do país atrasado ao avançado, através dos mecanismos da troca desigual. Mesmo nos momentos em que o preço de mercado é favorável àquele, na verdade há uma estrutura de comercialização na qual a vantagem passa a ser do intermediário, comerciante, e não do produtor (Kay, 1977). Portanto, também nas ocasiões favoráveis as relações produtivas internas não ficam positivamente afetadas, pois estas são estabelecidas independentemente daquele mercado. Ou seja, os níveis salariais não aumentam em decorrência de melhor mercado consumidor do produto. Isto implica que em qualquer situação predominam as condições geradoras do alto grau de concentração da renda social, mediante a manutenção da classe trabalhadora sob condições precárias.

A industrialização substitutiva de importações tem, por seu lado, todas as características próprias de um processo que se estrutura sem conflitar com os interesses das economias centrais - ocorre em parte, mesmo, sob o interesse destas - tais como ; perfil industrial predominantemente tradicional em bens de consumo; importação de bens de capital, plantas industriais e tecnologias; perfil de consumo mimético, reproduzindo o modo de vida, padrões e valores daquelas sociedades.

É sob essas condições que ocorre a implantação de indústrias em Santa Catarina, conforme na seqüência busca-se detalhar.

A estruturação do parque industrial de Santa Catarina deu-se paulatinamente, aconq>anhando a tendência nacional. Desde os últimos anos do século passado até os anos 1930, al^ns segmentos de bens de consumo se implantaram, apesar da predominância, principalmente no aparelho de Estado, da ideologia primário-ejqjortadora (Ceag^SC, 1980).

O processo foi, sempre, baseado na “substituição de inqjortações”, em suas várias fases. Desde quando se dava espontaneamente em decorrência de restrições

internacionais - problemas de disponibilidade de divisas, impossibilidade de importar devido a redução de oferta de bens no mercado internacional, como nos grandes conflitos mundiais - até quando passa a se constituir em política de substituição de importações, como um “projeto” nacional, assumido pelos governos, e passado ideologicamente para a sociedade como um todo.

No final do século XIX, implantam-se as primeiras indústrias têxteis no Vale do Itajaí. Isso pode ser associado a dois fatores básicos; a crise econômica do capitalismo central de 1873, expulsando da Europa contingente humano constituído de operários, técnicos e pequenos empresários, e a superação da tarifa especial de importação de tecidos ingleses, que tomava impossível a competição da produção nacional (Od.,ib., p. 62, 73).

No decorrer do século atual, os dois conflitos mundiais - P Guerra e IP Guerra - contribuem para a implantação de novos segmentos de “indústrias tradicionais”, como madeira e mobiliário. Após a IP Guerra, consolida-se o parque das indústrias “dinâmicas”, quais sejam a indústria metal-mecânica e a de papel e celulose.

O processo de substituição de importações vai, assim, avançando, tendo o longo ciclo atingido seu auge na década de 1950.

A situação social apresenta-se menos tensa neste período, devido à expansão da economia, quando, então, a política salarial é menos desfavorável aos trabalhadores.

A industrialização passa a ser o eixo dinâmico da economia, não eliminando, todavia, as antigas atividades primárias, apenas modificando-as.

No setor agrícola, expande-se a monocultura para fins industriais ou exportação, como a soja e a cana-de-açúcar. A política agrícola nacional, que estimula a implantação de monoculturas em grandes propriedades, leva à concentração mais acentuada da estrutura fundiária.

Monocultura, tecnificação e concentração fundiária são os ingredientes que resultam no êxodo rural. Na década de 70, a população rural de Santa Catarina decresceu a taxas de -1,2% a.a., enquanto a população urbana cresceu 5,2% a.a.

(Cunha, 1992, p. 86). O ritmo intenso do processo fez com que, apesar do crescimento industrial observado, a criação de postos de trabalho fosse insuficiente, aumentando a marginalidade uibana.

Ao final dos anos 1960, para a América Latina (Griffith-Jones, Sunkel, 1990), e meados dos anos 1970, para o caso brasileiro (Tavares, 1976), chega-se ao estágio final do processo de substituições de inçortações. Esgota-se o chamado modelo de substituição de in^ortações, e toda a crise atual por que passam as economias latino-americanas revela-se como crise estrutural, vinda desde ac^eles anos. Somente "*... a enorme expansão de crédito privado internacional possibilitou que durante toda a década de 1970 se fizesse vista grossa à crise estruturai e energética resultante do estilo de crescimento assumido no pós-guerra*" (Griffith-Jones, Sunkel, 1990, p. 33).

A retomada dos investimentos dos anos 70 significou, apenas, uma sobrevida do modelo substituição de in^ortações, no caso brasileiro. Bn toda a América Latina onde o mesmo modelo de industrialização se implantou, ele já havia se esgotado no final dos anos 60.

Quando, finalmente, o ciclo esgota-se definitivamente também no Brasil, a economia entra em profntinda e duradoura recessão, que percorre toda a década de oitenta e entra na de noventa.

Durante todo este período, a estratégia para proteção dos lucros acaba por produzir ainda maior desigualdade social.

Com efeito, o avanço tecnológico que geralmente acompanha novos investimentos - mesmo que representado por tecnologias atrasadas em relação aos segmentos de ponta do c^italismo avançado - leva ao aumento da composição orgânica do capital e ao aumento da produtividade. Os salários não crescendo com o ganho de produtividade, resultam em taxas de lucro elevadas e maior acumulação de capital.

Quando o ritmo de investimentos diminui significativamente, a partir da segunda metade dos anos 1970, automaticamente se reduz o avanço tecnológico marginal. O efeito é o quase congelamento do nível médio vigente, da composição do capital e da produtividade. Essa última fica ainda mais comprometida, pelo aumento dos níveis de ociosidade.

Para proteger as margens de lucro, a política salarial do governo e das empresas arrocha ainda mais o ganho da classe trabalhadora, aumentando a taxa de exploração.

Tomado a nível nacional, onde se situa estruturalmente o grande mercado consumidor da produção catarinense, o efeito é o da redução, ou paralisação, do crescimento da demanda de bens. Isto contribui para ampliar ainda mais os níveis de ociosidade, refletindo-se em inflação de custos. A esfera produtiva repassa o aumento de custos aos preços, ao tempo em que as empresas entram, juntamente com as empresas da esfera da circulação, em uma onda especulativa para garantir margens elevadas de lucros e rendimentos. Uma economia estagnada, mas com elevado e persistente aumento no nível geral de preços: é a estagflação.

Em termos econômicos, é este o resultado a que conduziu todo o processo de tentativa de ajustes passivos para levar adiante a economia quando o modelo que a sustentava já, de há muito, encontrava-se exaurido. E um longo período de estagflação só pode ter como conseqüência o agravamento da questão social, conforme refletem os dados.

Outro componente a se considerar no processo de estruturação do setor industrial brasileiro e catarinense é o forte papel exercido pelo Estado e, quando de sua debilidade financeira e conseqüente enfraquecimento em suas várias funções de interesse do capital privado, o retraimento deste como agente de investimento por excelência.

® Dados colhidos junto ao Brde e Badesc, para Santa Catarina, demonstram a intensidade dos investimentos industriais durante toda primeira metade da década de 70. A partir daí, os investimentos se retraíram a cada ano a menos de um terço do que era no período de auge. Isto persiste durante a década de 80 e reduz-se ainda mais, nos anos 90,

o Estado na economia brasileira, assim como nas demais sociedades latino-americanas que se industrializaram, tem desempenhado três funções essenciais no processo de industrialização: Estado-consumidor, Estado-produtor e Estado-financiador (Xavier, 1992). Por qualquer das funções que o estado desempenha, seu papel é sempre o de possibilitar a acumulação privada, através da obtenção de superlucro. O Estado grande comprador da iniciativa privada, substituindo o fraco mercado de consumo interno, permite, através da prática do superfaturamento, uma boa parcela da acumulação de capital. Outra parcela é dada pela oferta a preços subsidiados de produtos e insumos que o capital-estatal-produtor coloca à disposição da iniciativa privada, como aço, energia e outros. Na função financiadora, o Estado repassa rendas ao capital privado, através de empréstimos a custos subsidiados.

Todavia, essas funções, que servem para repassar riqueza à iniciativa privada, só podem ser feitas na medida em que esta é tirada do Estado, ou melhor, das populações. E, *não obstante, só o fez defidtaricamente, ampliando superaviariamente a riqueza capitalista tanto mais, quanto mais se estenderam, de um lado, déficits, dívidas e colapsos estatais institucionais, de outro, superexploração da força de trabalho ao seu social-extermínio*" (Xavier, 1992, p. 70). E, completando: o processo baseado no capital-parasitismo leva à quebra financeira do Estado *"em suas funções capital-produtivas e sem novos agentes econômico-sociais, cada vez mais produtivos, desenvolvimentistas, a economia experimentou desindustrialização, desemprego e barbárie social tanto quanto enriquecimento capitalista, parasitário"* (Id., ib., p. 94).

Não foi diferente a ação do Estado com relação à oferta de infra-estrutura e de preparação de força-de-trabalho para o setor privado. Quanto a esta, há despreocupação em criar uma autêntica linha de pesquisa em Ciência e Tecnologia que pudesse levar a um desenvolvimento autônomo. Assim, por exemplo, limita-se a fazer proliferar cursos de nível superior apenas nas várias profissões que dão suporte ao mimetismo tecnológico implantado, conforme estudo apresentado por Silva (1992).

Finalizando este apanhado sobre a estruturação de uma economia industrial periférica, são feitas considerações acerca do significado da longa crise atual.

A crise é, como se viu, do próprio modelo de desenvolvimento. Assim, de nada adiantarão as políticas de ajuste econômico de curto prazo. *“A grande crise atual coloca praticamente todos os países perante um dilema crucial de política econômica: submeter-se a um ajustamento recessivo extremamente severo de caráter monetarista, como o que o capitalismo financeiro transnacional está tentando impor, ou recuperar e manter um grau de liberdade suficiente para implementar políticas de reativação no contexto de uma estratégia baseada no desenvolvimento das forças produtivas e sociais nacionais”* (Griffith-Jones, Sunkel, 1992, p. 212). E reforçado com Tavares (1976, p.116): *a necessidade de transitar para um novo modelo de desenvolvimento, verdadeiramente autônomo (em que o impulso de desenvolvimento surja dentro do próprio sistema)...* ” Observa-se que apesar de distantes década e meia, as proposições acima se equivalem. O problema já revelado em meados dos anos 70 e o que hoje leva à busca de alternativas é, pois, o mesmo, qual seja, o esgotamento do modelo atual.

Assim, *“... só resta reconhecer que o verdadeiro desenvolvimento nacional e regional terá de se basear principalmente na transformação dos recursos e do ambiente natural, fatores em que a América Latina é relativamente rica, incorporando os esforços de toda a população, juntamente com a adoção de estilos de vida, padrões de consumo, técnicas e formas de organização apropriados a esses recursos naturais e humanos, com uma utilização muito prudente e eficiente do pouco capital disponível, especialmente em seu componente importado, tudo isso visando especialmente à produção de bens e serviços e à acumulação de capital básico requerido pelos setores majoritários da população, para melhorar seus níveis de vida e*

1990, p. 217).

2.3 - Industrialização e Desigualdades Sociais em Santa Catarina

Por suas próprias determinações, o processo econômico no sistema capitalista é altamente concentrador. As atividades tendem a aglomerar-se em grandes grupos empresariais, em unidades produtivas cada vez maiores, ao mesmo tempo em que novas unidades tendem a localizar-se em áreas geográficas onde já existam uma série de atividades econômicas.

A essa tendência concentracionista submete-se, também, outro fenômeno mais específico das sociedades subdesenvolvidas: o alto grau de concentração de renda.

O problema da concentração da renda nas sociedades subdesenvolvidas, assim como na catarinense, decorre essencialmente da forma como se processa a industrialização em sua relação com a força de trabalho.

Para analisar esta questão é necessário que se parta da caracterização sociológica das classes sociais.

De acordo com Fernandes (1975), o conceito mais geral para esta caracterização, no caso brasileiro, deve ser: os “possuidores de bens” e os “não-possuidores de bens”.

Os “possuidores de bens” valorizam-se através das relações de produção e do mercado. As classes que compõem esta categoria serão apontadas mais adiante.

Quanto aos “não-possuidores de bens”, eles poderão ou não valorizar-se e classificar-se na ordem econômica pelo trabalho. Ou seja, há “não-possuidores de bens” que classificam-se e valorizam-se na ordem econômica via seu trabalho; mas há “não-possuidores de bens” que não conseguem a fonte de trabalho para classificar-se e valorizar-se.

Na economia de subsistência e nas estruturas arcaicas do sistema econômico, no campo e nas cidades, estão os “não-possuidores” cujo trabalho não conta como mercadoria. Assim sendo, eles não conseguem valorizar sua posição no mercado.

Quanto aos “não-possuidores de bens” cujo trabalho conta como mercadoria, à sua posição ocupada nas relações de produção corresponde uma valorização no

mercado. ValorízBin-se social e economicamente, pela força-de-trabalho como mercadoria. São os que se assalariam e os que estão em vias de proletarização ou se proletarizaram. Correspondem à classe baixa urbana, assalariados de fabricas e empregados de baixo rendimento de lojas e escritórios.

Ao regime de classes, conforme caracterizado, vincula-se um aumento crescente das desigualdades econômicas e sociais.

A articulação de estruturas arcaicas e modernas é um requisito do capitalismo subdesenvolvido. É ele que possibilita: a) a troca de não-eq^{iv}alentes e, b) a manutenção de baixos níveis salariais entre os “não-possuidores de bens” que se va^lorízam no mercado.

Os “não-possuidores de beni[^]”, em decorrência de sua dependência estrita do trabalho imediato, diuturno, podem ser submetidos a qualquer tipo e nível de assalariamento. E nesta categoria de trabalhadores é muito grande a proporção dos que se encontram em posição marginal em relação à valorização no mercado (podendo, logo, se constituir em reserva).

Para a constituição da grande massa permanente de reserva contribuem, pelo lado dos investimentos, dois aspectos. Um deles é o mimetismo tecnológico. Ele se dá pela adoção de tecnologias concebidas em mercados de trabalho onde o nível de reserva é muito menos inteiro que no capitalismo subdesenvolvido. Além disso, conjunturalmente, naqueles mercados, atinge-se o pleno emprego, nos períodos de auge de e:[^]ansão da economia. O outro aspecto, em relação aos irvestimentos, que explica o alto grau de desenprego estrutural no capitalismo subdesenvolvido, é o ritmo de expansão destes investimentos ao longo do tempo, o qual não é suficiente para absorver a grande massa de desempregados e subempregados (desemprego disfarçado) existente.[^]

[^] A expressão eriprego e desençrego, em ciências sociais, refere-se a ocupação e desociç)ação, respectivamente. Portanto nSo se reporta a vinculo empregatlcio, mas sim à realização ou não de alguma atividade econômica. A desociç)ação tanto pode ser aberta como disfarçada. Esta última significa o subemprego de pessoas em atividades que não conseguem abranger o total de tempo diário de trabalho socialmcntc definido e ci-yo rendimento é muito reduzido.

A existência de grande massa de reserva de trabalhadores combinado ao baixo valor da força-de-trabalho, resulta em baixos salários. Com efeito, a tecnologia sendo mimética, em parte importada e sempre defasada no tempo, portanto ultrapassada, cria ocupações pouco exigentes em capacitação técnica e formação para o trabalho. Força-de-trabalho desqualificada significa a não verificação deste tipo de gasto na sua reprodução. O não treinamento e a não educação criam as condições para um submetimento cultural às condições mais precárias de existência. Assim se chega a um valor da força-de-trabalho bastante reduzido.

Para a classe dos “não-possuidores de bens” que se valorizam no mercado, então, em função da combinação grande massa de reserva e baixo valor, os níveis salariais são muito baixos.

Somente nos períodos em que a economia passa por fases de grande expansão, a tensão entre os interesses das classes é aliviada. Aí, então, se verifica maior participação dos trabalhadores nos fluxos de renda, melhorando seus níveis de vida.

O mercado de trabalho, como visto, não inclui todos os reais ou potenciais vendedores de força-de-trabalho. Por isso, como regra, ele não considera nem mesmo a reposição do trabalhador em suas condições precárias no cálculo do valor da força-de-trabalho. Isso força a intervenção governamental na fixação de salários mínimos. Embora esta em parte corrija o efeito do grande desequilíbrio do mercado de trabalho, ficam todavia os salários a níveis apenas de sobrevivência do trabalhador, em condições até humilhantes.

A debilidade dos mecanismos de mercantilização do trabalho, então, acrescida à fraqueza sindical submetem o trabalho a altas taxas de mais-valia. Estas flutuam ao sabor da política salarial das empresas e dos governos.

A grande massa de trabalhadores “não-possuidores de bens” sujeitada à condição exposta acima; uma pequena parcela de trabalhadores “possuidores de bens”, a classe média urbana que tem meios para valorizar suas ocupações (funcionários, operários qualificados, bancários, etc); e uma muito pequena classe alta urbana

(industriais, banqueiros, grandes comerciantes), resulta num quadro no qual a estrutura de renda é demasiadamente concentrada.

Os dados para Santa Catarina referentes à estrutura de distribuição da renda revelam a crescente tendência desta à concentração em benefício da classe alta, no que acompanha, e com maior intensidade ainda, a sócio-economia brasileira. A Tabela 2, representando a evolução do coeficiente de Gini para a distribuição de renda catarinense durante mais de 25 anos, aponta a tendência referida.

Os índices obtidos com este coeficiente podem variar no intervalo de zero a um, sendo que tendendo à unidade significa a existência de um processo de concentração de rendas, e vice-versa, quando em direção a zero egressa melhor distribuição.

Durante todo o período que abrange quase três décadas, o índice de Gini vai aumentado consideravelmente. Isto demonstra a tendência concentracionista da estrutura de distribuição de renda, prevalecente no Estado de Santa Catarina. Nos anos 80 a questão social agrava-se ainda mais, e o índice registra, já em 1986, o valor de 0,57, praticamente igualando-se ao nacional, quando, até então, tinha sempre se apresentado consideravelmente inferior àquele.

Segundo dados da FJBGE/Pnad 1986, cerca de 65% da População Economicamente ativa com rendimentos em Santa Catarina encontra-se nas faixas de até 3 sm (salários mínimos). Nos anos 60, o percentual maior situava-se na faixa acumulada de até 2 Sí^I Como, segundo dados do DIEESE (Boletim, Salário Mínimo, abril/84) o salário mínimo real reduziu-se pela metade entre o início dos anos 60 e o fmal dos 80, revela-se, na verdade, a piora da situação para os ssdários mais baixos.

**TABELA 2 - SANTA CATARINA E BRASIL - GRAU DE CONCENTRAÇÃO
DA RENDA DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA.
1960/70/80/86**

UMDADE GEOPOLÍTICA	1960	1970	1980	1986
SANTA CATARINA	0,37	0,46	0,48	0,57
BRASIL	0,48	0,52	0,57	0,60

Fonte; SEPLAN/SC, Análise Conjuntural de Santa Catarina®5; IBGE/Pnad 86 - Cálculos do Autor

Pode-se ampliar a visão dos resultados sociais pela apreciação do índice de Desenvolvimento Social (IDS). Este índice é o complemento da média aritmética dos índices de carência social, os quais são obtidos pela úiterpolação de cada indicador considerado - no caso, esperança de vida, coeficiente de Gini e taxa de alfabetização, os mesmos utilizados em trabalho de Rodrigues (1999), para permitir comparações internacionais - entre os valores máximo e mínimo mundial. O IDS pode assumir valores no intervalo entre zero e um, sendo melhor a situação social quanto mais elevado o valor do índice.

Os resultados e comentários abaixo, para o caso de Santa Catarina, são reproduzidos de artigo de nossa autoria intitulado “Carência Social do Estado de Santa Catarina”. “

TABELA 3 - INDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (IDS) E RENDA PER CAPITA - SANTA CATARINA E PAÍSES SELECIONADOS - 1987

<u>ESTADO E PAÍSES</u>	IDS	<u>RENDA PER CAPITA (US\$ Dólar/hab.)</u>
SANTA CATARINA	0,65	3.035
TUNÍSIA	0,63	1.180
PANAMÁ	0,66	2.240
MALÁSIA	0,67	1.810
EL SALVADOR	0,68	860
FIUPINAS	0,69	590
MÉXICO	0,70	1.830
COLOMBIA	0,70	1.240
TAILÂNDIA	0,71	850
INDONÉSIA	0,71	450
SRILANKA	0,76	400
CHILE	0,80	1.310
PERU	0,81	1.470
COSTA RICA	0,84	1.610
CORÉIA DO SUL	0,86	2.690

Fontes: SEPLAN/SC, Séries Estatísticas de Santa Catarina; Rodrigues (1991).
(Cálculo do IDS para Santa Catarina feito pelo Autor).

A Tabela 3 apresenta o IDS e a renda *per capita* para este Estado e alguns países selecionados, de modo a permitir comparações.

É importante notar que a tabela não traz nenhum dos chamados países desenvolvidos. A comparação que está se fazendo é, então, de Santa Catarina com a situação de países de nível de renda médio, ou até de baixo nível de renda, como Indonésia e Sri Lanka. Mesmo o costumeiro argumento de que possa se tratar de distribuição da miséria quando se coteja estrutura de distribuição da renda com renda *per capita*, isto é, renda bem distribuída, porém pouca para cada um, no caso não procede, pois consideram-se aqui indicadores gerais de saúde (esperança de vida) e

educação (taxa de alfabetização), que refletem condição social melhor, independentemente do nível geral de renda.

Como se vê na tabela, com relação a renda *per capita* o Estado de Santa Catarina sobressai, superando todos os países considerados. Ultrapassa mesmo a Coreia do Sul, apresentada quase sempre como o exemplo das potencialidades do capitalismo, e em até seis vezes os países mais pobres da lista (e não mais pobres do mundo, que não estão aqui considerados pois a preocupação foi relacionar apenas os que apresentam valor do DDS próximo ou superior a Santa Catarina).

O outro lado da questão é, todavia, alarmante: o desenvolvimento social catarinense é inferior a qualquer dos países da Tabela, os quais, convém insistir, têm renda média muito inferior. Nações com renda seis vezes inferior apresentam-se socialmente superiores a Santa Catarina!

O índice catarinense de 0,65 - que resulta de uma taxa de alfabetização em torno de 86% em 1987 (SepIlan/SC, 1990), esperança de vida de 70 anos em 1991 (SPF, 1991) e coeficiente de Gini 0,57 (Tabela 2) - revela-se inferior mesmo a países de reconhecidos problemas sociais como Panamá (0,65), El Salvador (0,68) e Filipinas (0,69); e ficamos incrivelmente distantes de sociedades latinoamericanas como Chile (0,80), Peru (0,81) e Costa Rica (0,84).

Desconsiderando sociedades onde a situação econômica e social é reconhecidamente calamitosa (Serra Leoa, Nepal, Costa do Marfim, Bangladesh e Honduras), a posição social de Santa Catarina consegue apenas superar - e por pequena margem - países que em definitivo não podem servir como referencial positivo ou paradigma: Turquia (IDS 0,59), Egito (0,58), Jamaica (0,56), segundo dados de Conjuntura Econômica janeiro/91. Supera também o índice do Brasil (0,52), o que em si não é vantagem alguma; pois nosso País, amiúde referido como potência econômica mundial, coloca-se em deplorável oitavo (8^o) lugar na lista dos países mais carentes do mundo!...(Rodrigues, 1991).

o índice de desenvolvimento é, por definição, o complemento do índice de carência. Essas sociedades, como a catarinense, que mal conseguem passar o nível intermediário de desenvolvimento social, melhor seria referir-se a elas pelo seu alto índice de carência social. Para seguir a metodologia e a forma de apresentação propostas pela Organização das Nações Unidas, manteve-se o conceito de índice de Desenvolvimento Social, porém deve-se ter presente o viés a que pode induzir semelhante expressão.

O dado catarinense assume uma conotação ainda mais depreciativa na medida em que está sendo relativizado não com um segmento importante e privilegiado de qualquer um dos países com os quais está sendo feita a comparação, e sim com a média nacional daqueles países. Médias nacionais incorporam também os segmentos mais carentes. E mesmo assim Santa Catarina fica socialmente inferiorizada. Superar o índice brasileiro em nada é estimulante, pois este traz o peso de toda a imensa região Nordeste com índice 0,34, um dos mais baixos do mundo, só superado por Serra Leoa, Nepal e Costa do Marfim em sua miserabilidade.

Os resultados sócio-econômicos indicados pelo Coeficiente de Gini e pelo índice de Desenvolvimento Social, só podem ser explicados tendo-se em conta o processo por que tem passado a economia.

No caso específico em análise, o papel do setor industrial, neste contexto, é determinante, pois é este setor, de há muito tempo, o elemento mais importante e dinâmico da economia de Santa Catarina. Já em 1970, apropriava-se de mais de 32% da Renda Interna; em 1980, passava para 37,6%; e em 1990, chega a atingir 41,6%. Tendo-se em conta ser o industrial o setor produtivo por excelência, seu aporte é determinante sobre o conjunto da economia.

CAPÍTULO III

3 - DESIGUALDADES ESPACIAIS E PROBLEMÁTICA AMBIENTAL CONFRONTANDO PRINCÍPIOS DO ECODESENVOLVIMENTO

3.1 - O Componente Espacial no Capitalismo Contemporâneo

A questão da espacialidade na economia capitalista está relacionada à busca do superlucro, inerente ao processo de reprodução *“O processo de reprodução ampliada é determinado pela procura de superlucros”* (Mandei, 1985, p. 52).

Períodos expansionistas do sistema como um todo são marcados pela presença de lucros extraordinários. A dinâmica do sistema é dada pela constante perseguição a estes superlucros.

São em número de seis as principais fontes de superlucro: detenção de monopólio; inovação tecnológica promovida por uma empresa frente às demais; pagamento de salários aquém dos demais empresários; redução do custo de produção em relação à média de custos das demais empresas pela exploração solitária de

A reprodução ampliada do capital dá-se pela capitalização de superlucros, isto é, de uma taxa de lucros que é para o empresário individual maior a média social considerando todos os demais empresários.

determinada fonte de matéria-prima; aumento de rotação do capital circulante; diferenças regionais de produtividade.

Todas estas fontes ou algumas delas podem estar atuando concomitantemente, em determinado período. Em outro, pode ocorrer o esgotamento, para o capitalista ou região privilegiada, da fonte que lhe garantia superlucros. Tenta-se, nesse caso, renovar a fonte esgotada, ou partir-se para a exploração de outras possibilidades.

O superlucro está sempre relacionado a uma posição privilegiada de um capitalista ou um segmento setorial ou regional da economia em relação aos demais. Tal situação tende a periodicamente desaparecer, pela impulsão dos demais capitalistas na mesma direção, o que fará com que o diferencial que permitia o lucro extraordinário desapareça para todos (Mandei, 1985; Schuneter, 1982).

Dado que a dinâmica do sistema se fundamenta na obtenção e capitalização de lucros extraordinários, logo, conforme Mandei (1985, p. 58), *“...a falta de homogeneidade na economia capitalista é um desfecho necessário do desdobramento das leis de movimento do próprio capitalismo.”*

O desenvolvimento global do modo de produção capitalista, então, não pode ficar subordinado à noção de equilíbrio. Ele contém e sequencia períodos de equilíbrio com períodos de desequilíbrios. É uma unidade dialética que contém, cada um, a sua própria negação. Há uma tendência inerente a rupturas de equilíbrio.

Assim, por exemplo, à reprodução ampliada, período expansionista, segue-se a crise; um período contendo os germes do seguinte.

Fazemos a seguir breve retrospecto dos grandes períodos de modernização do capitalismo e de como, neles, se coloca a questão da espacialidade, ou seja, o papel da localização geográfica em relação à sócio-economia.

A história do capitalismo industrial demonstra como o desequilíbrio é inerente ao seu desenvolvimento.

Consideremos os quatro grandes períodos de modernização, conforme Soja (1993).

A primeira modernização do capitalismo é verificada com a Revolução Industrial. O período que se lhe segue é concebido como sendo a era clássica do capitalismo industrial competitivo (na Europa, situa-se em meados do séc. XIX).

O mercado é basicamente circunscrito às fronteiras nacionais; dentro destas se dá o processo de concentração e centralização do capital, caracterizando uma imobilidade internacional relativa do capital.

Mesmo na condição de concorrência, porém, o capitalista busca o superlucro, um lucro acima do lucro médio vigente, impulsionado por sua ânsia constante de enriquecimento. Assim ele busca revolucionar a tecnologia e conseguir custos de produção menores que seus concorrentes, como forma de obter o lucro extraordinário.

A tendência, todavia, da concorrência capitalista nominal é para a inalação da taxa de lucro entre regiões e em setores. Isso leva a uma certa homogeneidade no desenvolvimento espacial e regional, rompida pelos segmentos que buscam o superlucro,

A segunda modernização do capitalismo dá-se com a instauração da era dos oligopólios, imperialista e empresarial. Agora, então, o desenvolvimento desigual entre as regiões passa a ser fundamental para o sistema, tanto quanto lhe é fundamental a exploração direta do trabalho pelo capital. É este desenvolvimento desigual que preponderantemente possibilita a apropriação de superlucros no chamado período clássico do imperialismo, o qual vai até o intervalo das duas guerras mundiais.

o período conq^ureendido aproximadamente entre a década de 1920 e o final dos anos sessenta, é caracterizado como sendo o da terceira modernização do capitalismo. Constitui-se em um desenvolvimento ulterior da época in^uerialista, de capital mono e oligopolista. É a época do fordismo e da administração estatal burocrática de inspiração keynesiana.

A acumulação de capital no período monopolista, do qual esta terceira modernização é uma extensão, &nda-se nos superlucros obtidos para al^u do mercado nacional, isto é, no mercado mundial. A forma é a da especialização e, sobretudo, diferenciação de produtos. As grandes empresas são induzidas a produzir e vender em escala mundial.

Esse tipo de economia, após a 1ª Guerra Mundial, é levado a intensificar a busca de superlucros tecnológicos. A inovação tecnológica passa a ser, para o empresário inovador, a forma preponderante para obtenção de um lucro superior à média social.

Assim a economia entra num período onde se dá aceleração da inovação tecnológica. Com novos processos de produção e novos produtos, busca o empresário reduzir o tempo de rotação do capital fixo para um nível abaixo do tempo médio social. Enquanto a inovação não atingir a maioria dos demais empresários, a situação privilegiada para o primeiro ou para os primeiros inovadores, garantir-lhes-á esta forma de superlucro, advinda da inovação com o fim de reduzir o tempo de giro da parcela fixa do capital.

A aceleração das inovações tecnológicas procura enfrentar a dificuldade cada vez maior em aumentar a jornada de trabalho e/ou reduzir salários, isto é, tirar conquistas dos trabalhadores, possíveis na era do capitalismo industrial competitivo, mas não mais no capitalismo contemporâneo.

Frente à rigidez nas relações de trabalho, *“...o capitalismo foi forçado a desdeshcar uma ênfase cada vez maior para a extrac^ução da mais-valia relativa, através*

o capital fixo compreende os instrumentos de trabalho utilizados para facilitar a produção de mais-valia. O capitalista que possuir máquinas mais eficientes ou mais duráveis em relação à média social se apropriará da mais-valia relativa (através da intensificação do trabalho), em função do ganho relativo de produtividade.

das mudanças tecnológicas, das modificações na organização orgânica do capital' (Soja, 1993, p. 111).

O final dos anos 1960 e início dos 70, marca a crise da economia fundada no fordismo e no keynesianismo como regime de acumulação e modo de regulação, e a instalação da quarta modernização do capitalismo.

Foi posto em cheque, então, o regime de acumulação (formas de consumo e de acumulação estabelecidas) e o modo de regulação social e política (normas, hábitos, leis, redes de regulamentação, regras e processos sociais interiorizados).

A grande mudança foi no sentido das flexibilizações, contrapondo-se justamente à rigidez do regime anterior, que se esgotou.

Ocorre, assim, flexibilização dos processos de trabalho, com o mesmo trabalhador executando várias tarefas diferenciadas; flexibilização no mercado de trabalho, em relação a salários e duração do contrato; flexibilização dos produtos, significando que pequena alteração no processo produtivo possa gerar produto diferenciado, o que conforma com mercados cada vez mais fragmentados.

Este conjunto de elementos forma o que Soja chamou de “especialização flexível”. Para este pensador (1993, p. 206), “...estamos, atualmente, em meio a um período em que o capital e o trabalho estão sendo significativamente reorganizados, numa tentativa (ainda não completamente bem sucedida) de restabelecer o aumento dos lucros e reforçar a disciplina do trabalho, em parte através de ataques diretos à organização, aos salários e aos padrões de vida da classe trabalhadora”.

^ termos econômicos, o início da nova etapa que se caracteriza pela flexibilização é acompanhado por uma nova e intensa fase de compressão do tempo-espço, como forma de obtenção de superlucros. Este é o princípio organizador da vida econômica.

Numa concepção mais geral, “outra cultura do tempo e do espaço parece estar-se formando nesse contexto contemporâneo e redefinindo a natureza e a experiência da vida cotidiana no mundo moderno - e, com elas, todo o tecido da teoria social Eu

situaria a instauração dessa passagem para a pós-modernidade no fim dos anos sessenta e na sucessão de acontecimentos explosivos que assinalaram, em conjunto, o término do longo surto de crescimento do pós-guerra na economia capitalista mundial” (Id., ib., p. 78).

Mais adiante, porém, o autor aqui citado. Soja, alerta para o fato de que, na verdade, nova inflexão positiva ainda não começou. Assim, “*devemos hoje contentar-nos, finalmente, com a identificação visível das inclinações e tendências (...) reconhecendo, mais uma vez, que a recuperação do capitalismo através da reestruturação não é mecânica nem garantida, e que tudo o que hoje parece só pode-se desmanchar - ou esgarçar - no ar amanhã” (Ibid., p. 222, grifos do Autor).*

E acrescenta, afirmando que (Ibid., p. 223): “*O período contemporâneo deve ser encarado como outra tentativa do capitalismo gerada pela crise, de restaurar as condições fundamentais de sua sobrevivência: a oportunidade de obter superlucros a partir da justaposição de desenvolvimento e subdesenvolvimento na hierarquia de locais regionalizados e entre os vários setores, ramos e empresas produtivos”.*

Pode-se, portanto, captar nas diversas reestruturações por que o capitalismo periodicamente passa, o papel hora mais intenso hora menos intenso da espacialidade geográfica. Adiante se verá a sua crescente importância no capitalismo atual, retomando o papel vital que joga o desenvolvimento geograficamente desigual, assim como a persistente busca da anulação do espaço pelo tempo, na sobrevivência do capitalismo.

Reestruturação é um conceito que se enquadra entre a reforma parcial e a transformação revolucionária onde se passaria para algo completamente diferente.

Os resultados que se revelam, na verdade escondem as relações contraditórias que os processos contêm.

A tendência à diferenciação combina-se contraditoriamente a tendência à igualação. Assim, a tendência à homogeneização em todos os setores e lugares da taxa de lucro, induz o capitalista individual a buscar *sen^re* sua situação particular privilegiada frente aos demais, como forma de obter superlucro, isto é, taxa de lucro diferenciada.

Bm termos espaciais, ao mesmo tempo em que se produzem as diferenças, *"há uma tendência persistente para a crescente pK>nK>geneização e redução dessas diferenças geográficas. Essa tensão dialética entre diferenciação e igualação é a dinâmica subjacente do desenvolvimento geograficamente desigual"* (Soja, 1993, p. 133).

Para o capitalista individual, a diferenciação em relação aos demais quanto a uma boa localização espacial garante-lhe lucro extraordinário. É uma forma de mais-valia relativa, obtida através da venda, pelos capitalistas individuais, *"ao preço social médio porém produzida a custos heais mais baixos que a média social"* (Harvey, 1990, p. 392).

A vantagem locacional, da mesma forma que ocorre com a vantagem tecnológica, é, contudo, efêmera. Os demais produtores podem também se realocar, fazendo com que desapareça para todos, inclusive para o primeiro, o superlucro decorrente de uma localização privilegiada.

A tendência à homogeneização leva à busca de diferenciação. Assim de novo, o capitalista individual é induzido a buscar uma nova diferenciação em termos de localização. *"Os capitalistas individuais, cuidando de seus próprios interesses e esforçando-se por elevar ao máximo seus lucros sob as pressões coercitivas da*

competição, acabam por anular a produção e mudar de localização até o ponto que desaparece a capacidade para produzir mais-valia ” (Id., ib., p. 393).

Os processos que teoricamente levariam ao equilíbrio espacial são partes de um mesmo processo que levaria a crises de acumulação. Não tem lógica, no capitalismo, pensar na possibilidade de equilíbrio geral no espaço: o equilíbrio segundo uma forma de rede hexagonal de Lösh teria zero de acumulação, o que não concorda em absoluto com o modo de produção capitalista.

Ao contrário de equilíbrio, as forças de contrapeso, que empurram a economia ao desequilíbrio espacial crônico, segundo Harvey (Ib., p.393) “...desenham um papel potencialmente importante para adiar, limitar ou resolver as crises espaciais da acumulação. ”

É disto que resulta o “desenvolvimento geográfico pouco uniforme”.

Ao aspecto eminentemente espacial como proporcionador de mais-valia relativa ao capitalista individual que detenha situação privilegiada frente aos demais, há outro que se associa para gerar concentração geográfica de atividades. Este outro aspecto é o relacionado à mudança tecnológica e de organização.

A presença cada vez mais forte do capital fixo em relação ao capital variável (em vista do avanço tecnológico) induz à economia de escala. E os rendimentos cada vez mais portentosos derivados deste aspecto e da crescente centralização do capital, levam também à aglomeração espacial.

Esse fator pode gerar aglomeração das atividades nos maiores centros urbanos, na medida em que é cada vez mais importante, para o capital, a crescente divisão social do trabalho. Mas, “a divisão social do trabalho e a abertura de novas linhas de produtos estimula a divisão territorial e a dispersão geográfica do trabalho” (Id.,ib., p. 395).

Há, portanto, uma TENSÃO entre a concentração geográfica da produção e a especialização e dispersão territoriais.

o capitalista individual, quando não mais consegue obter superlucros de localização, é levado a buscá-los por meio da inovação tecnológica. E geralmente as mudanças tecnológicas criam novas oportunidades de realocização, abrindo a possibilidade de lucros extraordinários de localização. E^o, quanto mais se aproxima a produção de algum equilíbrio espacial, conclui Harvey (fc, p.396), ***mciór será o incentivo competitivo para que os cc^ritaiistas individuais alterem a base desse equilíbrio espacial*

3.2 - Concentração Espacial no Estado de Santa Catarina

O processo efetivo de crescimento do capitalismo é feito, então, pela busca incess^te do superlucro, o que faz com que nunca se atinja uma igualação plena das taxas de lucro. Logo, a desigualdade regional e setorial é-lhe inerente.

“O ponto Jundamental é que o ca/ritaUsmo - ou, se preferimos, a atividade normal dos caffHtalistas em busca de hicros - baseia-se, intrinsecamente, nas desigualdades regionais ou espaciais, como meio necessário de sua sobrevivência continua^” (Soja, 1993, p. 132).

Como resultado, e como pressuposto, toma-se geograficamente diferenciado em relação a; taxas de lucro; composição or^nica do capital; produtividade do trabalho; índices salariais; custo de reprodução da força de traballio; níveis de tecnologia e mecanização; organização do trabalho; incidência da luta de classes.

As diferenças em relação a estes elementos aparecem na relação de país a país, ou dentro do país, de região a região, diferenças que são mantidas através do investimento de capital e de infra-estrutura social.

No caso específico do Estado de Santa Catarina estes aspectos devem ser vistos de dois ângulos: 1) as diferenças em relação às demais regiões do País; 2) as diferenças internas.

A insuficiência de dados estatísticos nesta área é notória. Algumas indicações, porém, são suficientes para demonstrar o fenômeno.

Contando, por exemplo, com uma produtividade significativamente superior à do Brasil, medida em termos de PIB/habitante (em 1990, Cr\$ 260.998,00 para Santa Catarina contra Cr\$ 218.200,00 para o Brasil), o rendimento médio mensal das pessoas ocupadas em Santa Catarina praticamente se iguala ao nacional. Segundo dados do Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil, 1994, IBGE, o rendimento médio mensal das pessoas ocupadas no ano de 1990, em Santa Catarina, foi de 4,2 salários mínimos, contra 4,1 para o Brasil.

Com relação a diferenças dentro do Estado, a forte tendência a reforçar as concentrações e, em consequência, aumentar as desigualdades regionais pode ser identificada através do investimento de capital e da implantação da infraestrutura social.

Uma pesquisa realizada em 1974, já registrava a concentração industrial na Região do Médio Vale do Itajaí - Blumenau, Brusque e Rio do Sul e na Região Nordeste de Santa Catarina - Joinville, Jaraguá do Sul e São Bento do Sul (SDE, 1974, p. 115).

Aquela pesquisa detectava a tendência para o reforçamento da concentração, aceitando-a como um fato natural, decorrente das forças de aglomeração (Ib., p. 117). Propunha, ainda mais, que o *"desenvolvimento industrial catarinense deveria ser orientado no sentido de incentivar a ampliação da média e grande indústria"* (Ib., p. 36). Evidentemente, isto acentuaria o processo de concentração generalizada.

Do ponto de vista do investimento em infra-estrutura, o mesmo trabalho sugeria (p. 176) que o Estado se preocupasse em preparar “*vários centros regionais, devidamente hierarquizados*”, assim como atentasse “... *para a questão da mão-de-obra, no sentido de adequar a oferta de recursos humanos às necessidades detectadas pelas tendências de expansão e espedahzação industrial referida no estudo*”

O esbido em referência tem importância relevante sob a ótica do presente trabalho. Elaborado sob os auspícios do Governo do Estado e dos agentes estaduais de financiamento industrial, ele acabou por orientar a política de apoio ao setor em Santa Catarina, durante mais de década e meia, entrando inclusive nos MIOS 1990.

Os resultados concentracionistas decorrentes das forças de mercado aliadas à exacerí>ação das tendências pela atuação do poder público, podem ser visualizados nos dados e informações que seguem.

Algumas expressivas indicações serão suficientes para demonstrar o processo de concentração geográfica e setorial em Santa Catarina.

Observemos os dados da Tabela 4, que mostra a destinação de recursos através de um dos principais agentes financeiros, o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, Badesc. Os financiamentos dizem respeito tanto a atividades produtivas - industriais, agrícolas, turismo - assim como a projetos de infra-estrutura social, como de habitação, e de urbanização. A grande maioria, porém, em tomo de 70% (ou até mais em alguns anos, como em 1988 que foi de 80%), representa o montante destinado ao setor industrial da economia, conforme a fonte fomedora dos dados.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS PELO BADESC, SEGUNDO MICRORREGIÕES SELECIONADAS -EM% DO VALOR-

MICRORREGIÃO	PERÍODOS	
	1978 - 1981	1987 - 88
Médio Vale do Itajaí	11,3	45,4
Nordeste de Santa Catarina	9,2	7,3
Total das duas microrregiões	20,5	52,7
Oeste Catarinense	12,0	3,2
Demais 15 microrregiões	67,5	44,1
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, Badesc, Relatório de Administração 1981 e Relatório de Atividades 1988. (Elaboração do Autor)

Nota-se, pela tabela, que dos financiamentos do período compreendido entre os anos de 1978 a 1981., as duas microrregiões Nordeste e Vale do Itajaí, as quais já concentravam a maior massa de capitais privados e públicos (estes últimos desconsiderando a região da Grande Florianópolis que sedia a Administração do Estado), receberam mais de vinte por cento do total.

Este foi também o período de enorme expansão, mediante participação decisiva de recursos públicos, dos grandes frigoríficos da região Oeste. Esta região, por isso, aparece com percentual bastante elevado no conjunto geral. Já nos anos 1987 e 1988, dez anos após, portanto, a parcela de financiamentos a ela destinada se torna inexpressiva.

Neste novo período, 1987-88, os recursos que vão para as duas áreas mais industrializadas do Estado, Médio Vale do Itajaí e Nordeste, somam mais da metade do total financiado em Santa Catarina. Todas as demais 16 microrregiões não alcançam mais que 47%, o que em média, significa menos de 3% a cada uma.

A indústria de Santa Catarina pode ser caracterizada como de especialização regionalizada. Assim, determinados ramos de indústria dos segmentos mais importantes apresentam grau de concentração espacial bastante forte.

Joinville, por exemplo, detém parte significativa das indústrias metalúrgica, mecânica, material de transporte e produtos de matéria plástica. Blumenau concentra mais da metade da indústria têxtil catarinense e da indústria do vestuário, calçados e artefatos de tecidos. Jaraguá do Sul, grande parte da indústria de material elétrico e comunicações. Criciúma, o ramo de extração de minerais e o da transformação de materiais não-metálicos.

Tomando-se pelo global, tem-se que em Joinville está quase 20% da indústria de Santa Catarina - medido em relação à participação na geração do Valor da Transformação Industrial[®] - Blumenau também detém cerca de 20% de participação; seguem-lhes Jaraguá do Sul e Criciúma, mas já com uma distância bastante grande de apenas 5% de participação na produção industrial.

**A Sadia e a Perdido, hoje duas grandes ençresas daquela região, por exemplo, entre 1971 e 1981 passaram, em conjunto, de um total de 2.391 para 22.155 pessoas ocupadas (Cunha, 1992, p. 159).
Dados extraídos de CiBiha (1992, p, 196).**

Contudo, apesar dessa acentuada concentração especializada em termos relativos, considerados alguns parâmetros absolutos vê-se que, na verdade, não existem, ainda, aglomerações excessivas no território catarinense.

A pequena dimensão das populações urbanas - o que será abordado um pouco mais adiante - reflexo direto da industrialização, é sintomático sob este aspecto.

O processo de concentração regional da indústria em Santa Catarina é acompanhado por um forte processo de concentração setorial.

Com efeito, os dados estatísticos mostram que, na década de 1980, apresentaram expansão significativamente acima da média da indústria os setores vinculados ao complexo metal-mecânico, além de papel e celulose e fumo. Estes são também os gêneros que, juntamente com têxteis e produtos alimentares, apresentam níveis de produtividade superiores à média geral da indústria.

A Tabela 5 demonstra o crescimento diferenciado em relação à média geral da indústria e os diferenciais de produtividade, dos setores referidos.

TABELA 5 - ÍNDICES DE PRODUÇÃO FÍSICA E DE PRODUTIVIDADE SETORIAIS ACIMA DA MÉDIA INDUSTRIAL

SETORES	ÍNDICES DE PRODUÇÃO FÍSICA (1981 -1989)	ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL GERAL = 100 (1985)
INDÚSTRIA EM GERAL	129,60	100,00
Metalúrgica	156,34	102,85
Mecânica	190,90	112,65
Mat. Elétrico e Com.	281,62	135,31
Papel e Papelão	141,59	173,00
Têxtil	95,53	117,90
Produtos Alimentares	120,57	173,20

Fonte: Cunha (1992, p. 194 e 205)

As desigualdades espaciais e setoriais, ao mesmo tempo produto e alimento do capitalismo, vinculam-se, também, à centralização do capital.

As grandes empresas, com efeito, surgiram com muita força na cena industrial catarinense, principalmente a partir dos anos 1970. Cunha (1992), que examinou em profundidade a questão, bem demonstra isto. Em 1990, um total de 26 empresas industriais instaladas no Estado aparecem no rol das quinhentas maiores empresas do Brasil (ibid., p. 237-238). Já em 1981, quase cinquenta empresas tinham mais de 800 empregados; dez anos antes, 1970, o número de empresas deste porte não passava de vinte e oito (ibid., p. 156).

Michels (1993), também retrata a formação de grandes grupos econômicos na paisagem industrial de Santa Catarina. Mostra que, em 1991, dezessete grupos catarinenses estavam dentre os trezentos maiores do país. Apresenta, também, como exemplo do que foi o processo de enriquecimento privado, o caso de um grupo empresarial, que, no período inferior a vinte anos - de 1973 a 1991 - teve seu patrimônio aumentado em 38 vezes! (ibid., p. 306-307).

Em seu trabalho, Michels levantou, através do exame dos planos de governos estaduais desde 1961, a participação do Estado na acumulação privada em Santa Catarina. Tal participação é uma parte significativa da formação de grandes grupos econômicos. Ela tanto se dá pela via de recursos públicos repassados através de financiamentos favorecidos pelas agências de fomento, como pela implantação de infra-estruturas econômicas, como sistemas de transporte e comunicações, formação de recursos humanos, e outras.

Já Cunha, referido anteriormente, mesmo concluindo que as grandes empresas e grupos industriais “passaram a dominar o parque produtivo estadual” (ibid., p.224), não vê criticamente o fato de que os recursos disponíveis para financiamento nas agências públicas tivessem sido em sua maior parte carregados para os grupos

econômicos. E em termos prospectivos, ele aceita que tais recursos passem a ser orientados para financiamento às pequenas e médias empresas. Mas isto, em decorrência do “*esgotamento da capacidade financeira do Estado que já não consegue mais atender às crescentes exigências, em volumes de recursos, dos grandes grupos, o que podem eles compensar através de outras formas de financiamento de suas necessidades de capital - bolsa de valores; créditos de risco estrangeiro*” (Ib., p. 258-259).

Quanto a tendências e considerações para uma política industrial. Cunha propõe uma espécie de “*adaptação acomodatória*” de Santa Catarina no cenário que se projeta para a economia mundial globalizada.

Ora, as possibilidades para as economias periféricas na nova rodada de manutenção da divisão internacional do trabalho ficam restritas às estratégias definidas pelos países de capitalismo avançado. Assim, a competição externa possível para economias do Terceiro Mundo continuará se dando nos segmentos fora das tecnologias de ponta, nos quais a competitividade ainda estará sendo dada pelo reduzido valor dos meios de produção no processo produtivo.

Os capitais multinacionais instalados nestes países, continuarão operando segundo os ditames do neo-fordismo periférico de mentalidade escravagista, que imo vê na classe dos que produzem os próprios consumidores. Algumas ocupações mais qualificadas, em função das inovações tecnológicas redundarão em melhores remunerações. Mas isto continuará sendo alguma coisa marginal no sistema, pois os grandes centros de pesquisa de geração de tecnologias de ponta, fonte de ocupação e de formação de pessoal especializado, estarão fora do País.

Assim, o processo que revelou-se claramente nas duas últimas décadas na sócio-economia de Santa Catarina, e cujas tendências apontam para o reforçamento de seus componentes fundamentais, «profundará as desigualdades inerentes ao funcionamento de uma economia capitalista periférica.

o capital concentrado, as grandes unidades produtivas, cuja localização por si só produz desequilíbrio espacial, o crescimento setorialmente diferenciado, tudo isto cria e alimenta as desigualdades regionais.

O tipo de relação cidade-campo que se estabelece é outro elemento de concentração espacial, conforme se constata a seguir.

Com efeito, o processo é também concentrador pela desigualdade vigente no relacionamento entre as atividades produtivas do campo e da cidade, assim como de determinada região em relação a outra, decorrente das leis econômicas associadas ao diferencial da composição orgânica do capital entre os segmentos em relação.

Em função desse diferencial, pelo mecanismo de mercado e preços, dá-se a transferência de valor de uma região para outra, ou do campo para a cidade. Soma-se a isto a política de industrialização à base da estratégia do desenvolvimento desequilibrado levada a efeito no caso brasileiro desprezando o meio rural à sua própria sorte, definida por suas estruturas arcaicas, pré-capitalistas e semi-capitalistas.

A tendência no meio rural, além disso, é, também, a de concentração da propriedade agrícola em poucas mãos (com fim especulativo de reserva de valor ou fim produtivo à base de capitalização), o que contribui para o despovoamento relativo da zona rural e conseqüente aglomeração urbana.

Na cidade, a população saída do meio rural apresenta-se sob a forma de trabalhadores “sem possuidores de bens”, alguns na classe baixa urbana, outros na classe dependente urbana. Estes últimos em sua totalidade ficam marginalizados do mercado e concentram os elementos de favelização nas áreas urbanas (aos quais, nos tempos atuais de agravamento do quadro depressivo da economia, agregam-se partes consideráveis da classe baixa urbana).

Este é mais um componente a intensificar o processo de urbanização, retratado pela evolução da taxa de urbanização catarinense: 42,5% em 1970; 59,4% em 1980 (Cunha, 1992, p.85); e 70,6% em 1990 (SPF, 1992).

Apesar das cidades serem ainda pequenas para os padrões nacionais e mundiais, o fenômeno já aponta tendências que levam a alertar para o problema.

Se^ndo dados do último Censo, realizado em 1991, a maior cidade de Santa Catarina, Joinville, não tem mais do que 334 mil habitantes; se^em-lhe Blumenau (208 mil) e a Cq>ital(192 mil habitantes na área urbana); depois, quatro cidades na iaixa entre 100 e 140 mil, e as demais duzentas e dez cidades todas menores que 100 mil habitantes.'^

As previsões para daqui há quase 20 anos, considerada a população municipal e não apenas a urbana, indicam que no ano 2010 o Município de Joinville terá atingido a casa dos 500 mil e o de Florianópolis a dos 400 mil. Dos demais municípios do Estado, apenas nove terao ultrapassado a faixa dos 100 mil, sendo todos estes abaixo dos 300 mil habitantes.^®

É um quadro positivo, mas também inquietante.

De um lado, a não existência de gi^tismos. Uma boa distribuição, tanto relativa quanto absoluta, apesar de certos problemas, como falta de integração espacial e ausência de polarização interna, segundo a ótica de alguns autores.^*

Por outro lado, preocupam, efetivamente, dois aspectos, a saber.

Um, é o fato de que, apesai* de ainda não constituir-se em uma industrialização muito intensa e nem ter gerado até o momento grandes aglomerações urbanas, apresenta já sérios comprometimentos ambientais, além da marginalização social.

Outro aspecto, ainda mais ^ve, reside na consideração das tendências para o futuro não tão distante, onde o aprofundamento dos processos de concentração, próprios do funcionamento do sistema, levarão a cada vez maior aglomeração no espaço, com seus conhecidos problemas correlatos.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico 1991, a 23 Santa Catarina. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

^Conforme 3EPLAN/SC, Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento, Estudo da EviuçãoPopulacional, 1970-2010. Florianópolis ; Seplan/SC, 1989.

Conforme CEAG/SC(1980, p. 197).

3>3 - Problemática Ambiental Catarinense

A ampliação das atividades econômicas, nas bases anteriormente analisadas, e o intenso processo relativo de concentração populacional em curto espaço de tempo, geraram graves danos ambientais em Santa Catarina.

levantamento abrangente realizado pela Fundação do Meio Ambiente - Fatma, em 1991, pode ser constatada a dimensão do problema, mesmo que numa versão oficial de determinado período, a qual pode estar comprometida com interesses econômicos e políticos e tender a uma visão parcial da totalidade da questão. A situação sintetizada na Tabela 6 baseia-se no relatório “Santa Catarina - 92, Perfil Ambiental e Estratégias”, do Órgão responsável pela gestão ambiental no Estado.

Passados quase três anos daquele levantamento, a situação atual encontra-se algo modificada, em decorrência da ação governamental e das empresas. Ao final deste item serão apresentados os resultados conseguidos até o presente.

O registro contido na tabela capta a essência dos problemas ambientais direta ou indiretamente relacionados à indústria. Ele não se pretende exaustivo, mas referencia a gravidade do problema.

Com efeito, observa-se que em todas as regiões do Estado o meio- ambiente tem sido gravemente afetado. A ênfase da apresentação é centrada nas bacias hidrográficas, no reconhecimento de que a disponibilidade de água potável sempre foi fator determinante para a vida dos povos. A localização da maioria das cidades catarinenses à margem de rios, ou onde a captação de água não foi difícil, é exemplar sob este aspecto.

A rede hidrográfica do Estado de Santa Catarina é representada por dois sistemas independentes de drenagem - o sistema integrado da Vertente do Meridional, comandado pela Bacia Paraná-Uruguaiana e o sistema da Vertente Atlântica, formado por um conjunto de bacias isoladas. O sistema de drenagem da primeira ocupa uma área aproximada de 60 mil km², equivalente a 63% do território, enquanto o da Vertente

Atlântica abrange os demais 37% da área do Estado. A Serra Geral é o grande divisor das águas. Há as que se desviam para o Rio Uruguai e as que se dirigem para o Leste, desaguando diretamente no Oceano Atlântico. A Serra do Mar, por sua vez, funciona como divisor entre a Bacia do Iguaçu e as Bacias da Vertente Atlântica.

Como resultado das diversas atividades humanas têm-se o comprometimento muito grande dessas Bacias em relação à qualidade da água, prejudicando sua potabilidade, fauna e flora, conforme resume a Tabela 6. Além disso, o intenso assoreamento propicia a ocorrência de enchentes, com perdas humanas e materiais. A devastação florestal, a qual sustenta a tradicional indústria madeireira e tem sido fonte energética barata para muitos setores industriais, contribuiu decisivamente para a degradação das bacias hidrográficas.

Para sintetizar, enumeramos as principais consequências da atividade econômica, conforme exercida até hoje, sobre o patrimônio natural de Santa Catarina segundo estimativa da Secretaria da Agricultura do Estado:

- perda de 7.200.000 hectares da cobertura florestal original;
- perda, nas áreas agricultáveis, de 15 cm do solo arável (o qual levou seis mil anos para sua formação geológica);
- perda da fertilidade natural do solo;
- danos na estrutura e biologia do solo;
- quebra do ciclo hidrológico e alterações climáticas;
- poluição da água e do meio-ambiente;
- diminuição e extinção de espécies da fauna nativa;
- extinção de povos silvícolas e de espécies florestais.

TABELA 6 - PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS EM SANTA CATARINA DECORRENTES DE ATIVIDADES RELACIONADAS COM A INDUSTRIALIZAÇÃO

(Continua—)

AREA	CARACTERÍSTICAS	PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS
Bacia do Rio Canoas REGIÃO SERRANA	Indústrias de papel e celulose; curtumes e frigoríficos; matedouros, abatedouros e pocilgas	45% das atividades industriais são poluidoras. A presença de óleos, graxas, espumas e mercúrio, de elevado número de coliformes fecais, de altas concentrações de fosfatos e nitratos, indica que as águas da Bacia estão poluídas pelo lançamento de esgotos sanitários, efluentes industriais e uso excessivo de fertilizantes e agrotóxicos.
Bacia do Rio Ijaci REGIÃO NORTE	Indústrias da madeira; agricultura industrializada (insumos químicos).	Grande desmatamento da área, sendo já difícil encontrar-se árvores próprias ao fornecimento de germoplasma para reflorestamento com espécies nativas. Uso inadequado de agrotóxicos e fertilizantes na agricultura contribuindo para a degradação do sistema hídrico.
Bacia do Cubatão REGIÃO NORDESTE	Compreende a área de Joinville. Indústrias metal-mecânicas.	Qualidade das águas profundamente afetada pelos despejos industriais, que lançam elevado teor de metais pesados, comprometendo a sobrevivência das comunidades biológicas aquáticas.
Bacia do Cachoeira REGIÃO NORDESTE	Idem, acima	Ao atravessar a cidade de Joinville recebe grande quantidade de despejos domésticos e industriais, determinando a morte gradativa do rio, que em certos pontos apresenta concentração zerada de oxigênio dissolvido.
Baía de Babitonga REGIÃO NORDESTE	Nesta Baía desaguam o Rio Cachoeira e o Rio Cubatão	Baía em avançado estado de degradação, devido ao lançamento de esgotos sanitários e de efluentes industriais contendo metais pesados provenientes das indústrias de Joinville. Os teores de cromo e zinco encontrados em mariscos e peixes já estão acima do limite permitido para o consumo humano.
Bacia do Rio Witacu REGIÃO NORDESTE	Afeta o sistema lagunar de Barra Velha	Os desmatamentos, o uso inadequado do solo, o lançamento de efluentes industriais, agrícolas e domésticos aos cursos d'água, a exploração de recursos minerais e a imprópria disposição final de resíduos sólidos têm sido os principais fatores de degradação da Bacia.
Bacia do Rio Itajaí REGIÃO VALE DO ITAJAÍ	Banha 40 municípios. Eixo industrial Blumenau-Brusque	Os riachos e ribeirões da Bacia são atingidos por elevadas cargas de matéria orgânica e produtos químicos despejados pelas fabricas, indústrias têxteis e metal-mecânicas. Das atividades cadastradas pela Fatma, cerca de 60% tem potencial poluidor, inclusive com metais pesados como cromo, zinco, níquel, mercúrio, chumbo, cádmio, cianetos e alcatrão.

TABELA 6 -PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS EM SANTA CATARINA DECORRENTES DE ATIVIDADES RELACIONADAS COM A INDUSTRIALIZAÇÃO (Continuação)

AREA	CARACTERÍSTICAS	PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS
Bacia do Rio Uruguai	Grandes indústrias frigoríficas de aves e suínos.	As atividades de criação de aves e suínos vinculadas à indústria de frigorificação, pelo lançamento de dejetos, contaminam os mananciais de água, provocam a mortandade dos peixes e a proliferação de insetos, e comprometem o solo pelo uso inadequado de produtos químicos. As indústrias frigoríficas lançam aos rios rejeitos orgânicos contendo sólidos em suspensão, sangue, proteínas, gorduras e alta DBO. O despejo de produtos químicos pela indústria têxtil agrava ainda mais a situação da Bacia
REGIÕES OESTE, MEIO-OESTE E SERRANA	Atividades de mineração do carvão.	0 sistema hidrográfico mais degradado do Estado é o da Região Sul. São lançados na Bacia mais de 300.000 metros cúbicos diários de despejos ácidos gerados pelas mineradoras. As concentrações de poluentes na água ultrapassam em muito os níveis admitidos pela legislação concernente. O impacto ambiental provocado pela exploração, beneficiamento e uso do carvão mineral é de tal monta que a Região é enquadrada como Área Crítica Nacional. A poluição das águas (subterrâneas e de superfície), do ar e a degradação do solo decorrem principalmente de: as acidificadas de drenagem das minas; águas de arraste e lixiviação
Bacias dos Rios Tubarão, Urussanga e Araricá	Indústria carboquímica e Indústria cerâmica	de substâncias das pilhas de rejeitos; gases sulfurosos, compostos de ferro e ácido sulfúrico, material particulado (cinzas), óxido de enxofre, óxido de nitrogênio, metais pesados e efluentes da drenagem do estoque de carvão, do arraste hidráulico e da disposição das cinzas; efluentes das coquearias com grande quantidade de sólidos e águas amoníacas que contêm alcatrão, cianetos, fenóis, cresóis, naftalina, antraceno e piridina A paisagem é "lunar" de esterilidade, desolação e destruição. As descargas recebidas da Bacia do Rio Tubarão tem acelerado a degradação das Lagoas Anaruí, Mirim e Santo Antônio, ecossistema pesqueiro importante do qual dependem diretamente cerca de vinte mil famílias.
REGIÃO S U L	Indústrias siderúrgicas.	Complexo termoeletrico.
Bacia do Rio Tijucas	Indústria de açúcar e álcool.	A indústria açucareira lança vinhoto aos rios, comprometendo fauna, flora e a potabilidade das águas da Bacia do Rio Tijucas. O problema do esgotamento sanitário, despejado "in natura" na rede pluvial, rios e mares, comum na maioria das cidades catarinenses, é particularmente grave nesta Região, em decorrência da concentração demográfica em torno da capital. ■
REGIÃO GRANFOPOS	Aglomeração populacional.	

Fonte: Relatório "Santa Catarina -92, Ferramentas Ambientais e Estratégias", Fatma (1991).
(Elaboração do Autor).

Visando amenizar o problema ambiental em Santa Catarina, a Fatma tem realizado uma série de ações junto às empresas industriais.

O exemplo do que foi conseguido na Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe é significativo. Teve início em 1987 o Programa de Proteção e Recuperação Ambiental da Bacia, no qual as indústrias responsáveis pela carga poluidora lançada aos cursos d'água foram convocadas a implantar sistemas de tratamento de efluentes. O resultado obtido até o momento é auspicioso apesar de muitos problemas persistirem, conforme se comenta mais adiante.

Em 1988, foi criado o Programa de Proteção e Recuperação Ambiental da Baía de Babitonga. Quarenta e quatro empresas foram convocadas, visando a redução em 80% da carga orgânica lançada, e a adequação do lançamento de metais pesados e cianetos aos padrões da Legislação Ambiental. O problema, contudo, tem uma amplitude muito extensa, e os resultados obtidos são, ainda, pouco expressivos.

Pode-se afirmar o mesmo a respeito de programa idêntico implantado em 1989 para a Bacia do Rio Itaipó-Açu, com o objetivo de controlar a poluição industrial através da redução em 80% da carga orgânica e da adequação do lançamento de corantes e metais pesados aos padrões estabelecidos na Legislação Ambiental. Já no ano seguinte, 1990, foi lançado o programa para a Bacia do Rio Itapocu, compreendendo o controle de emissão de efluentes pelos estabelecimentos industriais, além da implantação de sistemas de destinação final de resíduos sólidos pela Prefeitura de 6 municípios da região.

O programa que a Fatma traçou em relação ao segmento industrial, atuando nas unidades que respondiam por 80% da poluição hídrica no Vale do Rio do Peixe e no

Vale do Itajaí, tem obtido resultados, porém ainda não plenamente satisfatórios. Ele atingiu grandes empresas, que já estão controladas por ações emergenciais. Muitas delas acabaram por perceber a vantagem lucrativa em recuperar o que era jogado aos rios, como por exemplo o aproveitamento de gorduras e sangue (no caso dos frigoríficos); e soda cáustica (na indústria de papel). A situação atual em termos ambientais é algo superior àquela que se apresentava há 3 anos, sobretudo nas bacias acima referidas.

As empresas de porte médio também estão assumindo o controle de sua própria atividade poluidora. Segundo depoimento de autoridade no assunto vinculada à Fatma, isso está sendo facilitado por vários fatores, a saber; pelas exigências que são feitas quando elas pleiteiam empréstimos ao agente financeiro; pelo mercado comprador externo; pela regulação exercida pelo órgão de fiscalização; e pela consciência social, à qual a empresa não deseja confrontar, numa postura “anti-mercado”. Frente a este conjunto de fatores, está sendo relativamente mais fácil a adoção de equipamentos e medidas anti-poluidoras neste meio do que no caso das grandes empresas, onde um programa levou quase uma década para começar a apresentar resultados.

Apesar do relativo sucesso obtido, muitos problemas continuam pendentes. Além deles:

- Os níveis de exigências estabelecidos pelo órgão ambiental estão se revelando insuficientes, em muitos casos. Assim, por exemplo, um rio pode mostrar-se incapaz de absorver a carga poluidora remanescente, apesar da empresa ter se adequado à norma legal.

- O problema dos resíduos sólidos perigosos continua sem solução.

- Surgem novas dificuldades; assim o problema quanto à fumaça, ao cheiro, aos gases, e outros, ainda não considerados pela legislação.

Além dos problemas pontuais, há outro que é geral.

Trata-se do fato de que tudo o que está sendo feito é, apenas, emergencial. Atua-se no final do processo produtivo procurando eliminar, ou melhor, reduzir, uma

poluição produzida pela ençresa. Nada está sendo feito em termos de mudança de processos produtivos, de modo a que a produção econômica se dê sem que seja gerado o elemento poluidor.

Há, ainda, outro aspecto importante a considerar. A situação que se encaminha para uma regressão dos problemas ambientais na indústria, o faz num quadro em que a economia encontra-se de há longo tempo estagnada, ou quase sem nenhum crescimento, conforme referido no Capítulo II, item 2.2.

Uma retomada do crescimento sob as mesmas condições de tecnologia de processo, com grande expansão do parque industrial, conduzirá ao acirramento do problema ambiental, mostrando que as ações, ao nível como atualmente são realizadas, se hoje são insuficientes, muito mais o serão no futuro.

A política de regulamentação e indução, por isso, deve ser tomada mais abrangente para permitir reconversões de processos, e, acima de tudo, montar um novo perfil produtivo do parque industrial, o que o jogo do mercado não conseguirá atingir com intensidade significativa.

As considerações seguintes, quanto ao potencial poluidor dos gêneros industriais diversos, vêm reforçar a preocupação aqui colocada.

Torres (1993), apresenta uma matriz do potencial de degradação ambiental por gênero de indústria, no Brasil, em 1980. São considerados a poluição do ar e da água e a demanda de recursos naturais. Cada um destes recebe uma ponderação que vai até 3; portanto, o total poluidor de cada gênero industrial pode alcançar, em termos potenciais, o máximo de 9.

Por ordem decrescente de potencial de poluição os resultados obtidos, segundo os gêneros industriais, são os apresentados na tabela da página seguinte (Tabela 7).

TABELA 7 - POTENCIAL POLUIDOR SEGUNDO OS GÊNEROS INDUSTRIAIS

POTENCIAL DE POLUIÇÃO	GÊNEROS INDUSTRIAIS
9	Minerais não-metálicos; metalúrgica
8	Química
7	Papel e celulose
6	Mat. Transporte; Madeira; Alimentar, Bebidas
5	Têxtil
4	Mat. Elétrico e Comunicações; Borracha; Couros; Peles; Perfumaria
3	Plásticos; Fumo; Editorial
2	Fármacos; Mobiliário
1	Mecânica; Vestuário

Fonte: (Torres, 1993, p. 49)

Pode-se argumentar que transcorridos 14 anos desde a elaboração destes critérios a situação tendeu a melhorar em cada tipo de indústria, em decorrência da pressão social, de mercado, e sobretudo da ação regulamentadora do Estado. Todavia, em contra, há que considerar-se que o critério para elaboração da tabela supra não levou em conta o aspecto relativo à possíveis sinergias na atuação conjunta das empresas em determinada área, potencializando a poluição. Assim, por exemplo, uma fábrica despeja resíduo químico A; outra, o resíduo químico B; a reação entre os dois elementos poderá resultar num terceiro, C, de consequências ambientais imprevisíveis.

Desta forma, em se cruzando a matriz supra com dados que mostram a estrutura do parque industrial de Santa Catarina e sua tendência à expansão, conforme Cunha (1992, p. 264-265), vê-se que o problema continua pendente de solução. Com efeito, os

gêneros industriais que mais têm feito investimentos físicos e que apresentam maiores previsões de investimentos são; papel e papelão; minerais não-metálicos; mecânica; metalúrgica; material de transporte; material elétrico; produtos alimentares; e têxteis.

Para finalizar esta parte, cabe considerar a existência de crescente preocupação ecológica nos vários atores sociais envolvidos, principalmente o Estado, o qual recebe a pressão dos segmentos organizados da sociedade, e as empresas, que sentem o peso da reivindicação social e dos mercados de consumo.

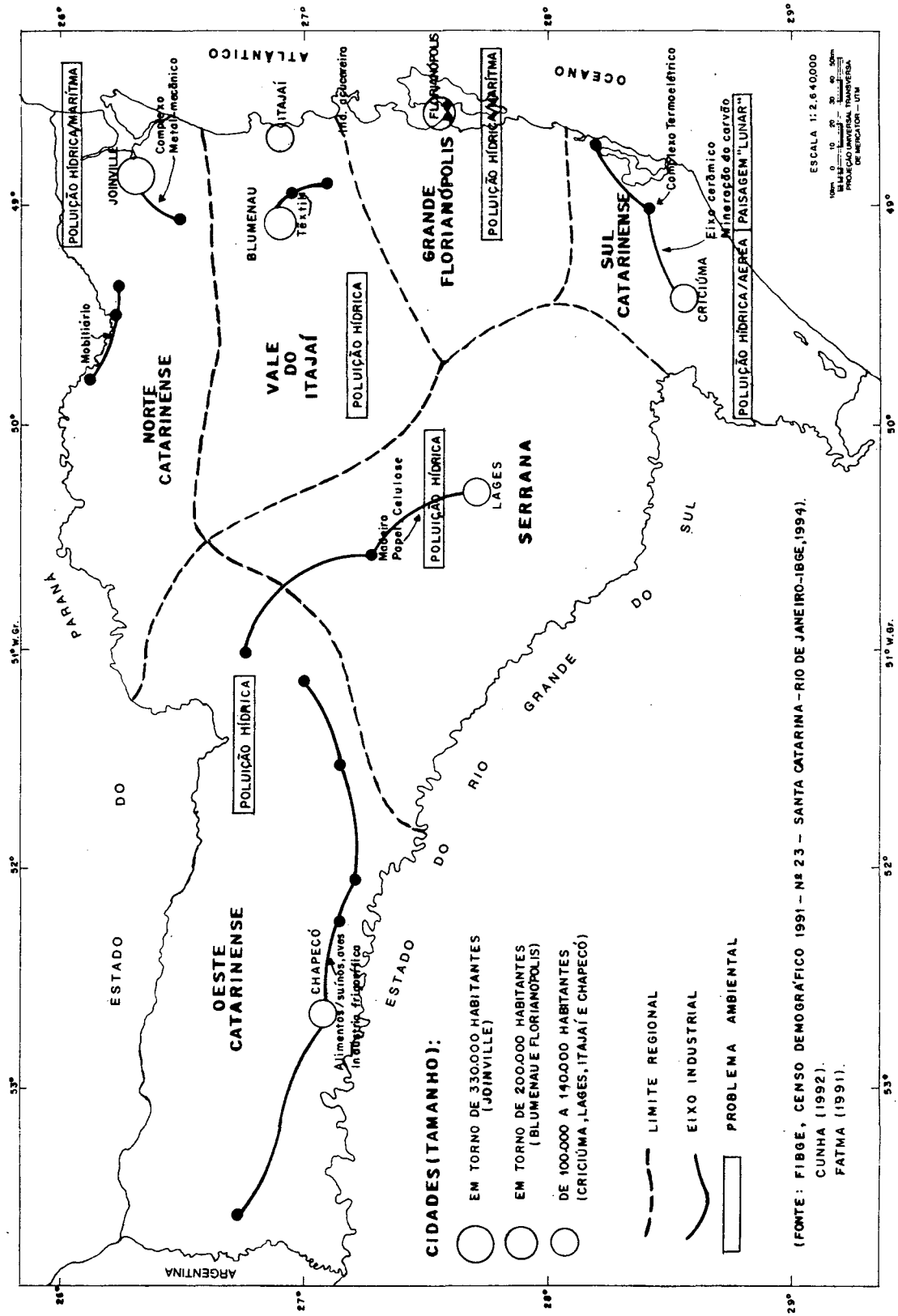
Em muitos casos, todavia, há problemas tecnológicos conflitados, e alguns até de solução impossível; em outros, o custo de implantação é extremamente elevado, o que faz com que o empresário prefira ir arcando com as multas impostas, enquanto isso for possível.

Algumas medidas de alcance profilático podem e devem ser tomadas sob o ponto de vista de melhorar a relação da indústria com o ambiente físico. Dentre elas a mudança nos processos produtivos das empresas, a intensificação da relação estatal, por exemplo.

Somente mudanças estruturais poderão, contudo, resultar em uma nova relação da atividade econômica com o meio-ambiente. Elas pressupõem uma outra postura, na qual pontifica um parque industrial voltado direta ou indiretamente à preservação do meio. Assim, por exemplo, a industrialização visando reduzir, em si e nas demais atividades humanas, a intensidade energética, aproveitando resíduos e rejeitos industriais, agrícolas e humanos; estimulando a produção de biomassa, conforme a política de industrialização dirigida ao ecodesenvolvimento, tratada no Capítulo IV, sintetizada na Tabela 11 > proposições de incorporação ao programa atual de industrialização para adequá-lo aos requisitos do desenvolvimento sustentável.

O mapa a seguir aponta a principal problemática ambiental derivada das atividades vinculadas aos diferentes eixos industriais, nas mesorregiões de Sítua Catarina, tratada no presente item.

ESTADO DE SANTA CATARINA MESORREGIÕES, PRINCIPAIS CIDADES, EIXOS INDUSTRIAIS E PRINCIPAL PROBLEMA AMBIENTAL



3.4 - Industrialização e Meio-Ambiente Natural e Cultural

Conforme expresso no levantamento apresentado, as várias regiões de Santa Catarina, pelas mais diversas fontes poluidoras, mas onde a atividade industrial e outras atividades com estreito vínculo com a industrialização sobressaem, registram sérios problemas ambientais.

A lógica inerente às atividades produtivas sob o ângulo economicista prevalescente trata a natureza como apenas mais um fator de produção ou recurso disponível para ser explorado. Interessa-lhe apenas a obtenção do máximo possível de lucro em qualquer ação ou atividade. Como para este fim necessita colocar capital em movimento e a partir de matérias-primas, insumos e força de trabalho vivo produzir mercadorias, o faz no máximo de suas possibilidades.

Para tanto, se necessário; explora sem limites matérias-primas não-renováveis; explora sem cuidado segmentos naturais que são somente renováveis mediante manejo, isto é, com tratamento gerenciado, como no caso das florestas; imo leva em conta a intensidade energética no ato de produzir, instala processos produtivos despreocupando-se com a produção de rejeitos que possam causar danos ambientais, dado que outros processos, ou a instalação de equipamentos anti-poluidores, aumentaria custos e poderia reduzir lucros; produz mercadorias sem qualquer preocupação com o destino delas em relação à problemática ambiental (como, por exemplo, quanto à viabilização posterior de reciclagem das embalagens ou de objetos descartados), nem em relação a quem será beneficiado com seu produto.

O universo do capital é o universo individual do lucro. É no caso brasileiro em particular, à esta lógica econômica agregou-se politicamente o longo período de quase duas décadas de regime militar, até meados dos anos 80, contribuindo para agravar a problemática ambiental. Com efeito, o cerceamento da liberdade de expressão social

levou à que reivindicações ambientalistas sobejamente difundidas em escala mundial e com ecos no Brasil, não pudessem ser livremente expressadas para pressionar os governos contra a autoritária e tecnocrática definição de políticas de cunho exclusivamente economicista.

A nova postura que no final dos anos 80 e na década atual passou a prevalecer em alguns segmentos industriais com relação a poluição ambiental, tem a ver com exigência mercadológica no caso de produtos destinados à exportação, mas, sobretudo, com a intensificação da regulamentação por parte do Estado, pressionado pela sociedade civil.

Em relação, contudo, à entrada da indústria no novo mercado de produtos e equipamentos aberto pelo ambientalismo, deve-se ter em conta a circunstância de somente interessar ao capitalista individual as atividades que apresentem a possibilidade de valorização (atual ou potencial) do seu capital, igual ou superior às demais atividades. Além disso, a participação no novo mercado exige investimentos em adaptação tecnológica, pesquisa de produtos e processos, “marketing”, e outros. Logo, individualmente, apenas grandes empresas conseguem usufruir do novo mercado (o que constitui-se numa das razões da defesa do ambientalismo por algumas delas, hoje, patrocinada). Mesmo estas, porém, somente atuarão nas poucas atividades ambientais para as quais o mercado for altamente promissor e exigente. Exigente, no sentido de permitir ao capitalista individual uma posição monopolística no mercado, frente aos demais que não conseguem alcançá-lo, garantindo-lhe, assim, a realização de lucros extraordinários.

Fortalece-se, portanto, a necessidade da intensificação da regulamentação, pois o mercado por si só não conseguirá atingir os níveis que somente a atuação estatal, juntamente com a participação da sociedade civil, possibilitará.

Ressalta, também, o papel indutor do Estado junto aos pequenos e médios empresários, dentre outras ações articulando-os, concedendo-lhes incentivos, e

buscando direcionar a pesquisa científica e tecnológica nas universidades ao novo mercado ambiental em proveito deste segmento empresarial.

3.4.1 - A Questão Energética

Um dado importante do ponto de vista ambiental é o da intensidade energética. O vínculo entre ambos se dá através das técnicas produtivas e suas necessidades crescentes de fontes de energia para garantir a expansão da produção econômica, implicando em construção de barragens para usinas hidrelétricas, extração vegetal ou utilização de fontes não renováveis, com fortes danos ao ambiente físico.

Estudos apontados em Tolmasquin (1992) dão conta de que, historicamente, observa-se o seguinte comportamento em relação a países em diferentes estágios de industrialização e a elasticidade energia-PIB (ou intensidade energética do Produto Interno Bruto). Nos países não industrializados do Terceiro Mundo as elasticidades são fracas, ao redor de 0,5; nas economias em início do processo de industrialização as elasticidades aumentam, chegando até 2,0. À medida, porém, que a industrialização se completa, as intensidades energéticas caem, até reduzirem-se ao nível de 0,5 nas sociedades concebidas como pós-industrializadas. Esta tendência à redução a partir de determinado estágio decorre de substituições inter-energéticas, melhorias tecnológicas e terciarização da estrutura do PIB (inclusive repassando aos países periféricos as atividades densas em energia).

Em Santa Catarina, que se encontra em um estágio intermediário de industrialização, observa-se a intensificação bastante forte de consumo energético em relação à produção. Com efeito, conforme mostra a Tabela 8, enquanto o PIB cresceu de uma base 100 para um índice superior a 420 em um período de 18 anos a partir de

1970, o consumo total de energia, a partir da mesma base, passou para 930,8 e o consumo industrial de energia para 900,2.

TABELA 8 - SANTA CATARINA: NÚMEROS-ÍNDICES DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) E DO CONSUMO DE ENERGIA - 1970 - 88

NÚMEROS-ÍNDICES (BASE 1970)			
ANO	PIB	CONS. ENERGIA	CONS. INDUSTRIAL DE ENERGIA
1970	100,0	100,0	100,0
1972	128,4	130,8	131,5
1974	160,8	210,7	197,4
1976	203,9	296,1	298,8
1978	234,6	373,1	411,7
1980	306,1	454,6	495,7
1982	335,3	590,1	586,8
1984	335,2	704,8	692,8
1986	406,8	789,3	783,3
1988	420,1	930,8	900,2

Fonte: Seplan/SC, Séries Estatísticas de Santa Catarina, 1990, (Cálculos do Autor).

A evolução comparativa demonstra a tendência, nos quase vinte anos considerados, a uma crescente intensificação do consumo de energia em relação à produção econômica. Na década de 1970, na qual a industrialização retomou com mais força, o consumo de energia pelo setor econômico cresceu mais rapidamente que o consumo global. Na década seguinte o consumo industrial retraiu-se em relação ao total.

o resultado global é, todavia, altamente influenciado pelo comportamento do consumo industrial, pois este representa, em média, cerca da metade do total de energia consumida no Estado. Os dados são, então, bastante significativos para demonstrar o processo de intensificação energética da produção.

Todas essas evidências apontam a tendência da produção ser cada vez mais tecnificada, sem haver, contudo, preocupação com a adoção de tecnologias que permitam reduzir o consumo relativo de energia, na produção e na vida cotidiana.

O gráfico que se obtém alocando na ordenada de um plano cartesiano os países segundo os seus estágios de industrialização e as elasticidades-energéticas na abcissa, assemelha-se a uma montanha. A proposição que ressalta para a problemática energética é, então, a de, sob esta montanha, “cavar-se um túnel”.

A figuração acima significa propor aos países que se encontram nas fases iniciais de processo de industrialização, ou em semi-industrialização, a modificação de suas estruturas, de modo a não necessitarem subir a montanha da elevação da intensidade energética para ampliar sua produção.

Para Maimon (1992, p. 174), *“a economia de energia se constitui no melhor meio de reduzir os impactos da energia sobre o meio ambiente e de garantir um crescimento econômico em bases mais sustentáveis* Não se trata de apenas instituir práticas de racionalização e de conservação de energia. Estas também são importantes, mas não são o essencial.

O essencial é promover mudança estrutural, a qual deve incluir, prioritariamente:

- novos processos tecnológicos industriais de baixo consumo energético;
- novas fontes energéticas baseadas em fontes renováveis, especialmente fotovoltaicas, nas regiões ensolaradas;
- produção de equipamentos elétricos domiciliares poupadores de energia (que utilizam pouca energia ou que sejam a base de energia solar);
- produção de bens duráveis de consumo com vida útil mais longa; e, outras.

São inovações que visam economizar energia através de uma poupança líquida de baixa entropia, ^aças a; combustão mais con^leta; redução de fricção; obtenção de luz mais intensa; e demais medidas congêneres. Elas permitem, justamente, ampliar a produção econômica em geral da sociedade, porém com menor consumo relativo de energia.

Ainda com relação às possibilidades industriais em relação ao consumo energético, tem-se que levar em conta o problema mais geral da entropia, assinalando a *“lei básica da termodinâmica: a dotação da humanidade é finita”* (Geoi^escu-Roegen, 1982, p. 78).

O único caso em que a dotação energética direta não é finita está representado pela energia solar, que é fluxo, e não estoque. Esta, todavia, embora seja viável em vários setores, no caso específico do uso industrial é problemática, pois o fluxo de energia solar nos che^ com uma densidade extremamente baixa, como uma chuva fina, e não de fonna concentrada, como nos casos da eneiiigia terrestre.

Sob este aspecto, o papel da bio-industrialÍz^ção passa a ser uma forma relevante de contribuição do setor ao problema energético. Os principais autores que tratam do ecodesenvolvimento, como l^acy Sachs e Henrique Rattner, já referidos, insistem na possibilidade específica dos grandes países tropicais, como o Brasil, pela intensidade com que recebem a energia solar, de e?q)lorar industrialmente, como matéria-prima, a produção em larga escala de biomassa.

A outra forma importante que a indústria tem para contribuir na questão energética é a referida anteriormente: o setor produzindo bens e equipamentos que possibilitem reduzir o consumo energético, inclusive equipamentos que utilizam energia solar, ou que permitam captar, concentrar e distribuir esta energia; a indústria promovendo mudanças operacionais internas, que reduaun a intensidade energética no ato de produzir.

Sugere-se, portanto que, nas condições atuais, os países que estão se industrializando podem evitar a fase altamente intensiva de energia. Isto é possível através da utilização de tecnologias poupadoras, já nas fases iniciais do processo.

Uma citação de Maimon (1992, p. 168), vem apoiar o posicionamento acima; *“A viabilidade deste desenvolvimento imnos intensivo em energia é reforçada pelo trabalho empírico de Martin sobre a evolução da intensidade energética da atividade econômica nos países industrializados, onde reforça-se a tese da não existência de uma lei ligando o consumo de energia ao crescimento econômico*

3.4.2 - A Questão Cultural

Relativamente ao aspecto cultural, aqui considerado o efeito de novo padrão tecnológico que a indústria estaria inserindo nas comunidades, tem-se, sinteticamente, o que segue.

A política de industrialização levada a efeito no Brasil, e à qual Santa Catarina respondeu intensamente, teve como uma característica relevante o fato de ser altamente desequilibradora, no sentido de que buscou carrear benefícios e investimentos prioritariamente ao setor secundário da economia. A agricultura foi relegada a segundo plano: não se realizou reforma agrária; uma grande quantidade de áreas aproveitáveis continuou ociosa; a política agrícola visou estimular grandes plantações destinadas à exportação, dentre outros aspectos.

Uma consequência disso foi o progressivo esvaziamento populacional das áreas rurais, com seus habitantes dirigindo-se às cidades. Estas últimas são hoje, por excelência, o lugar onde se desenvolvem as atividades relacionadas, direta e indiretamente, com a indústria.

Isto não significa, em absoluto, que a industrialização tenha sido capaz de conter, em termos de fonte de ocupação da população economicamente ativa, os postos de trabalho perdidos no meio rural. Pelo contrário, uma grande massa é mantida à margem da economia, enquanto outra parte se vê constrangida a subocupações, à economia informal, à economia da contravenção e do crime.

O impacto cultural mais importante a considerar é, então, o que decorre da transferência de populações rurais - com suas técnicas produtivas, seu modo de vida, sua formação - para o meio urbano. Enfrentam uma situação totalmente nova, sem que nenhum preparo tenham tido para isto.

As exigências do meio urbano - para os mais diferentes tipos de trabalho, seja nas indústrias, seja no setor de serviços - pressupõem certa formação mínima que, absolutamente, estas populações deslocadas não possuem e nem as oportunidades de adquiri-las são oferecidas. No mais das vezes nem à alfabetização tiveram acesso.

Considerando-se, todavia, especificamente o processo de industrialização em Santa Catarina e os lugares sócio-culturais em que diretamente se inseriu, tem-se constatação diferenciada da descrita.

Observa-se que em regiões tradicionalmente agrícolas, instalaram-se agroindústrias, possibilitando um não rompimento total com a cultura prevalecente.

Nas áreas onde predominam os setores da indústria tradicional do mobiliário, da indústria têxtil e das confecções, igualmente surgiram e se desenvolveram estas atividades em ambientes já aculturados à atividade industrial. A condição criada em Blumenau e Brusque, por exemplo, onde o pequeno proprietário agrícola e sua família exerciam, também, jornada na indústria, era uma situação comum nas regiões européias de onde provieram os imigrantes para essas localidades, e, de resto, esta situação em

muito favoreceu o processo de acumulação do empresário, pois assim o trabalhador submetia-se a salários menores na indústria, já que tinha um complemento em sua atividade caseira.

As indústrias do segmento dinâmico, como as do complexo metal-mecânico, implantaram-se em áreas eminentemente industriais desde sua formação original. Este tipo de atividade depende da existência de força-de-trabalho com certa qualificação, e encontrou-a já nos primeiros imigrantes europeus. O caso típico, aqui, é o de Joinville, mas também se manifesta em outros municípios.

Em algumas outras regiões do Estado a industrialização foi montada à base de força-de-trabalho sem qualificação ou apenas semi-qualificada. É o caso da indústria cerâmica, tanto a cerâmica estrutural como a de revestimento, e da indústria de papel e papelão. Estas últimas implantaram-se em áreas relativamente vazias e sem tradição agrícola. A sua população trabalhadora, de parte cabocla, antes explorada como agregada nas grandes fazendas de criação, logo se adapta às condições simples de trabalho e de exigência técnica na indústria de resto implantada em área antes agrícola, e não no meio urbano.

Quanto às cerâmicas, principalmente as de revestimento, foram elas implantadas principalmente nas antigas áreas de mineração. Já então, aí viviam populações desvinculadas da atividade agrícola, e boa parte urbanizadas. A mineração, esta sim, quando se implantou na região, representou sério conflito com a cultura agrícola vigente.

Alguns casos localizados de conflito cultural poderiam ser citados. Comporiam, porém, apenas uma exceção no meio industrial de Santa Catarina. Na generalidade, há uma convivência da indústria no meio que se insere, até porque o mito da industrialização e suas possibilidades de ascensão econômica e social diluiu-se por quase toda a sociedade catarinense durante todo o presente século.

3.5- Conclusões Parciais

Esses processos econômicos e sociais apontam tendências na direção do agravamento das condições de vida da população, em futuro não distante.

O êxodo rural esvazia os cantos e incha as cidades, porém só as maiores. Quanto às localidades menores, há, na verdade, também um processo de esvaziamento relativo, a até absoluto, em alguns casos. Estudo feito pela Seplan/SC demonstra isto e aponta as tendências populacionais.⁴ E as cidades de maior porte passam a conhecer o fenômeno da marginalidade social, do desemprego endêmico e da favelização em larga escala, até então existentes, sim, mas em pequenas proporções.

O aumento dos problemas sociais parece, então, inevitável, mantendo-se as tendências atuais. A crescente dependência mercadológica nacional e internacional da produção catarinense, o intenso processo de concentração ainda; a industrialização sobre bases tradicionais, de produtividade convencional e salários baixos, não apontando tendência a alterações positivas substanciais, indicam esta perspectiva negativa.

A intensificação da exploração econômica nas mesmas bases - extração de recursos naturais não renováveis, esgotamento do solo pela exploração monocultora intensiva, retomada da industrialização em larga escala com seus processos poluentes só fará aumentar os problemas ecológicos.

A problemática energética far-se-á cada vez mais aguda. O parque industrial que sempre contou com energia abundante e barata - com participação de energia primária derivada da lenha atingindo mais de 20% da matriz energética e da eletricidade mais de 60% da matriz⁵ - terá, neste componente, forte pressão sobre os custos de produção e, conseqüentemente, diminuição de poder competitivo no mercado. Pois estas duas fontes de energia industrial sentirão o impacto do avanço da conscientização

⁴ SEPLAN/3C ■ Estudo da Evolução Populacional 1970-2010.

⁵ Conforme dados de evolução das fontes de energia no setor industrial, da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo de Santa Catarina.

ambiental exigindo, de um lado, novo tratamento com as florestas e, de outro, fazendo alocar, na produção de eletricidade, os pesados encargos ambientais.

Outro componente que comprometerá a competitividade dos produtos catarinenses é o custo dos transportes. Grande parte da produção industrial depende de insumos externos e tem, também, mercado externo em relação ao Estado, e a tendência crescente dos custos de deslocamentos físicos a longa distância afetará, muito provavelmente, a indústria catarinense.

Algum alívio poderá ser dado pelas possibilidades do Mercado Comum do Sul - MER.COSUL. Todavia, será este um mercado muito disputado pela estrutura produtiva do Estado de São Paulo, com seu parque de bens acabados - enquanto Santa Catarina é grande produtor de peças e equipamentos - e pela indústria gaúcha, em relação ao segmento mais promissor, o de bens de capital e de bens duráveis de consumo. Além disso, há o aspecto de que a indústria argentina, submetida que foi aos mesmos ditames que estruturaram o parque brasileiro, em muitos pontos é similar a este, reduzindo as possibilidades de intercâmbio.

Tendo em conta, então, os impasses que se apresentam à continuidade do processo do crescimento econômico - ou sua retomada - nas mesmas bases em que se assentou até aqui, com a anulação das desigualdades e dos problemas sociais e ambientais a ele inerentes, propõe-se a consideração do problema sob nova concepção que passe a associar desenvolvimento econômico a maior equidade social e tratamento adequado da questão ambiental.

A linha do ecodesenvolvimento, que advoga a pluralidade de vias e de soluções e a diversidade como princípios norteadores, pelas características físicas, sócio-econômicas e culturais catarinenses, assentadas na diversidade, pode vir a encontrar, aqui, campo fértil de experimentação.

CAPITULO IV

4 - ANÁLISE CaUTICA DO PROGRAMA CATARINENSE DE APOIO À INDUSTRIALIZAÇÃO SOB A ÓTICA DO ECODESENVOLVIMENTO

O presente capítulo contém os resultados obtidos pela pesquisa direta, que buscou verificar; a) as condições do atual programa de incentivo à industrialização em Santa Catarina, suas normas e contradições; b) as divergências e convergências entre as normas do programa e os preceitos do ecodesenvolvimento; c) os resultados obtidos através da atuação do programa; d) o papel do corpo técnico na definição de políticas estaduais; e, e) a percepção dos integrantes deste corpo técnico quanto às questões relacionadas ao ecodesenvolvimento.

Reputamos essenciais esses levantamentos para estabelecer a dimensão de viabilidade de uma política industrial que vise alterar o quadro atual na direção do desenvolvimento sustentável, num caso como o catarinense. Basicamente porque os programas estaduais, não estando subordinados às diretrizes dos programas federais, são os únicos que dão autonomia para uma política própria de industrialização.

4.1 - Conteúdo do Programa: Objetivos Explicitados e Sistema de Ponderação dos Projetos.

Antes de entrar na questão, convém lembrar o explicitado na parte metodológica deste trabalho, de que são três os programas consubstanciadores da política de apoio à industrialização sob o comando exclusivo do poder estadual, em Santa Catarina. Dado porém que um deles, o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - Prodec, está implantado há muito mais tempo e pode, portanto, apresentar resultados mais expressivos, e sendo os quesitos para enquadramento de beneficiários comuns aos três programas, a análise neste se concentrará.

A Lei. 7320, de 8 de junho de 1988, que cria o Prodec, define no artigo 1º, como seu objetivo, *“estimular o desenvolvimento sócio-econômico de Santa Catarina, em consonância com a iniciativa privada, visando à implantação de empreendimentos industriais, agroindústrias e programas cooperativos agroindustriais e de artesanagem de produtos agrícolas, mediante concessão de apoio financeiro e creditício que garanta a geração de novas oportunidades de trabalho*

No Artigo 2º, estabelece que o apoio referido será concedido para *“empreendimentos de comprovada prioridade sócio-econômica, e que contribuam para a preservação do meio ambiente, para a desconcentração econômica e espacial das atividades produtivas*

O incentivo dado através do Programa pode atingir até a metade do valor do investimento total do projeto. O cálculo para determinar o montante do apoio financeiro a ser concedido baseia-se no valor do imposto -ICMS- gerado pela nova unidade industrial, em uma escala que vai até 75% do ICMS no primeiro ano; até 60% no segundo; até 45% no terceiro; até 30% no quarto; e até 30%, também, no quinto ano.^^

caso dos outros dois programas o prazo de liberação do benefício vai até o sétimo ano e os limites de participação, à exceção do primeiro ano em que são iguais, em cada ano são mais elevados que os do Prodec,

Para definir o efetivo percentual que a beneficiária receberá há uma tabela de pontuação denominada “Avaliação do Projeto para fins de Definição de Percentual de Incentivo” (Anexo Único da Resolução nº 035/92, de 15.9.92, do Conselho Deliberativo do Prodap/Prodec/Promic).

Conseguindo a pontuação máxima (que soma 95 pontos) a empresa receberá 100% do incentivo, ou seja, estará no limite máximo dos percentuais permitidos em cada ano. O mínimo de pontuação é 12, quando então a empresa obtém no máximo 40% do incentivo, a cada ano.

Para efeito do cálculo da pontuação são considerados os seguintes quesitos;

1) Receita Operacional Líquida da Empresa ou do Grupo Empresarial - pontos que vão de 20 para empresas menores até 4 pontos para as maiores; isto é, a pontuação é inversamente proporcional ao tamanho da empresa.

2) Capacidade de Geração de Emprego - considera a relação investimento/emprego. Para empreendimentos que tenham esta equação menor, a pontuação é maior (10 pontos), diminuindo até o limite mínimo de 2 pontos para aqueles cuja capacidade de geração de emprego por capital investido é menor (ou, que exigem mais capital para gerar uma unidade de emprego).

3) Estímulo à Implantação em Áreas Mais Carentes - A ponderação do item 3 do formulário de avaliação para fins de definição do percentual de incentivo, vai de 20 pontos a 10 pontos, respectivamente para projetos que se destinem à implantação nas regiões definidas como as mais carentes do Estado, ou para implantar unidade isolada em um mesmo município porém em local diferente daquele onde a empresa postulante já tiver alguma unidade industrial.

4) Em Relação ao Produto a Ser Fabricado - são considerados, em ordem decrescente de pontuação: o produto a ser fabricado é novo, isto é, não há similar no Estado (10 pontos); é novo para a empresa que apresenta o projeto, mas já existe similar em Santa Catarina (7 pontos); já existe similar, ou seja, de mesmo uso e de mesma natureza, no Estado, porém a empresa postulante o produzirá utilizando nova tecnologia (5 pontos); o produto já é produzido e sob as mesmas condições tecnológicas em Santa Catarina (2 pontos). O critério, portanto, distingue se o produto será novo, similar, ou igual, e a ponderação decresce de um máximo de 10 a um mínimo de 2 pontos, nesta ordem.

5) Grau Tecnológico - pondera com 20 pontos o projeto inovador quanto à tecnologia de processo; com 10 pontos o que utilizará a tecnologia média social atual; e com 2 pontos o projeto considerado como baixo em relação à tecnologia, ou sem desenvolvimento tecnológico.

6) Grau Tecnológico do Produto - A partir do que considera como o que de mais moderno existe no mercado, pontua com 20, 10 e 2 pontos, respectivamente: produto de base tecnológica (tecnologia de ponta); produto com agregação de novas tecnologias e qualificações; e produto sem agregação de tecnologia.

7) Grau de Desconcentração Espacial - Estabelece ponderação maior para os municípios onde há menor número de indústrias. Somente aqueles que tiverem menos de 600 indústrias (ou consumidores de energia industrial, segundo o critério adotado) recebem ponderação, a qual é a seguinte: 10 pontos para projetos em municípios que não tenham mais do que 200 consumidores industriais; e 5 pontos para municípios entre 200 até 600 consumidores industriais de energia.

- 8) Defesa do Meio-Ambiente - considerem-se o seguinte:
- Empreendimentos sem risco de poluição - 20 pontos;
 - Empreendimento de médio risco de poluição, que contenha equipamentos de controle secundário - 15 pontos;
 - Empreendimento de médio risco de poluição, com equipamentos de controle primário - 05 pontos;
 - Empreendimento de elevado risco de poluição, com equipamento de controle secundário - 10 pontos;
 - Empreendimento de elevado risco de poluição, com ou sem equipamentos de controle primário - 00 ponto (zero ponto)

4.2 - Contradições Internas do Programa

A criação de uma lei de iniciativa do Poder Executivo segue, em síntese, o seguinte trâmite:

- 1º) o projeto de lei é encaminhado pelo Poder Executivo ao Legislativo;
- 2º) a Lei é decretada pelo Legislativo;
- 3º) a Lei é sancionada pelo Executivo;
- 4º) o Regulamento da lei é decretado pelo Executivo;
- 5º) as normas operacionais e diretrizes são fixadas por Resoluções do Conselho Deliberativo, no caso do Prodec.

Assim, foi fixado por Resolução do Conselho Deliberativo todo o sistema de pontuação para efeito da definição do percentual do incentivo que cada projeto pode receber.

^ Última versão, que está em vigor, é a Resolução nº 035/92, de 15.09.92,

A Lei é clara e taxativa quando estabelece que o apoio será concedido para empreendimentos que:

- tenham comprovada prioridade sócio-econômica;
- contribuam para a preservação do meio-ambiente;
- contribuam para a descentralização econômica; e
- contribuam para a desconcentração espacial das atividades produtivas.

A Resolução, ao fixar os critérios de ponderação, capta de modo geral o espírito da Lei. Admite, todavia, em cada quesito considerado, que o empreendimento esteja parcial ou até totalmente em situação contrária à exigida para a pontuação máxima no item. Isto faz com que, por um sistema de compensações entre os oito quesitos levados em conta, um empreendimento possa ser beneficiado, embora afrontando totalmente um ou mais critérios.

Tome-se como exemplo o enquadramento de um projeto hipotético com as seguintes características:

a) grande empresa, ou pertencente a grande grupo.....	04 pontos;
b) pouco geradora de empregos em relação ao investimento.....	02 pontos;
c) unidade industrial nova.....	15 pontos;
c-1) a ser instalada no mesmo município.....	10 pontos;
d) produto já fabricado no Estado, sendo novo apenas para a própria empresa.....	07 pontos;
e) processo produtivo altamente inovador em relação à tecnologia empregada.....	20 pontos;
f) produto de base tecnológica (tecnologia de ponta).....	20 pontos;
g) projeto será instalado em município onde já há concentração industrial (tem mais de 600 empresas industriais).....	00 ponto;
h) o empreendimento possui elevado risco de poluição (com ou sem equipamentos de controle primário).....	<u>00 ponto.</u>
TOTAL.....	78 pontos

Neste caso, que soma 78 pontos, utilizaiido-se a Tabela de Percentuais de Incentivo (anexo 2 da Resolução 035/92), tem-se que o empreendimento receberia 87,7% do total de incentivos.

Portanto, contrariando os preceitos previstos (na Lei), de descentralização econômica - o projeto favorece grande grupo; desconcentração espacial - o projeto acentua a concentração; prioridade sócio-econômica - ele é essencialmente capital-intensivo; preservação de meio-ambiente - o projeto é potencialmente poluidor mesmo assim ele terá incentivo público para sua úmplantação. E o incentivo a receber não é nada desprezível, atingindo quase 90% de um total que o en:ç)reendimento teria se suas condições fossem, sob os aspectos aqui levantados, o inverso do que apresenta. E não é nada desprezível, também, em termos de encargos financeiros, pois o montante que o projeto recebe a título de empréstimo terá custo zero para a empresa - está sujeito apenas a correção monetária, sem juros.^

A situação-limite, ou quase-limite, imaginada no projeto hipotético acima, pode muito bem estar acontecendo na realidade. Mais adiante, neste trabalho, ter-se-á a verificação desta hipótese através de pesquisa nos resultados operacionais do Pro^ama.

O exposto acima, apoi^ando as contradições entre o espírito da lei que criou o Progama e o conteúdo, como resultado possível, da Resolução do Conselho Deliberativo do Prodec, faz levantar a hipótese de que tenha havido a intenção de propiciar a possibilidade levantada com o projeto hipotético. Ou seja, um programa aparentemente montado com uma finalidade que do ponto de vista social e político se legitima, mas que, na verdade, destina-se a atender, principalmente, interesses de classe, no caso o estrato do grande edital.

Veja-se a composição do Conselho Deliberativo. É formado por três secretários de Estado; pelo presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina -

Badesc; pelo presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - Brde; e por um representante de cada uma das quatro organizações de caráter privado (Federações) do setor comércio, da indústria, da agricultura e das cooperativas de Santa Catarina.

Tem-se, então, três representantes diretos do poder público (Estado); dois representantes de órgãos de financiamento (cujo interesse maior está no baixo custo operacional e nas garantias das operações que realiza); e quatro interessados diretos em obter, para os afiliados de suas respectivas organizações, os maiores benefícios advindos do Estado.^{^®}

Sem levar em conta que é comum o Secretariado, principalmente da Fazenda Estadual e da Indústria e Comércio, ser representante do g[^]de capital, somente a composição de representações públicas e privadas é evidente para mostrar o desbalanceamento em favor destas últimas. Pode-se contra-argumentar que cada uma destas instituições abarca também os menores negócios. Mas o que se sabe, e a história registra, é que, regra geral, na tensão entre os interesses específicos dos pequenos e dos grandes, estes últimos conseguem fazer com que os seus prevaleçam.

Esses fatores por certo representam uma importante barreira à mudanças na atual política industrial que se contraponham aos interesses nela colocados.

Neste sentido, reforça-se a necessidade de estabelecer-se estratégias políticas de enfrentamento, onde a participação da sociedade civil, do meio científico e técnico e dos segmentos que seriam diretamente beneficiados, como o dos pequenos empresários, seria fundamental.

[^] Em Parecer Técnico exarado na condição de Assessor Econômico da Seplan/SC., na ocasião (Parecer 01/88, 25.05.88, Sepian/Suepe), examinando o artigo 3º do Projeto de Lei, em comparação com as modificações introduzidas pela Assembléia Legislativa, o Autor do presente trabalho levantou o problema do desbalanceamento em prol da participação privada, Contudo, como o veto do Executivo não pode alcançar senão todo um parágrafo ou todo o texto de um artigo, não houve possibilidade de se corrigir, neste Poder, o problema da representatividade.

4.3 - O Programa em Confronto com os Preceitos do Desenvolvimento

Sustentável

Numa síntese do exposto anteriormente, observa-se que o programa em tela aponta prioridades para: a) empresas menores, visando desconcentração e descentralização econômica; b) geração de empregos; c) implantação em áreas mais carentes; inovação a nível do produto em relação ao que já se produz no Estado; e) inovação tecnológica de processo; f) desenvolvimento de produto de ponta; g) busca de desconcentração espacial das atividades; e, h) controle preventivo dos riscos de poluição.

Fazendo-se um paralelo entre este conjunto de itens e as teses postuladas pelo enfoque de desenvolvimento sustentável, nota-se que algumas delas estão presentes na definição das prioridades do programa governamental. Destacam-se nesse contexto o cuidado em se evitar o excesso de aglomeração espacial, bem como a preocupação com o plano ecológico e com a problemática social.

Quando se confrontam, entretanto, item por item, cada um dos meios através dos quais o desenvolvimento sustentável pode ser atingido com o que o programa estipula a respeito, constata-se a incipiência deste último com relação ao enfoque de ecodesenvolvimento.

À Tabela 9 expressa os resultados dessa análise. Na primeira coluna foram relacionados os instrumentos de ação ecodesenvolvimentista. Na segunda, a observação quanto à adequação das normas do programa relativamente a esses instrumentos. As conclusões são as seguintes:

- nenhum dos 17 itens exigidos pelo novo padrão de desenvolvimento é atendido em sua plenitude;
- em 8 itens constata-se atendimento parcial;
- os demais 9 itens do desenvolvimento sustentável são, em absoluto, contemplados pelo programa estadual de apoio à industrialização.

TABELA 9 - CONFRONTO ENTRE AS PROPOSIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O CONTEÚDO DO PROGRAMA ESTADUAL DE APOIO À INDUSTRIALIZAÇÃO

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	PROGRAMA DE APOIO À INDUSTRIALIZAÇÃO EM SANTA CATARINA
PRINCÍPIO GERAL: Crescimento da economia, com justiça social e preservação ambiental.	OBJETIVOS DEFINIDOS (na Lei): desenvolvimento sócio-econômico pelo aumento dos empregos via projetos que contribuam para a preservação ambiental e desconcentração econômica e espacial das atividades.
<u>MEIOS</u>	
a) Criação de postos de trabalho que permitam renda individual adequada a melhor condição de vida e melhor qualificação profissional.	Programa contempla, porém não faz distinção quanto aos tipos de trabalho a serem criados, nem quanto a salários.(P)
b) Produção de bens dirigida prioritariamente às necessidades sociais básicas.	Não contempla esta preocupação. (N)
c) Destaque nos investimentos incentivados para o cooperativismo. Manejo eficiente dos recursos,	A empresa cooperativa não é destacada no programa; é tratada como as demais.(P) Contempla parcialmente, na medida em que incentiva avanços tecnológicos.(P)
e) Absorção pela empresa dos custos ambientais.	Contempla na medida em que induz à adoção de equipamentos anti-poluidores; admite, porém, situações de risco. (P)
f) Endogeneização, contar com suas próprias forças.	Apoio aos pequenos empresários é indispensável para a alavancagem. Os grandes têm capacidade de autofinanciamento.(P)
g) Produzir respeitando os ciclos dos ecossistemas.	Não considera este aspecto.(N)
h) Prudência no uso de recursos não-renováveis,	Nada contém a respeito. (N)
i) Prioridade à produção de biomassa e industrialização de insumos renováveis	Nada contém a respeito. (P?)
j) Redução da intensidade energética e conservação de energia.	Nada consta (a não ser associado a melhor tecnologia, mas é insuficiente). (N)
1) Tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos.	Contempla em parte, pela adoção de equipamentos anti-poluição,(P)
m) Cuidados ambientais,	Contempla em parte, dando prioridade a projetos sem risco ambiental. (P)
n) Desconcentração espacial de atividades (e da população).	Não contempla, na medida em que, na prática, enquadra sobretudo grandes empresas. (N)
o) Descentralização e democratização local e regional do poder.	Idem observação acima (N)
p) Relação mais equilibrada cidade-campo.	Contempla, na medida em que também apóia agroindústrias. Não há, porém, tratamento privilegiado para estas. (P)
q) Soluções adaptadas a cada ecossistema,	Nada contém a respeito,(N)
r) Respeito à formação cultural comunitária.	<u>Nada contém a respeito. (N)</u>
(+) P = O programa estadual contemplava parcialmente. N = O programa não contempla	

A tabela seguinte (iO) resume, considerando cada dimensão de sustentabilidade do ecodesenvolvimento, as conclusões *expressas* na anterior.

As observações apresentadas abaixo resultam da análise que confronta as diretrizes do programa estadual de apoio à industrialização com as do desenvolvimento sustentável e das proposições que fazemos, derivadas dos princípios de sustentabilidade, para alteração do programa, constantes na Tabela 11.

TABELA 10 - POSIÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO À INDUSTRIALIZAÇÃO EM RELAÇÃO A CADA COMPONENTE DE SUSTENTABILIDADE DO ECODESENVOLVIMENTO

POSIÇÃO DO PROGRAMA	Nº DE ITENS	SUSTENTABILIDADE				
		Social	Econômica	Ecológica	Geográfica	Cultural
NÃO CONTEMPLA	9	b		ghij	no	qr
CONTEMPLA PARCIALMENTE	8	a	cdef	lm	p	-
TOTAL DE ITENS	17	2	4	6	3	2

Fonte: Tabela 9,

No que concerne ao critério de sustentabilidade social, o programa contempla a necessidade de geração de novos postos de trabalho, mas desconsidera o item qualificação e salário da força-de-trabalho. Ele é, também, inteiramente omissivo quanto ao destino final da produção, não distinguindo se ela viria ou não contribuir para o suprimento das necessidades fundamentais da maioria da população.®

® o conceito de necessidades básicas ou fundamentais encerra tanto bens materiais quanto imateriais. Pode estar restrito a necessidades elementares - alimentação, moradia, saúde, educação - e também incorporar bens culturais, como recreação e lazer. Há um caráter fisiológico e outro de natureza histórico-moral, que variam no tempo e no espaço. Sua determinação para uma sociedade específica é possível, embora seja tênue a linha demarcatória entre o fundamental e o secundário (Sachs, 1981; Mandei, 1991).

TABELA 11 - PROPOSIÇÕES DE INCORPORAÇÃO AO PROGRAMA ATUAL PARA ADEQUÁ-LO AOS REQUISITOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ITEM	PROPOSIÇÕES
a	Dependendo das condições locais onde o projeto será implantado, deverá ser ponderado segundo o tipo de emprego que oferece.
b	Maior ponderação ao projeto cuja Knha de produtos situa-se como necessidade fundamental para a população.
c	Dar prioridade e criar condições especiais para indústria e agroindústria cooperativada.
d	Quando se tratar de projeto agroindustrial ou es^loração industrial de florestas, agregar nas considerações o aspecto relativo ao manejo destas.
e	0 projeto tem que conter a solução para problemas ambientais que sua atividade geraria. Estimular processos produtivos minimamente oradores de resíduos e rejeitos.
f	No aspecto da endogeneização, o programa deverá incotporar o incentivo ao desenvolvimento tecnológico próprio da empresa. Admitir somente projetos de pequenos e médios empreendedores.
g	Distinguir as indúsbias que em suas inter-relações estimulem atmdades que não afetem demasiadamente os ecossistemas mbano e rurais.
h	0 projeto deve ter alto aproveitamento de insumos não-renováveis. Ponderar projeto que vise à reciclagem de insumo não-renovável
i	Ponderar projeto industrial vinculado ao processamento de biomassa. Idem para industrialização de insumos naturais renováveis.
j	Apoiar projeto que use processo industrial de baixa densidade energética; projeto que produza bens de edital de baÍKO consumo relativo de enei^a para outras indústrias; e projeto que produza bens finais ou equipamentos pouco insumidores de energia.
l	Dar ênfkse à indústrias não poluidoras em seu próprio processo produtivo.
m	Ampliar o programa para alcançar também: - empreendimento cujo produto final destine-se a uso como equipamento anti-poliuição (de uso individual ou indusbial); - enqnrendimento que produza eqi^amentos industtiais com o fim de aproveitar recursos do ecossistema urbano (ex.: Üxo); - projeto que objetive a reciclagem de materiais.
n	Enquadrar somente pequenos e médios projetos e empresas (exceção: cooperativas).
o	Enquadrar somente pequenos e mé(fios projetos e enqiresas (exceção: cooperativas).
p	Dar ênfase à ^oindústria, especialmente cooperativada.
q	Não aceitar projeto inadaptado ao ecossistema local e regional rural ou urbano.
r	Não aceitar projeto que interfira negativamente na formação cultural local. Atividade totalmente nova para a localidade deverá ser aprovada pela Câmara de Vereadores ou estar especificamente prevista na Legislação Municipal

(+) Seguido cada item da Tabela 9.

Nos itens eminentemente econômicos (cdef) vê-se que, de certa forma, o programa contém indicações que se identificam parcialmente com as diretrizes do ecodesenvolvimento. A todas essas indicações caberiam, então, reparos, de modo a melhor adequá-las às exigências do novo modelo. Os pontos relevantes insistem na necessidade de: enfatizar a agroindústria cooperativada; a integração intersetorial na agroindústria; o desenvolvimento de tecnologias de processo; e de se limitar a concessão de benefícios financeiros exclusivamente aos empreendimentos de pequeno e médio porte.

^ relação aos seis itens inerentes ao critério de sustentabilidade ecológica (ghijlm), apenas dois são levados em conta pelo programa e, mesmo assim, de forma parcial. Caberá aqui, também, alterações substanciais, principalmente no sentido de: 1) induzir as empresas a modificarem seus processos produtivos visando a diminuir a produção de resíduos, diminuir a intensidade de consumo energético e reduzir e melhorar o aproveitamento de recursos naturais não-renováveis; 2) estimular a implantação de empreendimentos industriais que priorizem o processamento de biomassa, em coerência com a dinâmica dos ecossistemas; e 3) estimular a produção de eco-equipamentos e de projetos voltados à reciclagem de materiais.

Nos três quesitos que tratam da questão geográfica (nop) - desconcentração de atividades e da população e descentralização do poder local e regional, além da relação cidade-campo - nota-se que somente esta última recebe atenção do programa, por contemplar a instalação de agroindústrias. A principal alteração que seria necessária visando a adequação às proposições do ecodesenvolvimento diz respeito ao não enquadramento das grandes empresas, com exceção das agroindústrias cooperativadas. Esta diretriz legitimar-se-ia enquanto instrumento de preservação da descentralização de poder, própria da forma cooperativada de associação, ao mesmo tempo em que a agroindústria assim estruturada favoreceria uma relação cidade-campo mais equilibrada.

Finalmente, registra-se o fato de o programa nada conter acerca dos aspectos relativos à dimensão cultural do desenvolvimento sustentável. Caberia, quanto a isto, incorporar a diretriz de não aceitação de projetos inadaptados aos ecossistemas rural ou urbano, nos níveis local e regional, e de somente enquadrar os que forem aprovados pela comunidade local.

Além da série de quesitos pontuais relativos a cada projeto que a sociedade, através do Estado, exigiria para a concessão de benefícios públicos, há outro conjunto de questões sujeitas ao encaminhamento por parte do Estado, dentre as quais se destacam as que se^em.

Da perspectiva da ação do Estado, uma iniciativa relevante seria quanto ao desenvolvimento de novos processos produtivos e novos produtos finais. A pesquisa tecnológica necessária à cobertura das demandas específicas das pequenas e médias empresas não pode ficar restrita às ações individualizadas. Ao Estado cabe articular a integração gradual de grupos de empresas a institutos e centros de pesquisa. Igualmente, cabe-lhe fazer com que a pesquisa tecnológica normalmente realizada nas universidades e outras instituições esteja direcionada prioritariamente ao segmento e aos objetivos aqui considerados.

Uma segunda iniciativa importante estaria ligada à formação profissional e qualificação da força-de-trabalho. Com efeito, a criação de novos postos de trabalho capazes de oferecer melhor remuneração (o que se constitui numa das exigências para a sustentabilidade social - item a da Tabela 9) condiciona-se à maior produtividade. Esta, por sua vez, está atrelada à melhor qualificação da força-de-trabalho. Ao Estado cabe exercer então, o papel fundamental de encaminhar os programas de formação e qualificação, a serem executados pelas diversas instituições públicas e privadas.

4.4 - Resultados Operacionais; A Industrialização Derivada do Programa

Os dados das tabelas que se^em mostram a situação presente em 14.04.94 na carteira de projetos dos Programas Prodec, Promic e Prodap.

Conforme a Tabela 12, 84 projetos já foram encaminhados ao programa. Destes, 37 foram aprovados e 47 estão em análise. A inçlantação de todos estes projetos gerará quase quatorze mil novos ençregos a curto prazo no Estado, resultado expressivo face a situação crítica por que passa a Economia Nacional. Estes dados demonstram, também, conservar-se um dinamismo em|>resarial que responde r^idamente aos estímulos governamentais.

Através de um exame mais pormenorizado pode-se constatar, todavia, estar o programa mal direcionado, na medida em que não induz a mudanças no parque industrial, chegando mesmo a fortalecer as estruturas existentes. Estímulos oferecidos em horizonte de custo zero, a rigor até subsidiado (considerando-se o custo de oportunidade do benefício concedido, isto é, ^licação mais vantajosa inclusive em outros projetos), somente deveriam ser utilizados para uma reorientação da política de industrialização segundo parâmetros sociais e estratégias técnico-econômicas e ecológicas capazes de garantir uma evolução futura mais positiva.

Com efeito, o grande empreendedor, com sua capacidade de autofinanciamento, não deixa todavia de usufruir das facilidades ofertadas pelo Estado como forma de garantir por todos os meios a obtenção de lucros extraordinários, ou superlucros. A participação do Estado, conforme a Tabela 13, não passa dos 35% do total dos investimentos fixos no caso dos projetos dos grandes grupos econômicos. Este benefício, embora pesado para o programa estadual, revela-se pouco expressivo para a dimensão dos investimentos dessas enq^resas. Isto significa que o investimento seria

feito, independente da participação estatal, refletindo uma tendência ao desperdício de recursos públicos.

O médio capital e, com maior intensidade, o pequeno são relativamente muito mais dependentes do apoio externo para seus investimentos. Como indicador disto, tem-se que o benefício recebido do programa em relação ao investimento fixo do projeto che[^], em termos médios, a 55% para as pequenas e 43% para as médias empresas.

TABELA 12 - PROJETOS APROVADOS OU EM ANÁLISE NOS

ESPECIFICAÇÃO	APROVADOS	EM ANÁLISE	TOTAL
Número de Projetos	37	47	84
Geração de Empregos	6.877	6.876	13.663
Investimentos Totais (Cr\$ milhões)	114.455	241.825	356.287

Fonte; STM, Mapa de Acor[^]anhamento de Processos

**TABELA 13 - BENEFICIO EM RELAÇÃO AO INVESTIMENTO FIXO
TOTAL SEGUNDO A DIMENSÃO DO GRUPO
EMPREENDEDOR DO PROJETO**

EMPREENDEDOR	Nº DE PROJETOS	% TOTAL DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	TOTAL BENEFÍCIOS CR\$ MILHÕES (A)	MYEST. TOTAL CR\$ 1.411LHÕES CB)	% A:B
PEQUENA EMPRESA	20	11,5	5.092	9.287	55
MÉDIA EMPRESA	8	25,4	11.192	25.851	43
GRANDE EMPRESA (ou GRANDE GRUPO)	9	63,1	27.834	79.317	35
TOTAIS	37	100,0	44.118	114.455	39

Fonte: STM, Mapa de Aconçanhamento de Processos.
Tabela elaborada pelo Autor

Quase trinta municípios, em todas as regiões do Estado, dispõem de projetos para implantação ou expansão industrial. Essa dispersão espacial contrasta com a expectativa de reforço da concentração nas áreas mais industrializadas. Demonstra, por um lado, o fenômeno da diluição relativa no território de iniciativas empresariais. Visto com mais atenção, observa-se que podemos estar diante de uma polarização entre um grande número de pequenos empreendimentos de um lado e projetos de grande porte, ou as vezes de pequeno porte mas pertencente a poderosos grupos econômicos, de outro lado.

O sedimento do médio empresário, que caracteriza as regiões do Vale do Itajaí e Norte/Nordeste, provavelmente em função da crise decenal por que passa a economia brasileira, talvez seja o que mais tenha se retraído.

**TABELA 14 - QUADRO DE LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
DOS PROJETOS**

LOCAL	REGIÃO (1)	NUMERO DE PROJETOS	EMPREGOS PREVISTOS
Blumenau	VALE DO ITAJAI	1	138
Rio do Sul		1	340
Brusque		1	35
Guabiruba		2	51
Ilhota		1 (GG)(2)	370
TOTAIS DA REGIÃO		6	934
Joinville	NORTE/NORDESTE	1	150
Graniva		1	18
São Bento do Sul		1	15
Rio Negrinho		2(GG)	3.177
Mafra		2	72
Guaramirim		1	150
TOTAIS DA REGIÃO	8	3.582	
Criciúma	SUL CATARINENSE	2	650
Urussanga		1	80
Tubarão		1	200
Siderópolis		1	62
Jagumina		1	110
Araranguá		1	26
Turvo		1	8
TOTAIS DA REGIÃO		8	1.136
Ch [^] ecó	OESTE	2(GG)	63 <i>n</i>
Videira		1	30
Concórdia		2 (GG)	115
São Carlos		1	85
Lindóia do Sul		1	10
São Lourenço d'Oeste		1	550
TOTAIS DA REGIÃO		8	853
Correia Pinto	SERRANA	2 (1 GG)	179
Campos Novos		1	11 <i>n</i>
TOTAIS DA REGIÃO		3	190
S. Amaro da bnperaüiz	GRANFPOUS	1	40
Palhoça		1	97
Tijucas		2(1GG)	45
TOTAL DA REGIÃO		4	182

Fonte: STIVÍ, Mapa de Aconç>anhamento de Processos, 14,04,94

(1) Segado o conceito de Mesorregiões do IBGE; (2) QQ significa projeto pertencente a Grande Giupo Empresarial; (♦) Significa 1 cooperativa. (Elaboração: o Autor)

Apesar de não podermos comprová-la conclusivamente, toma-se plausível coifôiderar a hipótese de que a dispersão espacial recente dos enq^reendimentos reflete a busca de diferenciações geográficas sob formas várias, conforme a tendência manifesta na acumulação flexível e nas possibilidades introduzidas pela redução do espaço-tenço, teorizadas acima. Esta versão reduziria a possibilidade de ser verdadeira a hipótese da tendência à retração de investimentos das en^resas de porte médio, em conseqüência do contexto de crise vivido atualmente.

Os dados apresentados permitem outras interferências itr^>ortantes. Uma delas res^ta o fato de que em cada região, à exceção do Sul Catarinense, há pelo menos um projeto vinculado a um grande grupo econômico. Referem-se, estes , a e}q)ansão de atividades, à exceção de um único, que trata de implantação de unidade industrial. Nenhum deles situa-se, entretanto, em cidade de grande porte, segundo os parâmetros catarinenses, tendo sido previstos para serem implantados em áreas ainda não densamente povoadas.

É interessante observar, também (Tabela 15), que mais da metade, quase 60%, dos projetos aprovados dizem respeito a implantação de novas unidades industriais, sendo a maior parte delas previstas para cidades pequenas. As demais destinam-se à cidades de porte médio. Não há nenliuma inç>lantação prevista para as cidades maiores, reforçando talvez a hipótese levantada acima, relativa à busca de diferenciação geog^camente localizada, contrapondo-se à força das economias de aglomeração, até então prioritárias em termos de localização industrial.

Somente duas cooperativas estão participando do programa. Quando se recorda que a Lei que criou o Prodec destaca o apoio prioritário a este tipo de organização, evidencia-se o resultado pouco eiq)ressivo concretizado na prática. Uma possível explicação pode estar: a) no Mo de não haver no regulamento do programa nenhum destaque visando garantir uma ponderação mais elevada à forma cooperativada de organização errç>resarial; b) á falta de um trabalho integrado com os ór^os de apoio gerenciais, no sentido da divulgação adequada das várias possibilidades de

enquadramento no programa; c) à isenção quanto ao ICMS de atividades vinculadas à agricultura, o que prejudica a participação no programa, haja vista a forma de se calcular o montante de benefícios baseada na previsão de recolhimento deste imposto, e o fato das cooperativas estarem concentradas - no que se refere à atividade industrial - no setor das agroindústrias.

Do ponto de vista do alcance social - uma das importantes dimensões do desenvolvimento sustentável a forma cooperativada de organização da produção apresenta-se, em princípio, como a mais indicada, no atual modo de produção.

Caberiam, assim, esforços das várias instâncias e agências governamentais no sentido de serem criados mecanismos que possibilitem melhorar o sistema de apoio, aprimorar o cooperativismo e motivar o desenvolvimento deste através da expansão mais vigorosa de suas atividades na área da industrialização.

Através da Tabela 16, que apresenta as linhas de produtos dos projetos provados, outras evidências e conclusões são obtidas: 1) todos os projetos, sejam de expansão ou implantação, dizem respeito a linhas de produtos já presentes no parque industrial de Santa Catarina; 2) somente dois empreendimentos visam a produção de equipamentos destinados à melhoria da produção e da produtividade em demais setores da economia - no caso, equipamentos agrícolas e equipamentos para indústrias cerâmicas; 3) os produtos, em sua generalidade, destinam-se, direta ou indiretamente, ao consumo humano (alimentos, artigos de vestuário, artigos destinados à construção civil), não contemplando a produção de armamentos e nem de supérfluos.

TABELA 15 - FINALIDADE DO PROJETO E LOCAL DE INSTALAÇÃO

FINALIDADE	NÚMERO DE PROJETOS	CARACTERÍSTICA DO LOCAL DE IMPLANTAÇÃO		
		CIDADE PEQUENA	CIDADE MÉDIA	CIDADE GRANDE (1)
EXPANSÃO	16	7	7	2
IMPLANTAÇÃO	21	13	8	.
TOTAL	37	20	15	2

Fonte: 3TM, Relatórios de Análises dos Projetos (elaboração do Autor).

TABELA 16 - LENHA DE PRODUTOS DOS PROJETOS APROVADOS PELO PRODEC

UNHA DE PRODUTOS	NÚMERO DE PROJETOS
Beneficiamento de madeira	2
Artefatos de madeira, caixas de compensado	2
Beneficiamento de erva-mate	1
Doces	1
Alimentícios (carnes, massas)	4
Beneficiamento de arroz	2
Açúcar	1
Armazenagem de produtos agrícolas	2
Fios de algodão	1
Tecidos de malha	2
Confecções	2
Equipamentos	1
Papel	1
Telhas e ch [^] as zincadas	1
Tubos de PVC	2
Abrasivos de granalha de aço	1
Produtos cerâmicos	4
Fritas cerâmicas	1
Equipamentos para indústrias cerâmicas	1
Beneficiamento da bauxita	1
Embalagens plásticas	1
Peças componentes de motores elétricos	1

Fonte: STM, Relatórios de Análises dos Projetos (elaboração do Autor).

(1) Cidade grande em relação ao Estado; no caso, Joinville e Blumenau.

O processo segundo o qual se deu a criação do Prodec comprova a importância do papel exercido pelo quadro técnico nas definições de política econômica.

Com efeito, tome-se em conta a forma como foi gestada a Lei que veio a criar o programa aqui considerado. No âmbito do poder executivo, elaborou-se o Projeto de Lei. Para este fim, foi constituído grupo de trabalho composto de técnicos vinculados às instituições públicas envolvidas com a questão da industrialização e de seu financiamento. Participaram representantes das secretarias de estado afetas à indústria e comércio, fazenda estadual, ciência e tecnologia, ao planejamento e representantes dos dois bancos de desenvolvimento que operam em Santa Catarina.[®] A coordenação dos trabalhos por um representante da Casa Civil, é importante que se registre, foi durante contestada pela maioria dos integrantes, em vista do direcionamento segundo interesses de grupo privado que o mesmo, no início, procurou inquirir.^{*} Os trabalhos só tiveram continuidade com a neutralização de sua postura.

As proposições do projeto, em sua totalidade ou em sua essência, foram transformadas em Projeto de Lei e este encaminhado pelo Poder Executivo à Assembléia Legislativa. Discutida, aprovada e decretada como Lei, a matéria retomou ao Executivo para sanção, onde, segundo a norma, foram vetadas modificações ou acréscimos feitos pelo Legislativo ao projeto original.

[^] O Autor do presente trabalho foi membro do grupo representando o órgão ao qual naquela ocasião estava vinculado, a Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral do Estado de Santa Catarina. O personagem em pauta era vinculado ao grupo TJsati,

A Lei, decretada e sancionada, contém o objetivo geral do programa que cria, define o seu conselho deliberativo e define os limites máximos de participação em cada empreendimento incentivado. Estabelece que as condições de enquadramento dos empreendimentos serão definidas em Regulamento e as de apoio financeiro e creditício serão prescritas em Resolução do Conselho Deliberativo.

A elaboração do Regulamento do Prodec (Decreto 3.305, 24.05.89) constitui-se, também, demonstração do papel que pode ser representado pelo pessoal de nível técnico para um processo que vise à mudança de políticas econômicas. O exemplo mais contundente dá-se na questão da fixação ou não de correção monetária para os financiamentos concedidos.

Sem embargo, na primeira versão do anteprojeto de Regulamento do programa, apresentada pela Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, aparecem como encargos financeiros dos financiamentos juros de até 8% a.a. e 50% da correção monetária usual (Art. 19, IV, a, b).

No parecer técnico no âmbito da Seplan/SC, argumentamos naquela ocasião, na condição de Assessor Econômico desta Secretaria, contra a correção monetária parcial, defendendo que a mesma fosse integral e, também, favoravelmente a uma política de juros baixos, seletiva em função do alcance social do empreendimento que pleiteia os benefícios.

O Decreto 3.305, que regulamenta o Prodec, estabelece em seu artigo 19, IV, como encargos financeiros normais;

a) correção monetária plena;

b) comissão de 2% ao agente financeiro, a título de serviços prestados; portanto, sem juros.

Conforme o anexo do Ofício nº 1039/89, 27.04.89, da referida Secretaria à Secretaria de Coordenação Geral e Planejamento.

^ Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento, Subsecretaria de Estudos e Projetos Especiais, Informação Suepe nº 013/89, 24.05.89.

Tem-se, então, que o decreto confirmou a posição do parecer técnico.

Esses testemunhos documentais acerca da criação de um programa governamental apontam a importância de se considerar a contribuição do escalão técnico para o objetivo de encaminhar a proposição de mudanças na política estadual de industrialização. Sugerem, também, terem as pessoas que compõem o referido quadro a sensibilidade social dos demais segmentos esclarecidos, inseridos que estão na problemática cotidiana da vida brasileira, sendo portanto sensíveis a um trabalho que se propõe a analisar e sugerir medidas para a melhoria das condições gerais de vida da maioria da população. Adiante se verá que os resultados de levantamento de campo, realizado mediante aplicação de questionários, comprovam esta hipótese.

As circunstâncias que cercaram a criação do programa e a sua aprovação na forma objetivada mostram, também, a existência em potencial de condições no âmbito político - Poder Executivo e Poder Legislativo - para, através de um processo induzido pelos técnicos, viabilizar uma política industrial mais consentânea com a idéia do desenvolvimento sustentável. Os limites de um programa desta natureza estariam fundamentalmente no campo da Economia, conforme o presente trabalho tenta demonstrar.

4.6 - O Quadro Técnico Estadual e o Ecodesenvolvimento

Conforme foi detalhado no item relativo à Metodologia, objetivando verificar como integrantes do quadro técnico governamental diretamente envolvidos com a industrialização em Santa Catarina vêem a questão do desenvolvimento sustentável, realizamos uma pesquisa de campo.

Os resultados da pesquisa direta mostram, em primeiro lugar, uma forte incidência (60% dos entrevistados) de respostas conceituando ecodesenvolvimento como um processo ligado às diretrizes de produzir sem poluir nem degradar a natureza;

gerar empregos com distribuição mais justa da renda e melhoria da qualidade de vida da maioria da população; e estimular o crescimento sustentado da economia.

A constatação é surpreendente. Supúnhamos, antes de realizar a pesquisa, não estivesse o conceito, corrente nos meios acadêmicos e científicos, tão generalizado no meio técnico. A revelação de sua extensão junto à maioria do pessoal técnico do governo do Estado é bastante promissora para os propósitos deste trabalho, apesar de tratar-se de um conhecimento não sistematizado, sendo portanto incapaz de dar conta de todo o enfoque do ecodesenvolvimento.

TABELA 17 - RESPOSTAS DOS TÉCNICOS ESTADUAIS QUANTO AO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OU ECODESENVOLVIMENTO SIGNIFICA:	% DAS RESPOSTAS
a) Produzir sem poluição ou degradação da natureza	24
b) Distribuição mais justa da renda; geração de empregos; melhoria da qualidade de vida da população	8
c) Crescimento sustentado da economia	8
d) O conceito de ecodesenvolvimento engloba todos os aspectos acima	60
TOTAL	100

Fonte; Pesquisa Direta

É interessante notar, através da manipulação dos questionários, que nos dois Bancos de Desenvolvimento participantes da pesquisa todos os entrevistados apropriaram-se do conceito em sua forma abrangente. Nas secretarias de Governo e suas diversas divisões as respostas quanto ao conceito de ecodesenvolvimento diluíram-se entre as quatro possibilidades apontadas na tabela, a exceção do caso relatado acima.

Com efeito, o quadro revelado pela pesquisa pode ser complementado pelo exame do documento produzido pelos técnicos da Diretoria do Desenvolvimento Regional e Municipal da Secretaria de Planejamento e Fazenda, intitulado Plano Básico de Desenvolvimento Regional - ciclo de palestras, Módulo II - Anais - Desenvolvimento Sustentável/outubro 1993.

Naquele documento, fica patente a visão dos técnicos responsáveis pelo encaminhamento e coordenação, no Estado de Santa Catarina, do referido Plano quanto ao tema em referência, observando-se forte influência das proposições de Ignacy Sachs. A conceituação ali expressa abrange todas as dimensões do ecodesenvolvimento, e foi desta forma trabalhada nas palestras e encaminhamentos para a realização do Plano, em cada região do Estado. No caso específico dessa Diretoria, também pode-se afirmar a existência de unanimidade dos técnicos em relação ao conceito mais abrangente do desenvolvimento sustentável.

A partir do conceito - para alguns, mais restrito; para a maioria, mais abrangente - que cada entrevistado tem do ecodesenvolvimento, foi-lhe questionado acerca de como compreende a situação concreta em Santa Catarina. Nenhum deles, independentemente de sua percepção do tema, chegou a considerar a situação como sendo satisfatória, mas sim avaliando-a como ruim. O quadro atual catarinense, submetido à apreciação do entrevistado pela sua ótica de desenvolvimento sustentável, não pôde ser entendido como péssimo ou que tenda a piorar.

A maioria dos técnicos (60%) considera existirem problemas e que há somente algumas ações isoladas do governo e de algumas empresas, não chegando estas ações, a serem decisivas para a solução dos mesmos.

A outra parcela, (40%), também aponta existirem problemas, porém julga que ações positivas por parte do governo do Estado e da iniciativa privada (empresas) estão indo no sentido de sua superação.

Fazendo-se o cruzamento dessas duas posições diferenciadas com o conceito pessoal de desenvolvimento sustentável, têm-se os resultados expressos na tabela abaixo.

TABELA 18 - RESPOSTAS DOS TÉCNICOS QUANTO A SITUAÇÃO CONCRETA DA QUESTÃO NO ESTADO, SEGUNDO O CONCEITO PESSOAL DE ECODESENVOLVIMENTO.

TIPO DE RESPOSTA	% DOS	CONCEITO DE ECODESENVOLVIMENTO(1)				
	TÉCNICOS	a	b	c	d	Total
-Há problemas, mas há ações positivas do governo e da iniciativa privada (empresas)	40	40	10	10	40	100
- Há somente algumas ações isoladas do governo e de algumas empresas; imo chegam a ser expressivas para resolver os problemas.	60	13	6	6	75	100
TOTAL	100	

Fonte: Pesquisa direta

(1) Os conceitos a, b, c, d são os que aparecem na tabela anterior.

Observa-se que os dados refletem coerência nas respostas: como regra, quase todos (75%) os que concebem de forma mais abrangente o ecodesenvolvimento percebem como sendo pouco expressivas as ações de governo e empresas para a solução da problemática ecológica, econômica e social contida no conceito.

Aqueles que detêm o tema em sua forma bastante restrita, especialmente os que associam ecodesenvolvimento como sendo apenas o ato de produzir sem poluir ou degradar a natureza, vêem diferentemente a situação em Santa Catarina. Para estes, problemas existem, mas estão sendo superados. Alguns ressaltam o trabalho dos órgãos como a Fundação do Meio Ambiente, Bancos de Desenvolvimento, Secretaria de Tecnologia, Imergia e Meio Ambiente e Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de Santa Catarina, em conjunto com empresários, visando o tratamento de

efluentes, manejo de florestas e outras ações do gênero, argumentando com a melhora da situação ambiental no Estado nos últimos dez anos.

Os posicionamentos pessoais condizem com a observação feita através dos dados estatísticos. Efetivamente, conforme já constatado nas partes iniciais do presente trabalho, embora haja um esforço no sentido do maior cuidado ambiental sobretudo por parte das maiores empresas, a situação econômica e social da maioria da população tem se mantido muito ruim e com tendência manifesta a se agravar.

Outro questionamento feito na pesquisa direta, inter-relacionado com a questão anterior, diz respeito à avaliação feita pelo entrevistado quanto à ação dos diversos órgãos - Fatma, Prodec, Brde, Badesc e Ufsc-, que atuam no fomento do setor industrial, em relação à temática do ecodesenvolvimento. No conteúdo geral, têm-se que a maioria (50% do total) considera a atuação da rede de instituições como as melhores. Alguns (20%) julgam-na boa e até ótima. Poucos reputam a ação ruim ou péssima. Outros, ainda, informam não terem conhecimento dos trabalhos desenvolvidos por estas instituições na área específica.

TABELA 19 - AVALIAÇÃO, PELOS TÉCNICOS, DA ATUAÇÃO DE ÓRGÃOS DE GOVERNO NA QUESTÃO DO ECODESENVOLVIMENTO JUNTO AO SETOR INDUSTRIAL (em % das respostas)

Instituição	AVALIAÇÃO / CATEGORIA				TOTAL
	ÓTIMO/ BOM	REGULAR	RUIM/ PÉSSIMO	DESCONHECE O PROGRAMA	
FATMA					
Controle Ambiental)	32	56	8	4	100
PRODEC	12	40	16	32	100
BRDE	12	60	8	20	100
BADESC	20	56	8	16	100
UFSC (Pesquisa em Tecnologia Industrial)	20	36	8	36	100
% da Categoria Sobre o Total de Respostas	19	50	10	21	100

Fonte: Pesquisa direta.

Relacionando-se a tabela acima com a anterior, observa-se haver coerência entre as respostas encontradas numa e noutra. Com efeito, tomando-se a soma de 60% dos que responderam regular ou mim/péssimo (50% + 10%), nota-se sua igualdade com o percentual das afirmações de que há ^enas algumas ações isoladas do governo e das empresas, sem serem expressivas para resolver os problemas considerados.

O exame da atuação de cada órggJÊio, revela a Fatma obtendo a melhor avaliação. Consultando-se os questionários, observa-se mais da metade dos entrevistados que situaram a atuação dessa instituição ambiental como ótima ou boa, pertencerem ao segmento que conceitua ecodesenvolvimento de forma incompleta, valorizando apenas seu lado ecológico. E com base nesta visão parcial pass^ a considera estar havendo ações positivas do governo e das empresas para superação dos problemas.

A atuação do Badesc foi, também, destacada. Já o trabalho de pesquisa tecnológica nos laboratórios da Ufsc é desconhecido por uma parcela significativa dos entrevistados. Tendo-se em conta que p^iciparam do universo levantado somente os técnicos vinculados funcionalmente à área da industrialização, o seu desconhecimento em relação ao trabalho deserrvolvido pela Ufsc pode estar revelando a falta de atuação e/ou divulgação mais efetiva desta Instituição na área de pesquisa de novas tecnologias, sobretudo na área ambiental. Declaração de um entrevistado que exerceu função relevante no Ór^o ambiental do Estado, considera o Centro Tecnológico da Ufsc “fechado” para as micro e pequenas empresas, em função dos custos de acesso às tecnologias ali desenvolvidas.

É interessante notar, e isto pode ser feito pelo exame dos questionários preenchidos, o se^inte aspecto; não há, no geral, nenhuma instituição para a qual os seus técnicos tenham feito auto-elogio de sua atuação. Esta é uma constatação reveladora do grau de consciência crítica do quadro técnico pesquisado.

O quarto e último question^ento diz respeito à opinião do entrevistado quanto à necessidade de redirecionamento dos programas de apoio à industrialização do Governo do Estado com vistas ao desenvolvimento sustentável.

TABELA 20 - POSICIONAMENTO DOS TÉCNICOS QUANTO À REDIREÇÃO DOS ATUAIS PROGRAMAS NO SENTIDO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RESPOSTA	%DOS ENTREVISTADOS
1 - É possível, em relação aos aspectos ecológicos	8
2 - É possível, abrangendo além dos aspectos relativos ao cuidado ambiental, desconcentração da renda, melhor condição de vida (empregos e salários) para a população, etc.	80
3 - Não é necessário anq)liar os programas; os que já existem são suficientes	8
4 - Não é possível, devido a interesses econômicos e políticos vigentes, alterar os programas existentes	4
TOTAL	100

Fonte: Pesquisa direta

Quase todos os entrevistados julgam possível ocorrer o redirecionamento. Vale notar a coerência com as respostas dadas às questões anteriores, onde nentmma considerou os programas atualmente existentes serem capazes de atender as exigências do enfoque de ecodesenvolvimento.

Alguns entrevistados argumentaram sobre a *"necessidade de se estimular a vontade política para o ecodesenvolvimento"*, referindo-se, também, ao fato de que *há políticas definidas e/ou perseguidas, programadas e orçamentadas, para o setor, para o tema*

Serã inportante atentar ao mesmo tempo para uma referência feita por poucos técnicos, mas que efetivamente pode vir a exercer uma influência expressiva contra o esforço de redirecionamento dos atuais prog^mnas. Trata-se da pressão dos interesses

econômicos e políticos vigentes, que lutarão, sem dúvida, pela manutenção do “status quo”.

Sobre a questão referida, abre-se a necessidade do encaminhamento de uma pesquisa específica nesta linha, a qual procuraria diagnosticar quanto às forças em confronto. Essa observação é pertinente, e demonstra a necessidade de se dispor de estratégias melhor definidas para o encaminhamento da questão no sentido social e político.

O grau de conscientização revelado por boa parte do meio técnico quanto aos problemas existentes e à necessidade de enfrentá-los, tanto sob a ótica ecológica como social e econômica, abrem perspectivas interessantes para um trabalho nesta direção.

Tal trabalho, porém, jamais será fértil se ficar restrito e fragmentado em setores técnicos e políticos do Governo do Estado, ou, de outro lado, isolado nos meios acadêmicos das Universidades. É necessária a convergência de esforços para se conseguir algum avanço.

Sobre este último aspecto, é interessante transcrever as observações de um Técnico vinculado à Secretaria de Planejamento e Fazenda: *“A Diretoria de Desenvolvimento Regional e Municipal está desenvolvendo um Programa de Desenvolvimento Regional para as 18 Regiões do Estado, em parceria com as Associações de Municípios, Órgãos Públicos Estaduais, Federais e Municipais. Apesar de ter sido divulgado o referido Programa nesta Universidade (Federal de Santa Catarina), não há uma participação concreta da mesma neste trabalho. Achemos interessante o tema em questão, que se coaduna com os objetivos de nosso Programa: Desenvolvimento Sustentável, Equilibrado e Integrado. Seria muito bom ter a participação desta Universidade em sua realização.”*

O depoimento acima estabelece bem a dimensão da expectativa em relação à participação efetiva do meio científico universitário no encaminhamento das questões concretas da sociedade catarinense.

A participação referida deve servir não para diluir o espírito crítico do analista-pesquisador, serão para aguçá-lo. O envolvimento com as questões executivas e com as políticas econômicas, sociais e ambientais do governo, deve ser uma prática que alimente a visão crítica em relação às possibilidades e quanto aos limites impostos pelo modo de produção e seus interesses econômicos e políticos.

CAPITULO V

S - OS PAÍSES CAPITALISTAS PERIFÉRICOS NO CONTEXTO DAS TENDÊNCIAS MUNDIAIS

Neste capítulo procura-se averiguar acerca das tendências do capitalismo para o médio e longo prazos e de como se localizariam, neste cenário, as economias periféricas.

Por seu papel cada vez mais relevante, aprofunda-se a discussão sobre a espacialidade e sua vinculação com o econômico. A economia globalizada e a formação de blocos econômicos regionais fazem parte dessa discussão.

Além disso, examinam-se o contexto e as tendências político-econômicas, onde as mudanças no paradigma técnico-econômico são fundamentais para definir o papel dos países subdesenvolvidos, mantidas as atuais tendências no novo cenário mundial.

Este apanhado sobre o quadro geral de tendências precede, por que em grande parte o fundamenta, o Capítulo no qual vai-se discutir os limites e possibilidades para uma industrialização ecodesenvolvida no caso da economia periférica sob análise.

Partimos da premissa de que à tendência frenética de mudanças, no capitalismo, há forças de contra-peso. Assim, por que motivo a mudança tecnológica e a velocidade do ajuste locacional não são ilimitados? A razão reside, justamente, na ameaça de desvalorização do capital fixo que estas trazem, a qual funciona como força de contra-peso.

A configuração geográfica e temporal da produção capitalista é dada em função dos tempos de rotação dos diferentes elementos que compõem o capital (capital variável, capital constante, capital fixo, etc.) nas diferentes indústrias. Um aumento no tempo de rotação age no sentido de estabilizar a paisagem da produção. Vice-versa, uma diminuição no tempo de rotação desestabiliza a paisagem.

A tendência, conforme foi visto anteriormente (itens 1.2, 2.1 e 3.1 dos capítulos respectivos), é a busca persistente no sentido de reduzir o tempo de giro do capital. Contraindo-se a esta, porém, a tendência à participação cada vez mais acentuada do capital fixo na produção. A ampliação da presença do capital fixo em relação aos demais elementos do capital - que aparece sob a forma de grandes construções na paisagem física, máquinas, e outros - objetiva o aumento da produtividade do trabalho como forma de possibilitar ampliar a mais-valia relativa.

Ora, o capital fixo privado teme a desvalorização antes que tenha completado a transferência de seu valor aos produtos através dele produzidos. E, *“as permanentes revoluções na tecnologia podem significar a desvalorização do capital fixo numa escala extensa”* (Harvey, 1990, p. 226). Há, então, contradição. O crescente uso relativo do capital fixo como forma de aumentar a produtividade do trabalho contraindo-se à tendência ao aumento descontrolado do giro do capital, como forma de evitar sua constante desvalorização (o que sempre acontece por ocasião das crises). A própria

[^]Artigo Publicado na Folha de São Paulo (10.04.94, 9-1) fornece uma boa mostra prática de como os Capitalistas devem buscar o giro rápido para aumentar lucros,

qualidade de ser fixo, ou de ter uma distribuição geográfica específica, deste elemento do capital converte-se numa barreira.

Acima referenciou-se capital fixo como, sobretudo, maquinaria. Mas ele também inclui rodovias, estradas-de-ferro, represas, pontes, centrais de energia elétrica, edifícios de fábricas, sistemas de abastecimento de água, escolas, hospitais, parques, e outros. Forma o "ambiente construído", o qual, na seqüência passaremos a analisar.

5.1.1 - O Ambiente Construído

Faz parte do capital fixo *"um vasto sistema de recursos criados pelos seres humanos, que compreende valores de uso cristalizados na paisagem física, que se pode utilizar para a produção, o intercâmbio e o consumo"* (Harvey, 1990, p. 238). São os componentes a que nos referíamos há pouco.

Nas relações sociais definidas pelo capitalismo, todos os elementos componentes do ambiente construído assumem a forma de mercadorias. Na condição de mercadoria, os capitais fixos que compõem a paisagem do capital possuem certa imobilidade no espaço, pois uma mercadoria não pode mover-se sem que destrua o valor nela cristalizado. Uma reorganização espacial traz uma grande ameaça de desvalorização. *"O efeito pode ser que a balança da instabilidade crônica se incline em direção ao estancamento espacial"* (Id., ib., p. 397).

No caso de Santa Catarina, as constatações anteriormente levantadas apontam para a direção da imobilidade espacial. Assim é que, tanto capital fixo privado como a infraestrutura montada pelo setor público, foram no sentido de consolidar antigas posições já ocupadas no território. Não há registro histórico de grandes desvalorizações; nem mesmo a desativação da ferrovia D. Tereza Cristina, no Vale do Itajaí, seria o caso, pois ela apenas foi substituída por outra via de transporte. O que se observou foi, então, a consolidação de posições, resultando na concentração espacial

cada vez mais pronunciada de todos os capitais nos pontos geográficos historicamente definidos.

As infra-estruturas sociais que dão apoio à vida e ao trabalho, no capitalismo têm que apoiar-se na produção de mais-valia; elas têm que fomentar as condições para a produção desta.

É através do Estado que essas infra-estruturas sociais são montadas. Algumas delas podem dizer respeito à melhoria da produção de valor; outras não. Estas últimas podem resultar de pressão de classe para atendimento de necessidades sociais, sem vínculo direto com a produção de valor (o vínculo pode estar, sim, na realização do valor» na medida em que este tipo de investimento atua sobre o consumo). Do ponto de vista da acumulação de capital, o investimento em infra-estrutura social não significa uma perda de capital somente se isto ocorrer sob certa condição. A condição é que o aumento na produção de mais-valia em decorrência deste investimento deve compensar folgadoamente o aumento no tempo de rotação do capital que decorre do investimento em capital fixo (Harvey, 1990, p. 405). A contradição aqui novamente aparece e assim se resolve.

5.1.2 - Aceleração do Giro do Capital e Compressão do Espaço-Tempo

Como vimos, há uma tendência no capitalismo de diminuição do tempo de giro do capital, ou da produção, que em alguns períodos e regiões é reprimida pelas forças de contratendência.

As duas últimas décadas para a economia capitalista í[^]resentam-se como *“uma iníensa fase de concessão do tempo-espço que tem tido um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio de poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural”* (Harvey, 1993, p. 257). É a passagem

“Posto que o Estado é ura campo gera! da luta de classes, resulta impossível discernir diretamente quais das correntes de valor que estão sob sua égide representam as necessidades imediatas do capital e quais resultam de pressões exercidas por outras classes” (Hsrvey, 1990, p, 404),

do fordismo-keynesianismo para a acumulação flexível, conforme já referido. A rigidez do fordismo, com sua integração vertical da produção dentro da empresa e centralização de decisões, está sendo quebrada. Cada vez é mais forte a presença da subcontratação, transferência de sedes, mudanças organizacionais, que caracterizam uma desintegração vertical. Completa o processo a redução generalizada dos tempos de giro da produção. A forte redução no tempo de giro acelera todos os processos sociais. O tempo de giro no consumo também se reduz igualmente, os produtos passando a ter vida útil bem mais curto; a descartabilidade toma conta da vida das pessoas (até das relações sociais). A instabilidade da estética pós-moderna está associada a isto.

Com relação à força-de-trabalho, passa a ocorrer a rápida destruição e reconstrução de habilidades; retrocesso do poder sindical, como decorrência; e, logo, salários reais com perdas ou estagnados. Isso tudo fazendo parte da flexibilização dos contratos de trabalho.

As economias de escala da acumulação fordista são substituídas pelas economias de escopo da acumulação flexível. A empresa deixa de ser orientada para a produção em larga escala de um mesmo produto para se flexionar no sentido de produzir uma variedade de bens com pequenos ajustes operacionais, em pequenos lotes e a preços baixos.

Em termos geográficos, este movimento tem sentidos contraditórios. De um lado, aumenta a capacidade de dispersão da produção em pequena escala pelo território. De outro, a grande empresa, podendo estar bem informatizada (e a informatização é um dos fundamentos do novo paradigma técnico-econômico), detém importantes vantagens comparativas sobre os pequenos. Logo, contra uma possível tendência à dispersão é criada uma forte tendência à concentração espacial pela ação das grandes unidades produtivas, ou seja, pela tendência à centralização do capital.

Em vista disto, o “slogam” político da acumulação flexível é a “desregulamentação”. A desregulamentação significa o aianento da monopolização,

A tensão entre monopólio e competição econômica ou entre centralização e descentralização do poder econômico, organiza-se no espaço através do movimento contraditório entre tendência à dispersão e mobilidade, e tendência à concentração e imobilidade geográfica. A vantagem competitiva no mercado cada vez mais é dada em função do conhecimento técnico e científico, passando o saber a ser mercadoria-chave, assim como o controle dos fluxos de informações. Os grandes capitais têm, efetivamente, maior capacidade de criar e manter individualmente estas condições, garantindo-lhes sua posição frente aos pequenos capitais. Assim, a paisagem geográfica da produção tende a ficar cada vez mais concentrada.

O Estado, de acordo com Harvey (1993), é chamado para criar as infra-estruturas coletivas e favorecer a acumulação do capital. Assim, ele passa a fazer grandes investimentos em capital fixo. Na fase atual e na tendência manifesta, estes se dirigem prioritariamente visando reduzir de forma drástica os custos de transportes e os custos de comunicação, ao mesmo tempo que amplia o alcance e a velocidade destes meios. O objetivo; reduzir o tempo de giro do capital, atacando na esfera em que não é produtivo, a esfera da circulação.

Para Soja (1993, p. 104), "*o Estado é uma entidade territorial que se esforça por inscrever sua vontade a um processo fixado e espacialmente aberto de circulação do capital. Dependente das taxações e dos mercados de crédito, os Estados são, também eles, disciplinados pelo processo de circulação do capital e são levados a promover estratégias particulares de acumulação do capital*"[^]

Na busca de legitimação o Estado procura *formular uma definição dos interesses públicos acima dos interesses e lutas de classes e setores contidos em suas fronteiras...*" (Id., ib., p. 104). Assim ele atende, também, demandas sociais não

[^] Este aspecto do estado capitalista não foi bem compreendido por Michels (1993), quando em sua dissertação lamenta que recursos públicos tenham sido utilizados para favorecer empreendimentos privados, ao invés de serem dirigidos às áreas sociais,

diretamente vinculadas à acumulação do capital, como anteriormente referido indiretamente sim, pois forma uma demanda efetiva de mercadorias.

Segundo Harvey (1990, p.403), porém *"o tempo absorvido pela circulação do valor nas infra-estruturas sociais é tempo perdido para a produção de mais-valia"*. Também aqui aparece, portanto, a necessidade de comprimir o espaço-tempo.

O objetivo geral é sempre o de acelerar o giro da massa de editais. Toda produção é feita em um ponto fixo no espaço; e toda circulação de valor dá-se no e através do espaço. E, portanto, é necessário aniquilar o espaço por intermédio do tempo. Dito de outra forma, reduzir o tempo até o ponto que faça desaparecer o espaço, ou, na frase de Marx, *"a aniquilação do espaço com o tempo"* (Id., ib., p. 409).

Há, todavia, uma contradição no processo: *"as estruturas espaciais fixas que se requerem para salvar o espaço se convertem elas mesmas nas barreiras espaciais que é necessário superar"* (Id., ib., p. 432). Ou, como define Soja (1993, p. 234), *"o fato de o espaço só poder ser conquistado por meio da produção do espaço"*. Pois para aniquilar o espaço, é necessário investimento fixo no espaço. E para acelerar o tempo de giro da massa de capitais são necessários investimentos de longo prazo e de retomo lento (novas fábricas automatizadas, robôs, por exemplo).

Este nexos de contradições tem a ver com a compressão do espaço-tempo, que é perseguida por toda a história do capitalismo. No limite, o capital objetivaria poder vagar sem nenhum obstáculo ou barreiras espaciais materiais; ele atravessaria o espaço "em um abrir e fechar de olhos".

Neste sentido, para Harvey (1990, p. 389), os investimentos em técnicas de transferência de informação (comunicações, informatização), para a acumulação são tão

fundamentais como as revoluções nos transportes que permitem aumentar a mobilidade das mercadorias.[^]®

Os investimentos estatais em telecomunicações no Brasil e em Santa Catarina durante a fase “desenvolvimentista” do regime militar são sintomáticos em relação a este aspecto. Do mesmo modo, segundo alguns pesquisadores, pode-se explicar a perda de competitividade econômica de países no mercado mundial pelo fato de estes não terem acompanhado a evolução das telecomunicações, capazes de dar a necessária rapidez de respostas a um mercado cada vez mais fragmentado e mutante.

Assiste-se, atualmente, a uma nova *rodada do processo de aniquilação do espaço por meio do fãmpo, que sempre esteve no centro da dinâmica capitalista*” (Harvey, 1993, p.265). Mas não se trata do desaparecimento do tempo e do espaço, pelo contrário. Para o autor referido, *“a queda de barreiras espaciais não impUca o decréscimo da significação do espaço(ib., p. 265).*

As evidências para a defesa desta tese: o aumento da competição, em função da crise em que demoradamente encontra-se o capitalismo, leva os empresários a terem que dar mais atenção às vantagens locais relativas. Isto ocorre justamente devido à queda de barreiras espaciais o que lhes possibilita explorar minúsculas diferenciações espaciais em busca de superlucros.

“Com a redução das barreiras espaciais, aumenta muito mais a nossa sensibilidade ao que os espaços do mundo contêm”(Id., ib., p. 265). Esta ou aquela circunstância geográfica passa a importar muito mais do que antes. O nível local assume importância especial na diferenciação geográfica que possa oferecer. O nível local aprofunda seu papel no regime de acumulação flexível. Assim, por exemplo, pode existir diferenciação local quanto aos aspectos: disponibilidade de certo recurso especial; algum custo marginalmente inferior, diferenças locais de capacidade de

[^] A aceleração do tempo pode ser exemplificada por dois fatos: i) a notícia da morte de Lincoln, em 1865, demorou 13 dias para chegar à Eiaropa; hoje, via fax, uma cópia de página cruza o Atlântico em poucos segundos. 2) Um cálculo de regressão múltipla era feito por um computador de grande porte em 40 horas, há 45 anos atrás; hoje, com um simples micro este mesmo cálculo é feito em 30 segundos, (cfe. Eduardo Gianetti da Fonseca, Folha de São Paulo, 10,04,94, p. 2-4),

empreendimento; de capital para associação; diferenças locais em termos de conhecimento técnico e científico, etc.

Logo, “a produção ativa de lugares dotados de qualidades especiais se torna um importante triunfo na competição espacial entre localidades, cidades, regiões e nações” (Id., ib., p. 266).

Tem-se, então, o paradoxo central de que “quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para os lugares se diferenciarem de maneiras atrativas ao capital” (Id., ib., p. 267).

A proposição, implícita e as vezes explícita neste trabalho, é a de que cabe ao Estado de Santa Catarina procurar a diferenciação em termos de estratégia para o desenvolvimento de sua economia futura, fundando-a nos princípios do ecologismo e do codesenvolvimento. Os limites são estreitos, dada a lógica inerente ao capital de procurar o maior e mais imediato lucro. Mas os poucos recursos - efetivos ou potenciais do Estado - não podem continuar sendo utilizados para estimular atividades industriais constantes da sua estrutura produtiva, que nada de novo lhe acrescentam,, pelo contrário, contribuem para consolidar os velhos problemas existentes.

5.2 - O Contexto e as Tendências Político-Econômicas.

Um trabalho que examina o regional não pode perder de vista o contexto no qual este se insere. Para o Estado de Santa Catarina, são plenos de significado o que acontece e as tendências tanto em relação ao nacional quanto em escala mundial. Esta última tem um papel fundamental, pois as opções estratégicas nacionais são em grande parte por ela ditada, seja como convergência ou contraposição. Ou ainda como

Potenciais no sentido como se dá a concessão de benefícios pelo Prodec cpa, na verdade, acaba funcionando como um adiantamento do ICMS gerado,

convergência, parte como contraposição, numa relação que é senç)re tensa, pois estará representando interesses divergentes dos vários segmentos sociais. O mesmo pode-se dizer em relação ao nacional, com a tensão entre as posições mais gerais e o localismo.

Nesse sentido, é fundamental, hoje, examinar: a globalização econômica e a formação de blocos, as ecotecnologias e tecnologias de ponta, que formam o novo elemento estratégico da divisão internacional do trabalho.

“Temos que situar nossa evolução econômica no contexto da economia mundial analisando as modalidades de inserção de nossas economias nacionais no seu movimento gghbal cujas direções temos que descobrir para entender as perspectivas dos modelos locais e nacionais de desenvolvimento ”(WÍLOB, 1991, p. 77).

Cada país ou região, porém, tem realidade distinta e reage diferentemente, de maneira específica, às tendências globais do sistema mundial. *“Não é possível pois reduzir as realidades nacionais e locais à lógica da economia mundial Mas é impossível também compreender essa lógica local ou nacional fora do contexto da nossa inserção na economia mundial”*(*Id.*, *ib.*, p. 77). A economia mundial é o quadro de referência.

Santos (1993) vê com preocupação mas também com esperança o momento atual e as tendências da economia mundial, em relação às possibilidades para as economias subdesenvolvidas latino-americanas.

A preocupação é quanto a simplesmente deixarem-se manifestar os reflexos das tendências da economia mundial sobre os países da América Latina. Isto representará a repetição dos ciclos anteriores de incorporação dependente à economia mundial. Sem que hajam as correções impostas pelas vontades nacionais, estes países passamo a exportadores manufatureiros, especializados numa fração do processo de produção, sem domínio tecnológico do conjunto do mesmo; assim será sua inserção na nova divisão intemacional do trabalho. A problemática social não estará resolvida, ao contrário, será aprofundada, pois os setores indiretamente produtivos (educação.

pesquisa e desenvolvimento, comunicações) que efetivamente gerarão empregos e melhor remuneração, estarão alienados destes países.

As modificações por que passa a economia mundial decorrem da mudança no paradigma técnico-econômico. A grande mudança é que o conhecimento científico deixa de ser um simples coadjuvante da produção para tornar-se o elemento essencial. Conforme Santos (Ib., p. 26), *a natureza das mudanças que vêm ocorrendo na fase atual do desenvolvimento das civilizações e culturas contemporâneas na direção de uma civilização planetária deve-se definir a partir do papel novo e radicalmente distinto que o conhecimento científico ocupa na organização das atividades produtivas*".

E, "a nova onda de alta tecnologia, iniciada na década de 1970 e exemplada dos novos materiais, da biotecnologia e da engenharia genética, da fusão nuclear, da supercondutividade, dos lasers, da tecnologia espacial, é ainda mais intensa e umbilicalmente ligada à evolução e à aplicação imediata do conhecimento científico" (ib., p. 27). A estas, deve-se acrescentar como tendência as tecnologias especificamente ligadas ao ambientalismo, as quais terão o mesmo sentido das acima mencionadas no cenário mundial de relações entre países e, também, a informática à base da microcomputação e sua aplicação na robótica e na telemática, abrindo campo na tecnologia da informação.

5.2.1 - Os Países da Periferia no Novo Cenário Mundial.

Nas relações das economias subdesenvolvidas com a economia mundial, que papel é a elas reservado pelos países do capitalismo avançado?

“Os países mais desenvolvidos, que ocupam uma posição dominante dentro da economia mundial, tendem a dedicar-se fundamentalmente às atividades novas, geradas pela revolução científico-técnica, e transferir (em geral, sob o controle de

seu capital mas surgem também os sistemas de subcontratação que repassam essas tarefas para empresas locais) para os países de desenvolvimento médio (particularmente os chamados New Industrial Countries ou NICs) a produção de peças e acessórios e outras partes do complexo produtivo global que ainda exigem mão-de-obra barata, mas quase sempre com um certo grau de habilidade manual O aumento da preocupação ambiental nos países dominantes tende também ao deslocamento das indústrias de maior índice de poluição para os NICs^ (Santos, 1993, p. 31)

Quanto aos países mais atrasados ainda, estes tendem a se isolar e serem marginalizados pelo sistema.

Para Kurz (1992), com efeito, a tendência ao aumento da intensidade do capital - que ele chama de “força produtiva ciência” - de há muito desvalorizou a oferta de mão-de-obra barata do Terceiro Mundo. O problema situa-se na lei da rentabilidade, que se inçõe inexoravelmente e de forma cada vez mais intensa. Só “*é válida e capaz de participar no mercado aquela produção que corresponda ao nível mundial de produtividade*”(p. 171).

Mais adiante aquele pesquisador afirma que “*quanto mais alto o nível mundial da produtividade, tanto mais intensidade de capital exige a produção e tanto mais alto e inegável para a maioria dos países pobres é o custo dos investimentos, que muitas vezes Já se desvalorizam no momento em que deveriam induzir produções capazes de aparecer no mercado*”(p.171). Estes investimentos dizem respeito a acompanhar os avanços de ciência e tecnologia, portanto, da técnica e da automatização, significando a necessidade de “*investimentos gigantescos no sistema da logística e infra-estrutura social global, nas ciências e na educação, na administração e nos serviços, necessidade à qual os países atrasados não podem atender nem de longe*”(Id., ib., p. U2).

A existência de mão-de-obra barata é, então, um fator negligenciável para a nova economia fundada na produtividade, logo, na ciência e tecnologia.

Segundo ainda Kurz, em uma passagem muito conhecida de sua obra, “o que hoje faz sofrer as massas do Terceiro hétno não é a provada exploração cafrítaista de seu trabalho produtivo, conforme continua acreditando, de acordo com a tradição, a esquerda, mas sim, ao contrário, a ausência dessa exphraçãd'^. p. 104). Para completar, acrescenta.* **Ninguém 'precisa' da grande maioria dessas massas desarraigadas, levando esta parte uma vida miserável e inyyrodutiva fora de qualquer estrutura de repvodução coerente” (Ib., p. 195).

A mesma política de cerceamento estratégico de certas atividades nas economias subordinadas e manutenção pam si das atividades de ponta, as que permitem desenvolvimento tecnológico superior, aparecem nas tendências atuais de reordenação de atividades visando à manutenção da estrutura a nível mundial. Uma vez esgotadas as possibilidades da economia embasada sobre os segmentos eletromecânicos, a economia entra numa fase de intensa pesquisa visando ao desenvolvimento de novos projetos industriais na área de microeletrônica e novos materiais que, de um lado reduzem as necessidades de matérias-primas naturais ou agrícolas provenientes das economias subdesenvolvidas e, de outro, exigem amplos mercados (mercado global), dada a alta taxa de inovações e o grande volume de capital aplicado em pesquisa e desenvolvimento de produtos que necessita ser valorizado (Rattner, 1987).

Projetos de implMação ou ejq)ansão com base tecnológica local que possam vir, eventualmente, a fazer concorrência, ou que limitem o mercado em relação aos interesses dos países centrais, através de pressões políticas ou econômicas são inevitavelmente abortados, ou com o ten^o são submetidos a uma concorrência desleal e destruidora. Somente as áreas sem nenhum risco conçetitivo podem ser estimuladas. Exemplo flagrante dessa estratégia é o caso dos “produtos órfòos”, isto é, “culturas que costumam ter pouco interesse para os países industrializados, mas que são de grande importância para os produtores e consumidores de parcos recursos do mundo em desenvolvimento*^ (Platais e Collinsons, 1992, p.33). Os autores citados. Kerri Platais e Michael Collinsons, do Grupo Consultivo de Pesquisa Agrícola

Internacional - GCPAI, vinculado ao Banco Mundial, assim continuam se referindo ao trabalho de pesquisa a^cola: “...à medida que surgem novas parcerias é preciso continuar desenvolvendo biotecnologias para cultivos a^meniares que são menos atraentes comercialmente..” (p.35, grifo do Autor). Isto é, o ^oio à pesquisa biotecnológica e à sua disseminação pelos países subdesenvolvidos limita-se a este tipo de produto.

Ássim sendo, “As inovações tecnológicas que despontam no horizonte dos países desenvolvidos tendem a acentuar o hiato e a dependência tecnológica e, assim, a agravar as tensões e a instabilidade política dos países em desenvolvimento” (Rattner, 1987, p. 68).

Conclui-se, então, que em se manifestando as tendências da economia mundial, os países do Terceiro Mundo, principalmente da América Latina, somente repetirão os ciclos anteriores de incorporação dependente à economia mundial.

À medida em que as novas tecnologias vão sendo incorporadas ao processo produtivo, ter-se-á novamente um novo ciclo expansivo na economia mundial. Os países de capitalismo avançado, na liderança técnico-científica, expandindo algumas atividades industriais tradicionais, ou criando alguns exportadores manufatureiros especializados numa fração do processo de produção, em alguns países do Terceiro Mundo.

Ter-se-á, assim, um novo auge da economia mundial, “de caráter desigual e combinado, no qual se acentuarão as distâncias econômicas e culturais entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, a dependência, as desigualdades e sobretudo a marginalização de enormes massas humanas do sistema de produção e de consumo” (Santos, 1993, p. 32).

É o que provavelmente ocorrerá se forem mantidas as tendências atuais.

Todavia, países como o Brasil, ou mesmo algum estado federado, como Santa Catarina, poderão tomar consciência dos riscos e, ainda que nos limites impostos pelo

sistema, modificar substancialmente o quadro atual e alterar significativamente as tendências no que diz respeito à sua situação particular.

Tem-se, contudo, que o quadro político-ideológico não permite vislumbrar a possibilidade de mudanças radicais em futuro próximo, e nem a longo prazo. Mesmo que seja apenas momentâneo o arrefecimento dos ideais socialistas, pois os estragos sociais produzidos pelo neoliberalismo já estão provocando o retomo daqueles em muitos meios, a superação do modo capitalista ainda se encontra num horizonte de prazo secular.

Não se deve, contudo, acobertado por esse pretexto, concluir que então nada pode hoje ser feito.

Mesmo um projeto progressista, do ponto de vista sócio-econômico, contém um componente socializador. É uma massa trabalhadora, e não um exército de famintos, que pode conter um projeto de sociedade. A expansão da economia, ainda nas bases capitalistas, mas conscientemente conduzida para as mudanças que o sistema, embora limitadamente permite, é um componente essencial para este projeto.

A direção tomada pela economia e política mundial em termos tendenciais, pode abrir certas possibilidades para os países subdesenvolvidos que souberem traçar seu próprio destino. A margem de ação é pequena, dados os limites impostos pelos interesses econômicos colocados, mas a longo prazo pode-se ampliá-la.

A seguir, discute-se a questão da integração entre países da região, importante em relação ao aspecto que estamos examinando.

Analisando a questão da integração na América Latina, Accurso (1990) conclui que o processo de acumulação capitalista, nas condições dos países que a compõem, prescinde da integração. Vejamos seus argumentos.

Para esse Autor, os ganhos de produtividade são a base para dar nova sustentação e elevação a uma taxa de lucros rebaixada. Daí o papel das inovações, como forma de condensar a tendência inflacionista dos salários. Mas isso só é válido para as economias onde o movimento trabalhista consegue impor taxas salariais relativamente elevadas, como acontece nos países de capitalismo avançado.

A integração no caso do capitalismo avançado busca sobretudo viabilizar economicamente a pesquisa e adoção de novas tecnologias. O fundamento é a redução dos custos dos fatores. Por isso, a integração só é essencial no caso destes países.

Com relação às economias periféricas, o processo de exclusão social e marginalização do mercado de trabalho oferece ampla margem para a taxa de lucro.

Accurso examina as variáveis que julga determinantes da dinâmica de uma economia periférica em relação ao efeito que um processo de integração regional possa trazer a cada uma delas: exportações; investimento estrangeiro; investimento público; investimento em inovações.

As exportações intra-regionais, só em um sistema concorrencial fariam com que os ganhos de produtividade fossem transferidos aos preços - com ganhos para os trabalhadores. Em outra situação, o seu papel é o da eliminação dos menos eficientes (a não ser que haja um sistema de subvenções governamentais, em princípio repudiado pelos acordos de integração) e o reforçamento dos oligopólios.

Outra variável da dinâmica das economias periféricas, os investimentos vindos do exterior referem-se àqueles que buscam o mercado interno e aos voltados às exportações. A questão mais relevante é quanto ao investimento fixo. A integração

criando economias de escala poderia ser importante para diluir o custo fixo. Dado, porém, que o investimento estrangeiro, na grande maioria dos casos, é constituído de ativos já depreciados, a integração passa a não ser interessante, sob este aspecto, para as empresas transnacionais.

Quanto aos investimentos públicos, há condições para empreendimentos conjuntos em alguma infra-estrutura de uso comum. *“Esses interesses a nível de projetos dispensam, contudo, propósitos mais ambiciosos de integração”*, comenta o pesquisador aqui considerado (Ib., p. 102).

Com relação à quarta variável da dinâmica da economia subdesenvolvida, investimentos de inovação, Accureo parte da observação que estes geralmente têm tecnologia estrangeira. E, *“dificilmente os países periféricos apresentam condições para, isoladamente, enq>reenderem iniciaïvas de alg^m porte, de algum vulto neste terreno”*. Prosse^e, concluindo, então, que *“...abre-se aqui efetivamente o campo para uma integração de espaços, embora o seu motor deva ser o interesse das bur^esias internas em se lançarem em projetos independentes”* (Eb., p. 102).

Considerando todos esses aspectos, Accurso conclui que o processo de acumulação nas economias subdesenvolvidas “prescinde da integração”, pois a exclusão social própria do funcionamento destas economias *“oferece amplas possibilidades para a preservação e any>liação da taxa de lucro nos mercados atuais”* (Ib., p.102).

Mesmo a longo prazo, para ele, a *“integração ainda não se fará ”na América Latina, “porque os salários então Já não serão importantes para que os desníveis de produtividade (entre os países) possam Jogar papel de relevo”* (Ib., p. 102) na apropriação de mais-valia nos mercados por parte das empresas participantes.

A análise precedente tenta abordar os pontos essenciais da integração econômica. Deixa, porém, de considerar um aspecto importante como elemento tendencial a contingenciar grande parte do comércio mundial futuro. Trata-se do fato, considerado acima, das relações internacionais se darem cada vez mais não em

mercado competitivo e através de eventuais contatos bilaterais, mas sim através de acordos, convênios, tratados, envolvendo, em um plano mais global, uma integração entre blocos de países. Os produtos, nesta circunstância, perdem o caráter de competitividade em relações instantâneas de mercado. A competitividade sempre será importante, porém para as relações comerciais duradouras entre os blocos econômicos conveniados, a maior parte dos preços passa a ser administrada mediante acordos.

O principal benefício da formação de blocos econômicos regionais estaria, portanto, na viabilização do acesso de cada nação integrante a terceiros mercados, situados em outro bloco. Visto deste ângulo, o esforço por parte de empresas e governos para estruturar a integração deverá ser muito grande. As possibilidades para esta concretização, hoje, são maiores do que no passado, quando vários esforços de criação de integração entre países na América Latina não tiveram sucesso.

As possibilidades decorrem; 1) da necessidade de exportar sentida pelos países do Terceiro Mundo, sob pressão da dívida externa em cada um deles, sendo o país impelido a procurar inserir-se em um bloco visando, através dele, terceiros mercados; e, 2) do enfraquecimento da hegemonia política e econômica dos Estados Unidos, abrindo maior autonomia aos países subdesenvolvidos.

Com efeito, um ponto fundamental a considerar sobre esse aspecto é o que diz respeito à perda de hegemonia mundial por parte dos Estados Unidos. Os sintomas mais evidentes são a formação de mercados mundiais fora da influência direta americana. Por exemplo, a unificação européia; a formação de blocos de integração sub-regionais na América latina (Mercosul, Bloco Andino, Integração Centro-Americana); articulação da Bacia do Pacífico, abrangendo os países da área e a região Oeste dos Estados Unidos em área econômica sob influência do Japão; a retomada do grande círculo chinês (China Continental, Taiwan, Hong-Kong, Cingapura, Macao); a articulação das Coreias com a Sibéria e a Rússia Asiática, a reconstrução do Vietnã, do Laos e do Camboja, tendo todas estas áreas, como centro, a economia japonesa (Santos, 1993).

Vê-se, então, os Estados Unidos cada vez mais na contingência de conçar sua hegemonia com o Japão, a Europa, a CEI e, possivelmente, a China.

Abre-se, em conseqüência, a possibilidade de afirmação das economias regionais, como na América Latina. A diminuição de sua dependência em relação aos Estados Unidos faz com que os países possam buscar relações planetárias com regimes econômicos, sociais, políticos e culturais diversos - e até mesmo antagônicos. Deste ângulo, é fundamental o intercâmbio entre países do Terceiro Mundo, baseado nos interesses comuns das partes, como, por exemplo, no desenvolvimento de tecnologias de utilização sustentada de suas grandes reservas de biodiversidade e da biomassa.

Como visto anteriormente, na nova economia mundial que se desenha, o comércio se faz através de blocos de países contratuais e convênios institucionais de prazos longos. Desde este ponto de vista, passa a ser importante para o Brasil, e em especial para Santa Catarina, o tratado do Mercosul, assim como outros pactos regionais a serem firmados.

A integração regional aparece, assim, ao mesmo tempo como uma exigência e uma oportunidade para os países latino-americanos, Ela é *uma “estratégia, para suportar melhor a conjuntura internacional adversa”* (Adams, 1990, p. 201).

Alguns autores vêem, inclusive, na integração a possibilidade de sustentação de um verdadeiro desenvolvimento regional (Santos, 1993; Adams, 1990). A idéia básica é que, segundo Adams (p. 201), *“ o comércio internacional tem constituído uma via de extração do excedente econômico dos países subdesenvolvidos pela deterioração dos termos de intercâmbio, sendo que o comércio intra-regional permite que esse excedente permaneça na região e seja utilizado para financiar o desenvolvimento regional”*.

A possibilidade pontada todavia somente em parte é verdadeira. Ela não leva em conta o fato de o processo de integração ser conduzido sobretudo pelos interesses das empresas produtoras transnacionais, que por várias formas acabam por transferir parcela significativa do excedente para a matriz.

Na esteira dos interesses dos grupos multinacionais e das grandes empresas, contudo, os produtores menores poderão se situar proveitosamente no processo de integração. Do ponto de vista social isto é importante, considerando o repasse aos preços dos ganhos de produtividade quando se trata de mercado onde há grande número de produtores, portanto não monopolizado.

Para os pequenos produtores, no processo de integração o papel do Estado é fundamental. Pois a importância maior da integração, neste caso, é o de, mediante abertura de competição externa, forçar a melhoria da produtividade e da qualidade. Para o segmento dos pequenos e médios produtores, a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, que os aspectos acima requerem, só podem ser viabilizados mediante a participação efetiva do Estado.

Outro elemento importante da formação de blocos regionais diz respeito às regulamentações sobre as atividades produtivas, criadas mediante os tratados, acordos e protocolos entre os países, com validade regional. Normalmente, o conteúdo destes documentos, cuja elaboração tem inspiração técnica, em parte absorve as preocupações sociais e os parâmetros vigentes no comércio mundial. Por exemplo, cláusulas em relação ao cuidado ambiental, à qualidade dos produtos, padrões e normas métricas, e assim por diante.

No processo de integração de países latino-americanos, tem-se, então, dois interesses divergentes. O interesse dos grupos multinacionais, que constituem-se no capital dominante; e o interesse dos grupos locais.

Para os primeiros, importa um enfraquecimento do Estado, pela capacidade que têm de se autoconduzirem segundo os ditames do capital monopolista.

Quanto às empresas locais, especialmente as menores, interessa-lhes um Estado reforçado, capaz de controlar e estimular os investimentos, estruturar e/ou reestruturar sistemas produtivos e organizar cartéis de exportadores.

Dada a maior abrangência social que - apesar dos limites postos pelo movimento do capital - a ação de empresas do segmento concorrencial possuem, a ênfase a ser dada pelo Estado nos processos de integração deve a estas empresas se dirigir.

O caso do Mercosul é exemplar.

Uma avaliação mostraria que uma boa quantidade das transações dá-se envolvendo empresas multinacionais ou grandes empresas controladas por grupos externos.

Vejam os dados em relação a participação do Estado de Santa Catarina no Mercosul.***

Tem-se que pelo menos cerca de 25% do total exportado de quase 300 milhões de dólares, em 1993, para Argentina, Paraguai e Uruguai, foi realizado por quatro grandes indústrias catarinenses comandadas pelo capital multinacional. Estes são dados para um Estado onde o capital estrangeiro é relativamente ausente; imagine-se para o caso do Estado de São Paulo, o qual domina mais da metade das exportações brasileiras no Mercosul...

Para os grupos multinacionais, em geral, a formação de bloco regional interessa-lhes no sentido de poderem alargar o mercado consumidor para uma gama de produtos cada vez mais diversificada.

A tendência que caracteriza o chamado “pós-moderno”, de fragmentação do mercado para produtos cada vez mais diferenciados por pequenas particularidades (exemplo: a grande quantidade de modelos de automóveis de um mesmo tipo), leva à busca de ampliação de cada segmento.

Também é interessante sob a ótica da produção parcelada, especializando a unidade produtiva de cada país onde o grupo tem indústria em um produto ou linha de produto, na produção de determinado componente ou mesmo fração deste que, exportado, se incorporará ao produto final da unidade implantada no outro país.

Como principais conclusões acerca da integração, tem-se que:

- a integração entre países na América Latina é pouco relevante, mantidas as estruturas atuais, para um projeto de desenvolvimento;

- ela é importante, apesar da constatação acima, para a melhoria da produtividade, da qualidade e dos preços, nos ramos concorrenciais;

- há um papel fundamental a ser desempenhado pelo Estado, no sentido de orientar e reestruturar os setores concorrenciais nos países inte[^]tes;

- a intenção regional será a forma por excelência de acesso futuro aos demais blocos do mercado mundial; e, finalmente,

deve-se ter em conta a posição eq[^]ressiva que pode estar reservada à integração entre países do Terceiro Mundo, ditada por interesses comuns.

6 - SÍNTESE AVALIATIVA DAS POSSIBILIDADES E LIMITES PARA UMA INDUSTRIALIZAÇÃO VOLTADA AO ECODESENVOLVI- MENTO EM ECONOMIA PERIFÉRICA

6.1 - Considerações Gerais

Apresentou-se o quadro geral considerado no presente estudo para averiguar em que condições se pode atuar no sentido de atenuar, haja vista a reversão total ser impossível no sistema vigente, as tendências econômicas e sociais que se apontam para as economias periféricas.

A consideração inicial é quanto a reversão total das tendências ser impossível. Com efeito, o modo de produção predominante, como anteriormente analisado, caminha segundo suas determinações e leis econômicas e não há como argumentar sobre sua superação em horizonte próximo, pelo sentimento generalizado e expresso democraticamente pela grande maioria da sociedade brasileira.

A própria brutalidade do processo e seus resultados sócio-econômicos e ambientais adversos, além de outros fatores, levam, todavia, à conscientização social e à exigências, em decorrência, de dimensão ética ao segmento empresarial e às

políticas operacionalizadas pelo Estado. Boa parte dos empresários, quando residem na região com sua família, como é o caso mais freqüente em Santa Catarina, incluem-se entre o segmento social preocupado com a questão ecológica, assim como muitos estudantes, técnicos governamentais e políticos, além evidentemente, dos ambientalistas.

O fim do regime militar no Brasil, a abertura política conseqüente, a maior liberdade de expressão de idéias e de organização social, a democratização, enfim, abriu o caminho para um processo participativo e democrático também na formulação de diretrizes de programas governamentais. An^lia-se e aprofunda-se no meio acadêmico e científico o debate sobre o ecodesenvolvimento. O princípio da sustentabilidade social, além da ambiental, difunde-se no meio esclarecido fora do mundo acadêmico e passa a aparecer como preocupação em documentos governamentais. No próprio quadro técnico especializado do governo estadual, predomina já a concepção de ecodesenvolvimento com a abrangência acima referida, conforme demonstrou a pesquisa de campo.

Ficou demonstrado, também, ter o corpo técnico dos ór^os governamentais papei estratégico na formulação de políticas de industrialização. Não mais se constitui ele em uma tecnoburocracia imbuída exclusivamente do idealismo “desenvolvimentista” e subserviente aos interesses do poder constituído. É composto, sim, de pessoas com nível superior de formação e permeáveis aos temas e preocupações presentes em todo o meio social.

A percepção desses técnicos quanto ao tema ecodesenvolvimento, apesar de ampliada é a-sistemática, não elaborada teoricamente. Assim sendo, avança em algumas intenções, mas é necessaiamente incompleta, não conseguindo captar todos os elementos da problemática posta. O seu maior grau de percepção não significa, contudo, que as pessoas deste quadro tenham superado a alienação. Sua posição de “possuidores de bens” que se valorizam através das relações de produção e do mercado, a foitnação acadêmica realizada sob orientação predominantemente burguesa.

a convivência com o empresariado, tudo isto os induzem, ainda, a privilegiar a produção de per-si.

Importa reter do acima colocado, para efeito do que se pretende propor na seqüência, dois aspectos fundamentais: 1) o papel desempenhado, nos sistemas democráticos, pelo coipo técnico superior governamental; e, 2) a permeabilidade dos componentes deste coipo técnico a novos temas e idéias.

À base destes dois argumentos, que para o objetivo aqui proposto se complementam, conclui-se que, muito provavelmente, teria boa acolhida nos meios técnicos governamentais, facilitando o encaminhamento político, a proposição de uma política de expansão industriai embasada nos princípios do desenvolvimento sustentável, canalizando os recursos públicos para incentivar exclusivamente atividades que se insiram totalmente no modelo de ecodesenvolvimento.*^

Mediante uma estratégia de postar, lado a lado, a economia tradicional e a economia do desenvolvimento sustentado, em alj^m tempo poderá ficar patente uma maior aceitação sócio-política desta última, com resultados econômicos, sociais e ambientais importantes.*^

Sabe-se dos limites impostos pelo modo de produção a uma profunda alteração estrutural visando superar os impasses sócio-econômicos e ambientais do capitalismo. Diante, porém da nada provável perspectiva de reversão do quadro atual em horizonte próximo, cabe buscar-se um caminho que, pelo menos, amenize, no curto e médio prazos, os seus efeitos mais deletérios.

A nova via indicada pelo modelo de desenvolvimento sustentável, cabe acrescentar, contém os elementos que, em futuro distante, serão reforçados pelo modo de produção que substituirá o atual.

A receptividade à pesquisa por ocasião dos levantamentos de campo indica, igualmente, a abertura do meio técnico à proposição em pauta.

A aceitação das diretrizes do ecodesenvolvimento será cada vez maior, inclusive por imposições externas. O caso do “selo verde” é um exemplo, significando uma garantia para-oficial de que o produto foi gerado em condições ambientalmente aceitáveis. Hoje é já con^onente importante para alguns segmentos exportadores, como os têxteis. A médio prazo, a tendência é que atinja outros setores e seja exigido, também, pelo “mercado verde” interno.

A Tãbeia 21 sintetiza as conclusões quanto às possibilidades e limites de uma industrialização se^ndo os requisitos do desenvolvimento sustentável em economias de mercado, sobretudo sócio-economias periféricas do capitalismo.

As possibilidades estão divididas em dois tipos: autônomas e induzidas. O termo autônomo é empregado para referir-se ao caso em que toma-se possível obter resultados positivos sem a indução extra-econômica; ou, dito de outra forma, o próprio mercado é capaz de conduzir as ações das empresas. O outro tipo é o que somente ocorre mediante indução, por vontade política do poder público, através de coerção ou de estímulos.

Nos diversos ensaios realizados para chegar à formatação da tabela que trata das possibilidades e limites, observamos que os aspectos da área ambiental se distinguem dos relativos às sustentabilidades social, econômica, cultural e geográfica, estas tomadas em conjunto. Assim, por exemplo, se as determinações mercadológicas (possibilidade autônoma) são suficientes para criar preocupação das enpresas com a problemática ambiental, elas não são, todavia, capazes de, por si só, fazer com que o capitalista procure atender as diretrizes social, cultural, econômica e espacial do ecodesenvolvimento. E pelo fato destas diretrizes estarem subordinadas às mesmas determinações, passamos a referi-las como as "demais sustentabilidades".

Tem-se, então, que as possibilidades na área ambiental podem derivar de ações autônomas das enpresas ou de atos coercitivos do poder público sobre a ação destas.

No primeiro caso, significa que interesses mercadológicos podeiiio levar a indústria a se “ecologizai^”, através do controle da poluição, do lançamento de produtos

"verdes", da fabricação de ecoequipamentos, por exemplo. Essa possibilidade abrange sobretudo as empresas maiores. No se^ndo caso, significa a aplicação de leis re^ladoras sobre todas as enç)resas, forçando-as ao controle ambiental.

Observando-se a Tabela 21, tem-se que, com relação ao bloco das demais sustentabilidades, a única possibilidade é dada pela indução estimulada. Isto pode ser feito através de exigências específicas às empresas candidatas ao recebimento de benefícios públicos (por exemplo, financiamentos em condições favorecidas), em relação às questões culturais, econômicas, espaciais e sociais, conforme nossas proposições para reformulação da política de industrialização em Santa Catarina, apresentadas no Capítulo IV.

No que respeita aos limites de um programa de industrialização voltado para o ecodesenvolvimento, as observações também separam a área ambiental das "demais sustentabilidades".

A página seguinte contém a tabela que sintetiza as conclusões acerca das possibilidades e limites.

Na seqüência, abordam-se os aspectos relativos aos limites inerentes a um programa de industrialização direcionado ao desenvolvimento sustentável.

TABELA 21 - AVALIAÇÃO DOS LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA INDUSTRIALIZAÇÃO VOLTADA PARA O ECODESENVOLVIMENTO

CATEGORIA	TIPO	BLOCO	AVALIAÇÃO
POS-	AUTÔNOMA	Área <u>AMBIENTAL</u>	Uma parcela, sobretudo das maiores empresas é levada a se ecologizar em função de oportunidades de negócios.
SIBI-	INDUZIDA Coercitiva	Área AMBIENTAL	Adoção de exigências legais relativas à questão ambiental, atingindo todas as empresas.
IIDA-	INDUZIDA	Área das DEMAIS SUS-	Exigências que podem estar nas normas para concessão de benefícios públicos (financiamento em condição especial, e outros).
DES	Estimulada	TENTABILIDADES	Empresas só adotam equipamentos de proteção ambiental por exigência legal ou do mercado.
			Dificuldade em definir o ponto entre o interesse social da produção e o de preservação ambiental.
		Area	Somente às empresas que demandem benefícios públicos especiais pode-se impor exigências maiores que as generalizadas na legislação ambiental
		AMBIENTAL	Estímulos públicos à produção de bens ecológicos (ecoequipamentos, produtos “verdes”) a serem dirigidos às empresas menores alcançam apenas as enquadradas no Programa.
U-			
MI			Tendência do produtor capitalista a resistir a mudanças, enquanto a forma atual permitir-lhe a obtenção de lucro; somente o inovador muda.
			O funcionamento do modo de produção vigente fundamenta-se na produção e reprodução de desigualdades, através dos processos de concentração - econômica, social, espacial
TES			O alcance de um Programa que objetive se contrapor às tendências acima só pode ser, por consequência, limitado.
		Área das	
		DEMAIS	
		SUSTENTABILIDADES	O programa deve contemplar, apenas, empresas menores, pois são inerentes às grandes indústrias ou grandes grupos econômicos condições que contradizem em si próprias postulados básicos do ecodesenvolvimento (concentração econômica e geográfica).
			Logo, o atendimento das demais sustentabilidades além da ambiental fica limitado à ação das menores empresas e que buscam apoio de recursos públicos concedidos em condições especiais.

Os limites na área ambiental são dados pelos seguintes aspectos;

a. A adoção de equipamentos para proteção ambiental significa custo para a empresa, portanto redução do lucro. Assim, eles somente são implantados por exigência legal ou por exigência do mercado. As empresas tendem a evitar ou protelar sua adoção até o limite máximo.

b. Com relação à exigência legal, há a dificuldade em definir-se o ponto que atenda ao interesse social da produção econômica com o interesse social da preservação ambiental.

c. Exigências maiores que as generalizadas na legislação ambiental, para casos específicos, somente atingem às empresas demandadoras de benefícios públicos especiais.

d. Estímulos mediante concessão de benefícios públicos para a produção de bens ecológicos (ecoequipamentos, produtos verdes, produtos e processos produtivos que diminuam a intensidade energética), a serem dirigidos à empresas menores, têm o alcance limitado às enquadradas nos programas de apoio à industrialização.

e. O produtor capitalista tende a resistir à mudanças enquanto a forma atual permite-lhe a obtenção de lucro. Somente o empresário inovador é capaz de submeter-se a maiores riscos, na expectativa de obter lucros extraordinários. Este é um inçortante limite relativamente às possibilidades de ações autônomas das empresas na área ambiental.

Quanto aos limites inerentes às sustentabilidades social, econômica, cultural e espacial, pode-se afirmar:

a) A lógica de funcionamento do modo de produção capitalista, com êniase maior nas economias periféricas, leva à produção e reprodução de desigualdades, através dos processos de concentração - econômica, social e espacial;

b) o alcance de um programa que objetive se contrapor a essa lógica, é, então, necessariamente limitado;

c) um programa visando o ecodesenvolvimento só pode enquadrar as empresas menores, visto serem inerentes aos grandes grupos econômicos condições que contradizem postulados básicos do desenvolvimento sustentável (centralização e concentração econômica e geográfica);

d) logo, o atendimento às "demais sustentabilidades" além da ambiental, fica limitado a ação das pequenas e médias empresas que demandem o apoio de recursos públicos oferecidos sob condições especiais.

Conclui-se, então, ser bastante restrito o campo de ação visando efetivamente o desenvolvimento sustentável no setor industrial.

Isto não significa, em absoluto, que então nada há para ser feito na situação atual. Pelo contrário, deve-se superar qualquer posição niilista e tentar o possível visando, pelo menos, amenizar os problemas. É razoável pensar, também, que ao longo de um tempo de vigência de elementos indutores, possam proliferar exemplos de empresas sob novo padrão de desenvolvimento, ampliando o horizonte de possibilidades.

É preciso, mesmo assim, estarmos cientes dos estreitos limites colocados pela lógica inerente ao modo de produção a uma política de ecodesenvolvimento, entendendo ser o esforço em direção a esta válido e necessário, porém insuficiente.

7 - CONCLUSÕES

No início do trabalho comentamos a respeito do desafio representado pela tentativa do exame da indústria sob a ótica do desenvolvimento sustentável, problematizado por uma abordagem dialético-materialista. Neste momento, cabe revelar ter a complexidade se mostrado bem maior do que supúnhamos. Os desdobramentos foram se dando de tal maneira, que muitos cortes foram feitos para não tomar exagerada a dimensão do trabalho.

A análise demonstrou ser próprio do modo de produção vigente a tendência a criar e intensificar desigualdades sociais e espaciais, pois sua dinâmica (dada pela busca de superlucros pelo capitalista) destas depende. A exenq^lificação é dada pelo Estado de Santa Catarina, onde a concentração social da renda e espacial das atividades amplamente se intensificaram a partir dos anos 1970, com a crescente industrialização.

As desigualdades revelam-se sob a forma de concentração. Assim, a concentração da estrutura da renda social, a aglomeração de atividades e populações no espaço. Estas últimas respondem em ^ande parte pelos problemas ambientais - a outra parcela é de fundo tecnológico e ausência de controle juntamente com a

problemática social, preocupações básicas do ecodesenvolvimento. O quadro catarinense exemplifica este aspecto.

Ao mesmo tempo, contudo, que a indústria tem uma relação conflituosa com o meio, é ela quem pode ter importante função na preservação ambiental. Além da produção de insumos e equipamentos destinados ao tratamento do meio-ambiente, dentre outras possibilidades, há que se ressaltar seu papel na questão energética. A indústria pode reduzir sua própria intensidade energética (consumo de energia em relação à produção econômica), assim como produzir aparelhos e equipamentos pouco insumidores de energia, de uso individual ou industrial. Menor consumo energético significa diminuição da necessidade de instalar usinas, as quais são sempre ambientalmente muito problemáticas.

A análise crítica do programa catarinense de desenvolvimento industrial à luz dos preceitos do ecodesenvolvimento revelou que:

- alguns dos itens que compõem os meios para se caminhar no sentido do desenvolvimento sustentável são parcialmente atendidos pelo programa;
- há muitos itens que não são, em absoluto, contemplados.

Ou seja, em nenhum ponto o programa alcança plenamente alguma das muitas formas exigidas para o ecodesenvolvimento.

Os resultados advindos da operação do programa cobrindo o período dos cinco anos desde que foi implantado, demonstram, na prática, os problemas que a flexibilidade contida em suas regras de enquadramento possibilitam, tais como: muitos financiamentos a grandes grupos econômicos; pouquíssimas cooperativas beneficiadas; nenhum produto novo em relação aos produzidos no Estado (portanto, nenhum ecoproduto). De positivo, observa-se a dispersão de empreendimentos em pequenas cidades. De maneira geral, porém, as prioridades fixadas pelo próprio programa não são atendidas. Isso significa que as regras de financiamento, além de não cobrirem boa parte das exigências para um desenvolvimento sustentável, permitem a concretização de projetos conflitantes com as prioridades por elas mesmas estabelecidas, dada a

flexibilidade que contêm. Mesmo assim, revela que há aí elementos a partir dos quais, modificados e ampliados, pode-se encaminhar parcela da industrialização na direção do ecodesenvolvimento.

Frente à situação diagnosticada, apresentamos um conjunto de proposições visando ajustar o programa às teses de sustentabilidade do ecodesenvolvimento. Em resumo, o programa deveria agregar em cada item, além dos aspectos que, embora parcialmente, contempla, o seguinte: na questão da sustentabilidade social considerar a qualificação da força-de-trabalho e o nível salarial dos postos de trabalho a serem gerados pelo projeto industrial, além da destinação do seu produto à satisfação das necessidades fundamentais da maioria da população. Na sustentabilidade econômica: enfatizar a agroindústria cooperativada, a integração de atividades primárias com a indústria, o desenvolvimento de tecnologias de processo, além de conceder benefícios exclusivamente às pequenas e médias empresas. Na questão ecológica: induzir à mudanças nos processos produtivos das empresas visando reduzir a intensidade energética e a produção de resíduos; melhorar o aproveitamento e minorar o uso de recursos naturais não-renováveis; estimular a industrialização de biomassa produzida em acordo com a dinâmica dos ecossistemas; estimular projetos que visem a produção de ecoequipamentos, de uso industrial, familiar ou coletivo, ou a reciclagem de materiais. Em relação à sustentabilidade espacial: aceitar enquadramento exclusivamente de pequenas e médias empresas e estimular as indústrias cooperativadas, mesmo as de maior porte em vista da melhor relação campo-cidade e descentralização local de poder que possibilitam. Finalmente, quanto à dimensão cultural do ecodesenvolvimento, rejeitar projetos industriais inadequados aos ecossistemas rural ou urbano, nos níveis local e regional, e que não tenham tido a aprovação da comunidade local.

Confirma a existência de certo grau de viabilidade para o remanejamento do atual programa estadual de industrialização na direção do ecodesenvolvimento - os limites são comentados adiante - a consideração do papel estratégico do quadro técnico

na definição de programas governamentais. Com efeito, através da análise da gênese do atual programa, pode-se perceber a existência, aí, de uma via pela qual poderiam ser encaminhadas proposições para alterações na atual política industrial no sentido do ecodesenvolvimento.

Identificada a importância do quadro técnico na elaboração ou reelaboração de programas de apoio à indústria, o passo seguinte foi verificar o posicionamento das pessoas que compõem a estrutura estadual voltada à questão industrial, quanto à temática do ecodesenvolvimento. Com relação a este aspecto, a pesquisa de campo permitiu concluir que;

- é bastante generalizado naquele meio o conceito de ecodesenvolvimento tomado em suas dimensões social e econômica, além da ambiental;

- há, no meio, consciência dos problemas sociais e ambientais presentes no Estado;

- os entrevistados, em sua maioria, apontam a insuficiência das políticas atuais para os problemas; e,

- apontam a possibilidade de se redirecionar a política de industrialização no sentido do desenvolvimento sustentável.

Pai-a situar o nível local em seu contexto mais amplo de modo a balizar as perspectivas futuras no campo econômico, foi necessário averiguar as tendências do capitalismo mundial e seus reflexos sobre as economias periféricas. Como o papel da espacialidade é fundamental, em função de sua relação com o lucro, sobre ela centrou-se a pesquisa teórica. Conclui-se pela propensão ao aprofundamento em grande velocidade da tendência, sempre presente no sistema produtor de mercadorias, da aniquilação do espaço (ou de sua influência) através do tempo. Isto é, pelo aumento desmesurado das velocidades, reduz-se a nada, ou quase nada, o tempo e, em consequência, o espaço. Porém, contraditoriamente, para aniquilar o espaço é necessário haver investimento de capital fixo sobre ele (por exemplo, a implantação de ampla rede de telecomunicações e de informática), o que acaba por reforçar o seu

papel. Desta forma, as diferenças espacialmente localizadas mantêm, e até vêm reforçada, sua relevância no processo econômico.

A discussão da espacialidade remete à consideração da tendência à globalização da economia e formação de blocos econômicos regionais, ao universalismo e localismo. São espaços econômicos que se interpenetram, mas onde há constante tensão entre eles. Assim, a nova economia mundial que se desenha fundamenta-se em produção altamente tecnificada, em um novo paradigma técnico-econômico baseado, dentre outras inovações, em biotecnologia e supercondutividade. O atrelamento em forma caudatária e dependente dos países periféricos a essa economia, somente reproduzirá a dependência e os problemas econômicos, sociais e ambientais. Fica patente a necessidade de um projeto próprio das economias situadas na periferia do sistema, como forma de amenizar estes problemas, já que sua superação dependeria de uma ruptura radical, não visível em horizonte próximo.

A integração regional entre nações em forma de blocos econômicos, não é capaz de ter significado expressivo na superação dos problemas das sociedades periféricas, embora tenha importância em relação a alguns aspectos. Nela também estabelece-se a tensão entre interesses contrapostos. Para as grandes nações interessa a diminuição do papel do Estado. Aos pequenos produtores locais, porém, importa o reforçamento do Estado-nação para comandar a reestruturação da produção interna objetivando a competitividade no mercado externo. A interação é importante quando coloca normas ambientais às quais os países devem se submeter e, também, por ser a forma futura de acesso a terceiros mercados. Um maior benefício social, contudo, que poderia decorrer do acirramento da competição e redução dos preços em decorrência dos ganhos de produtividade, somente se verificaria na esfera ainda concorrencial da economia.

Os limites para uma industrialização ecodesenvolvida em economia periférica podem ser sintetizados como seguem. Parte-se do reconhecimento da impossibilidade da reversão total das tendências no sistema vigente. Como foi visto, sua lógica

fundamenta-se nos desequilíbrios e desigualdades por ele gerados e que são também seu alimento. A reversão total sendo inviável, coloca-se, então, a discussão da possibilidade de reversão parcial das tendências. Quanto a isto, como se viu, no contexto ambiental parece ser exequível, através de ações autônomas (das empresas maiores e em decorrência de pressão de mercado), ou por ações coercitivas do Estado, caminhar-se para melhorar substancialmente a relação com o ambiente físico. No que respeita às demais sustentabilidades - social, econômica, geográfica, cultural - a ação sobre as empresas poderá ser apenas de indução. Mas os limites, tanto a um tipo de ação quanto a outro, são estreitos. Com efeito, na área ambiental, somente à medida que o mercado ou a legislação exigem, a empresa passa a adotar medidas protetoras. Os programas de apoio industrial, possibilitando o uso de critérios e exigências maiores, atingem a poucos, e seu resultado é de certa forma marginal. Há ainda a considerar que, quanto ao lançamento de novos produtos na linha ecológica, de modo geral os empresários resistem à mudança enquanto conseguem manter seu lucro na forma atual. Os limites em relação às demais sustentabilidades são ainda mais estreitos. Além da lógica econômica do sistema basear-se nas desigualdades, tem-se a considerar que a ação de governo nesta área só pode dar-se mediante indução, através de programas de incentivo e apoio. Ora, por definição de princípios, um programa desta natureza deve restringir-se a pequenos e médios empresários, além do que somente abrangerá aos que o demandarem. Logo, tem-se que, em relação às sustentabilidades social, econômica, cultural e espacial as possibilidades são também necessariamente limitadas.

O trabalho procurou discutir e problematizar a aplicabilidade do modelo de ecodesenvolvimento no processo de industrialização capitalista. Constatou-se ser restrito para fins analíticos o enfoque que toma por base o equilíbrio sistêmico do desenvolvimento sustentável, especialmente para o caso de economias periféricas ao sistema. A abordagem, para compreender os processos sócio-econômicos no capitalismo, deve fundamentar-se na dialética materialista, na qual o movimento

contraditório permanente e oposição constante entre os pares gera tensões, conflitos e desigualdades, o que redimensiona as possibilidades e limites de aplicabilidade do ecodesenvolvimento no capitalismo.

O ecodesenvolvimento constitui-se, sobretudo, num padrão normativo a que, hoje, a maioria das sociedades aspiram alcançar. Deste modo, mesmo nos limites encontrados para uma sócio-economia como a aqui examinada, cabe agir no sentido de amenizar seus problemas, conforme a direção dada por este referencial.

O papel do Estado nesse processo é fundamental: como regulamentador; indutor dos pequenos e médios empresários em direção à nova economia ambiental; mediador dos conflitos de interesses; e, numa visão de longo prazo, como possibilitador da educação, da pesquisa científica e tecnológica nas universidades, da formação de força-de-trabalho capacitando-a a novas exigências, tomando-a melhor qualificada e mais valorizada. Investimentos do Estado nessa direção possibilitarão aos Homens compreenderem não só a natureza física, como também a natureza histórico-social das relações humanas e sobre essas relações exercer uma ação mediada pelo conhecimento científico, de modo a melhor utilizar e preservar a natureza, obtendo uma produção desalienante e com maior alcance social.

BIBLIOGRAFIA

- ACCURSO, Cláudio F. Integrações regionais na periferia. Temas de Megracão Latino-americana. SEITENFUS, Vera Maria, DE BOM, Luis (coord.) Petrópolis, RJ : Edit. Vozes. (p. 104-131), 1990.
- ADAMS, Reinaldo. Agricultura e Agroindústria no Cone Sul. Temas de Megracão Latino-americana. SEITENFUS, Vera Maria, de BOM, Luís (coord.) Petrópolis, RJ : Edit. Vozes (p. 197-217), 1990.
- AMADEO, Edward (org.). Bisaio Sobre Economia Política Moderna. São Paulo Marco Zero, 1989.
- AMIN, Samir. Le Développement Liégai. Paris; Ed. de Minut., 1973.
_____. Classe e Nação. 1977.
- BURSZTYN, Mareei, (org.) Para pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo ; Brasiliense, 1993.
- CEAG/SC. Evolução Histórico-econômica de Santa Catarina. Florianópolis: Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina. Florianópolis ; Imprensa Universitária, 1980.
- CEPAUR. Desarrollo a Escala Humana, Una Opción Para El Futuro. Santiago (Chile) iFundación Dag Hammarskjold, 1986.
- COMKTJAU, Christian, SACHS, l[^]acy. Histoire. Cuítura et Styles de Développement -Brésil et Inde, Esquisse de comparasion. Paris : Unesco - Central, Editions l'Harmattan, 1988.

CUNHA, Idaulo José. O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil. Florianópolis ; Paralelo 27, 1992.

ELY, Aloisio. Economia do Meio Ambiente. Porto Alegre: FEE, 1988.

ENGELS, Friedrich. A Questão da Habitação. BH; Aldeia Global, 1979.

_____. A Dialética da Natureza. Rio : Paz e Terra, 1991.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Lei nº7.320, de 8 de junho de 1988.

_____. Decreto nº3.305, de 24 de maio de 1989.

_____. Resolução 035/92 - Secretaria de Estado da Tecnologia, Energia e Meio Ambiente/ Conselho Deliberativo do PRODAP/ PRODEC PROMIC.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento e Fazenda. Plano Básico de Desenvolvimento Regional/ ciclo de palestras - Módulo n - Anais Desenvolvimento Sustentável. Florianópolis : SPF (mimeo), 1993.

_____. Secretaria de Estado da Tecnologia, Energia e Meio Ambiente. Relatórios de Andamento por Programa/Mapa de Acompanhamento de Processos. Florianópolis STM (listagem de computador), 1994.

_____. Boletim das Exportações de Santa Catarina. Período janeiro/dezembro-1993.

FATMA/ Fundação do Meio Ambiente. Santa Catarina - 92. Perfil Ambiental e Estratégias. Florianópolis : Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (mimeo). 1991.

FERNANDES, Florestan. Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro : Zahar, 1975

GUATTARI, Félix. As Três Ecologias. Campinas: Papyrus, 1993.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. Selecciones de “Mitos de la economía y de la energía”. Daly, Herman (compilador). Economía, Ecología y Ética. México : Fondo de Cultura Económica, 1987.

GODARD, Oliver. Environnement Soutenable et Développement Durable: Le modèle néo-classique en question. Paris : Environnement et société 91/51 - CIRED, 1991.

GOLBY, Michael. La Administración Ambiental en El Desarrollo: evolución de los paradigmas. In El Trimestre Económico. Vol. LVIII (3), México, jul-sept 1991, num.231.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (des) caminhos do meio ambiente. 2ª ed., São Paulo ; Contexto, 1990.

GOODLAND, Robert. The case that the world has reached limits. Unesco^ Environmentally Sustainable Economic Development: Building on Brundtland. Paris: LTnesco, 1991.

GRIFFITH-JONES, Stephany e SIINKEL, Osvaldo. O Fim de Uma Ilusão. São Paulo ; Brasihense, 1990.

HAAVELMO, Trygve, HANSEN, Stein. On the strategy of trying to reduce economic inequality by expanding the scale of human activity. Unesco. Environmentally Sustainable Economic Development: Building on Brundtland. Paris : LTnesco, 1991, p. 41 - 50.

HARVEY, David. Los límites del capitalismo y la teoría marxista. México : Fondo de cultura Económica, 1980.

_____ . A Condição pós-Moderna. São Paulo : Loyola, 1993.

KAY, Geoffrey. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento: uma análise marxista. Rio de Janeiro : Civ. Brasileira, 1977.

KUHN, Thomas S. A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo ; Editora Perspectiva, 3ª ed., 1992.

KURZ, Robert. O Colapso da Modernização. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992.

_____ . O Retorno de Potemkin - Capitalismo de fachada e conflito distributivo na Alemanha. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1993.

- MAEMON, Dália. Ensaio sobre Economia do Meio Ambiente. Rio de Janeiro APHD- Associação de Pesquisa e Ensino em Ecologia e Desenvolvimento. 1992.
- MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. São Paulo : Nova Cultural, 1985.
- _____. Las Ondas Largas del Desarrollo Capitalista. Madrid : Siglo veintiuno de España Editores, 1986.
- _____. Socialismo x Mercado. São Paulo : ^saio, 1991
- MARTINE, Georee. Os Conflitos inerentes à Questão Ambiental: o Brasil e a Carta da Terra. Brasília ; Instituto SPN, 1993.
- MARX, Karl, ENGELS, Frederico. A Ideologia Alemã. São Paulo : HUCITEC, 1993.
- MICHELS, Ido Luiz. Uma Crítica à Economia Política Catarinense. Campina Grande Universidade Federal da Paraíba., dissertação de Mestrado (mimeo), 1993.
- MONTIBELLER, Gilberto P. Carência Social no Estado de Santa Catarina. In Atualidade Econômica n.º 19, Florianópolis ; UFSC, 1991.
- PASSET, René. L'économie et le vivant. Paris : Payot, 1979.
- _____. L'développement durable. Les français/l'environnement et gestion de la planète. if 250, mars-avril, 1991. p. 53-55.
- PLATAIS, Kerri e COUINSON, Michael. A biotecnologia e o mundo em desenvolvimento. In Finanças & Desenvolvimento, FMI/BANCO MUNDIAL, março/92, p.34-36.
- RATTNER, Henrique. Por uma política industrial alternativa. São Paulo FEAA.ISP (mimeo), 1987.
- _____. Política Industrial, Projeto Social. São Paulo : Brasiliense, 1988.
- RAYNAUT, Claude, ZANOM, Magda. La Construction de l'interdisciplinarité e Formation interdisciplinaire de l'environnement et du Développement. Paris : Unesco (Document préparé pour la Réunion sur les Modalités de travail de CHILDES UNESCO DU DEVELOPPEMENT DURABLE. Curitiba : 1 - 4 Juillet 93, (mimeo), 1993.

ROLMK, Suely. Pensamento. Corpo e Devir - Uma perspectiva ético/estético/poética no trabalho acadêmico. Cadernos de Subjetividade/Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP. - v. 1., n.º 2, São Paulo, 1993, p. 241-251.

SACHS, Lúcy. Initiation à récodéveloppement. Toulouse : Privat, 1981.

_____. Espaços. Tensões e Estratégias do Desenvolvimento. São Paulo Vértice, 1986.

_____. Equitable Development on a Healthy Planet. The Hague Symposium on Sustainable Development; from concept to Action. Netherlands (mimeo- Synthesis report for discussion), 1991.

_____. Estratégias de Transição para o Século XXI - : Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Paulo : Studio Nobel: Fundap, 1993.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo; Nobel, 1987.

SANTOS, Theotônio dos. Economia Mundial. Meeração Regional e Desenvolvimento Sustentável. Petrópolis : Vozes, 1993.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo ; Abril Cultural (Os economistas), 1982.

SDE. Análise da Indústria de Transformação de Santa Catarina. Florianópolis : Secretaria do Desenvolvimento Econômico/Ibagesc-Cebrae, BRDE/Agflo; Edeme, 1974.

SELVA, Ombelino da. Educação e Desenvolvimento Econômico no Brasil. Florianópolis: UFSC/Departamento de Ciências Econômicas (mimeo), 1992.

SPF, Secretaria de Planejamento e Fazenda de Santa Catarina. Goeconomia de Santa Catarina. Florianópolis ; loesc, 1992.

SEPLAN/SC, Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento de Santa Catarina . Análise Conjuntural de Santa Catarina, v. 5, n.º 10. - Florianópolis : loesc, 1989.

_____. Números de Santa Catarina/1986. Florianópolis:Ioesc. 1986

_____. Estudo da Evolução Populacional 1970-2010. Florianópolis;Ioesc,1989.

SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas : a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1993.

TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio Zahar, 5[^] ed., 1976.

TOLMASQUIN, Mauricio. Meio Ambiente, eficiência energética e progresso técnico Ecologia e Desenvolvimento. MAIMON, Dália (coord). Rio de Janeiro. APED, 1992.

TORRES, Haroldo da Gama. Indústrias Sujas e Intensivas em Recursos Naturais: importância crescente no cenário industrial brasileiro. MARTINE, George. População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições. Campinas (SP): Editora da Unicamp, p.. 43-63, 1993.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Environmentally Sustainable Economic Development.: Building on Brundtland. Paris Unesco, 1991.

VERZETTI, J. C. dos Santos. Emergia e Industrialização. Dissertação de Mestrado. PPGEEMM/UFRGS, (mimeo), 1986.

VIEIRA, Paulo Freire. Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Florianópolis: UFSC (mimeo), 1992.

XAVTER, Jurandir Antonio. Classes versus Estado na Economia Política Brasileira. Paraíba : Universidade Federal de Campina Grande (mimeo), 1992.